

Sumário

Número de notícias: 46 | Número de veículos: 36

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Regular o Airbnb (Artigo) 5

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Novo ICMS para compras internacionais só em 26 7

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuintes podem ser excluídos do Simples Nacional 8

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Inadimplência das empresas - CURTAS 9

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Um festival de processos 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Bancos podem ter de parar consignado do INSS 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Solução na reforma 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Para analistas, ajuste passa por Previdência e servidor 16

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

STF afasta cobrança de UCMD sobre PGBL e VGBL 18

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

Supremo considera constitucional modelo de trabalho intermitente 20

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Segunda parcela do 13º salário deve ser depositada até sexta-feira 22

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 5 23

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Segunda parcela do 13º é paga até sexta (20); veja valor e quem recebe 25

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: idade mínima para aposentadoria sobe em 2025. Calculadora do GLOBO mostra opções 27

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Crianças com deficiência podem ser beneficiárias da Previdência Social	30
PORTAL UOL SEGURIDADE SOCIAL	
Segunda parcela do 13º é paga até sexta (20); veja valor e quem recebe (mercado de trabalho)	31
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SERVIDOR PÚBLICO	
Para governo, reforma administrativa não se resume a cortes, é preciso melhorar serviço	33
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA ECONOMIA	
Orçamento da União pode ser votado só em fevereiro	35
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS ECONOMIA	
Déficit primário é previsto em R\$ 55,4 bilhões em 2024	36
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Corrida para votar reforma	37
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
O que a Câmara deve rever na tributária	38
O GLOBO - RJ - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Consumidores serão afetados se atual texto da Reforma Tributária for alterado	40
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Consumidores serão afetados se atual texto da Reforma Tributária for alterado	42
DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Brasil terá maior alíquota do mundo	44
O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR ECONOMIA	
'O Brasil se aproxima de um cenário de dominância fiscal'	45
FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Deputados voltam a discutir alíquota para saneamento	47
AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Congresso fará esforço concentrado para votar cortes, LDO e Orçamento	48
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Corrida para votar reforma tributária antes do recesso	50
G1 - NACIONAL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Orçamento, cortes e reforma: Congresso tem semana cheia antes do recesso do fim do ano	52
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	

Reforma tributária: deputados tentam reduzir pressão de lobbies, enquanto governo faz contas	53
PORTAL UOL - REPORTAGEM REFORMA TRIBUTÁRIA	
Senadores aproveitam reforma e emplacam R\$ 3,5 bi para refinaria em Manaus	54
PORTAL UOL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Pacote de ajuste fiscal domina última semana do ano no Congresso	55
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
A regulamentação das redes e a garantia da democracia (Artigo)	56
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
A reação dos mercados (Artigo)	58
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Estresse fiscal e exterior devem afastar estrangeiro da bolsa em 2025	60
VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
"Com EUA em bom ritmo, ganho com ações se espalha"	62
A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
"Sou favorável a uma jornada que permita vida além do trabalho"	64
A TRIBUNA - ES - REPORTAGEM ESPECIAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Dez golpes mais aplicados por vigaristas no Natal e Ano Novo	67
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Atividade econômica mantém crescimento pelo quarto mês consecutivo	69
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Juros mais altos e quadro fiscal pior	70
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES POLÍTICA E ECONOMIA NO DF ECONOMIA	
Semana decisiva para defender o Distrito Federal	72
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES ECONOMIA	
Turismo impulsiona economia	75
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Alta do dólar chega aos alimentos, e indústria prevê reajuste em janeiro	76
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Em 2025, o que é melhor: insistir nas ações ou migrar para a renda fixa?	78
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS ECONOMIA	
Inteligência artificial é tecnologia capaz de dar salto no desenvolvimento mundial	80

Segunda-Feira, 16 de Dezembro de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Trump pode querer dólar mais fraco, mas mercado vai na contramão 82

Regular o Airbnb (Artigo)

Bianca Tavorari e Marcella Puppio

Em agosto, a **Receita Federal** anunciou que adotará novas medidas para cobrar Imposto de Renda (IR) de quem recebe aluguel via plataformas de compartilhamento de moradia como o Airbnb e Booking.

Ainda que o tributo seja devido, o cenário é de sonegação e intransparência. Hoje, a responsabilidade de declarar é dos anfitriões que disponibilizam suas unidades para estadia.

Não há responsabilidade própria das plataformas; tampouco há mecanismos para fiscalização de usuários que deixam de declarar seus rendimentos.

Provocada pela indústria hoteleira, a Receita está desenhando, conforme noticiou este jornal, um pente-fino retroativo e uma política para o futuro, de forma a garantir a diminuição da assimetria de informação entre o Fisco e as plataformas - e, portanto, maior controle e arrecadação.

O tema não é novo. Desde o início da operação das plataformas no Brasil, a ambição regulatória orbita entre dois polos: por um lado, as demandas do setor de hospedagem por nivelamento da concorrência; por outro, a oportunidade de arrecadação com a nova atividade econômica. A tributação foi eleita como instrumento primordial.

Em 2017, a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis ajuizou ação perante o Supremo Tribunal Federal (STF) para que as diárias fossem divididas entre um componente de serviços, sob o qual incidiria Imposto sobre Serviços (ISS), e um componente de locação, em que o imposto não seria devido. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 5.764 não mencionava o Airbnb, mas a referência era clara: em vez de reivindicar diretamente que a plataforma fosse tributada, a demanda passou a ser a redução correspondente de imposto do setor hoteleiro. Já na outra ponta, cidades como Caldas Novas e Ubatuba, pioneiras na regulação municipal, decidiram pela incidência de ISS para as transações, sem entrar no mérito de que tipo de serviço é de fato prestado. As plataformas reivindicam que são meras intermediárias.

Agora a discussão se desloca do ISS para o IR. No entanto, os contornos da discussão permanecem antigos, sem levar em conta o quanto cidades e países avançaram na formulação de diagnósticos, produção

de evidências e desenhos da regulação.

Há ao menos dois gargalos e boas razões para ampliar o escopo regulatório.

Primeiro gargalo: não temos acesso aos dados das plataformas.

Hoje, não sabemos quantas são as transações, o valor médio das diárias, as concentrações geográficas. Estamos no escuro. Essa é uma batalha em todos os lugares, como evidenciam os casos recentes de Nova York e Berlim. Se a informação permanecer exclusivamente com as empresas, controlar a sonegação é um horizonte utópico. A avenida aberta de sonegação é, inclusive, vantagem competitiva ilícita.

Sem informação, vamos continuar a pressupor, erroneamente, que as unidades são oferecidas por pessoas físicas almejando renda extra. Há muito o problema de usuários comerciais, com concentrações de centenas de anúncios, está no radar da regulação internacional.

É preciso avançar nessa diferenciação. Além disso, para que dados pessoais sejam protegidos, a literatura tem sinalizado para as vantagens de tributar a própria plataforma - e não tanto seus usuários.

Segundo gargalo: não definimos que tipo de atividade as plataformas desempenham.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que condomínios podem proibir a oferta de unidades no Airbnb por se tratar de relação comercial. Mas o tribunal decidiu que se trata de um contrato atípico, nem hospedagem, nem locação. A ausência de definição é muito conveniente para as plataformas.

Não está estabelecido se há responsabilidade jurídica na intermediação, se há relação de consumo, equiparação com imobiliárias, ou mesmo concorrência com a rede hoteleira.

Tributar sem discutir esses pressupostos é perder a oportunidade.

A contraposição entre plataformas e hotéis conta apenas uma parte da história. Cidades no mundo todo avançam na discussão sobre o impacto do Airbnb, Booking e outros no mercado residencial de locação de longo prazo, no mercado imobiliário e,

especialmente, no planejamento urbano e no direito à moradia. A agenda aqui é enorme: substituição de locatários moradores da cidade por locações temporárias, privilegiando turistas; aumento dos valores do aluguel, que passam a ser medidos em diárias; despejos e remoções; transformações da vida nos bairros; ineficácia do planejamento urbano.

Sobre este último ponto, dois exemplos graves de São Paulo são ilustrativos: critérios de adensamento populacional perdem força se as unidades residenciais não forem destinadas a moradores fixos da cidade, e já não é mais incomum encontrar unidades de Habitação de Interesse Social (HIS) nas plataformas de short stay.

A cobrança do Imposto de Renda é uma pequena ponta do problema. Podemos aproveitar esta oportunidade para avançar no diagnóstico e no desenho de uma regulação que não olhe apenas para concorrência e arrecadação, mas também para a intransparência injustificável do cenário atual, estabelecendo obrigações claras para as plataformas e levando os impactos na moradia e nas cidades a sério.

SÃO, RESPECTIVAMENTE, PROFESSORA DA FGV DIREITO SÃO PAULO, PESQUISADORA DO CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO (CEBRAP); E MESTRANDA PELA FGV DIREITO SÃO PAULO

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/?_gl=1*100jzkn*_gcl_au*Nzc3MDA1NjYxLjE3MzM5ODY3ODE.*_ga*ODY4MzU3MjEzLjE3MjE5ODgyODk.*_ga_H1D7PSZ1DW*MTczNDMzMjU0MS45LjAuMTczNDMzMjU0MS42MC4wLjE4Nzk5MTczNTM

Novo ICMS para compras internacionais só em 26

Thatiany Lucena

O novo valor para alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em transações do comércio eletrônico, acordado em reunião entre estados e o Distrito Federal, precisa passar pelo crivo dos deputados na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) e, caso aprovado, só entrará em vigor em 2026. O acordo foi firmado entre os representantes fazendários dos estados durante reunião do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Consefaz).

Atualmente, a alíquota do ICMS no estado para compras internacionais é de 17%. "O Confaz estabelece normas, estabelece benefícios, margens, mas ele não tem competência para estabelecer alíquotas. As alíquotas devem ser obrigatoriamente estabelecidas por lei. Em Pernambuco, nossa alíquota para operação da Remessa Conforme, ou seja, nessas operações internacionais, ela já está prevista como 17%. Para alterar a alíquota do estado, temos que ter uma lei", explica o secretário da Fazenda de Pernambuco, Wilson José de Paula.

De acordo com o secretário, o governo do estado está avaliando todo o cenário e os possíveis impactos de uma mudança no imposto. "Temos a alíquota de 17%, que continuará sendo a mesma em 2025. Vamos fazer as avaliações e tomar uma decisão. Se for o caso, encaminharemos o Projeto de Lei para apreciação do parlamento da Assembleia Legislativa", disse. O secretário explicou ainda que qualquer encaminhamento dessa natureza vai ser votado em 2025 e entra em vigência em 2026. "Majoração de alíquota no Brasil só pode ocorrer no ano seguinte, 90 dias depois da publicação da sanção da lei. Como nós sabemos, a Alepe já votou a LOA (Lei Orçamentária Anual) e finalizou os seus trabalhos legislativos deste ano".

Arrecadação

Segundo o secretário, o ICMS das compras internacionais arrecadou R\$ 126 milhões em 2024. O imposto começou a ser recolhido no estado a partir do Programa Remessa Conforme, que entrou em vigor em outubro de 2023.

"Até então, a gente não via essa arrecadação. Antes, essas empresas entravam no Brasil, em Pernambuco, sem ICMS. O Remessa Conforme é um programa do Governo Federal onde os estados, junto com a **Receita Federal**, os Correios e as empresas importadoras, decidiram que a cobrança do ICMS ia se dar no momento da entrada do produto", explicou Wilson.

Em Pernambuco, existe uma gerência dentro da Secretaria da Fazenda onde é feito o monitoramento de todas as compras importadas que chegam ao estado. Com isso, o ICMS é arrecadado na origem. Esse recurso é destinado às políticas públicas do estado, não tem vinculação - ou seja, destino pré-definido: 25% é encaminhado para os municípios e entra para a execução das políticas públicas.

17% é a alíquota atual do ICMS no estado para compras internacionais

20% deverá ser o valor da alíquota após aprovação na Assembleia Legislativa

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/12/novo-icms-para-compras-internacionais-so-em-26.html>

Contribuintes podem ser excluídos do Simples Nacional

Nos últimos meses, a **Receita Federal do Brasil** notificou um grande número de contribuintes com pendências tributárias, afetando diretamente as empresas optantes pelo Simples Nacional e os microempreendedores individuais (MEIs). No total, 1.876.334 contribuintes foram alertados, sendo 1.121.419 MEIs e 754.915 microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), com uma dívida global que soma R\$ 26,7 bilhões.

Essa situação exige atenção, pois a regularização é fundamental para evitar a exclusão do Simples Nacional a partir de 2025. Entre os dias 30 de setembro e 4 de outubro, a **Receita Federal** disponibilizou, no Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional (DTE-SN), os termos de exclusão e os relatórios de pendências.

O prazo para que os contribuintes regularizem suas dívidas é de 30 dias a partir da data de ciência desses documentos. Caso as pendências não sejam resolvidas dentro do prazo estipulado, as empresas podem ser excluídas do regime simplificado, o que aumentaria significativamente sua carga tributária e prejudicaria sua operação.

O diretor executivo da Confirp Contabilidade, Richard Domingos, alerta para a importância de verificar se a empresa foi notificada e de regularizar os débitos o mais rápido possível. "Muitas vezes, as pendências não são intencionais, mas resultam de descuidos, como o não pagamento de uma guia. No entanto, a falta de ação pode resultar em consequências graves, como a exclusão do Simples Nacional e o aumento da carga tributária", afirma Domingos.

Para resolver a situação, os contribuintes têm duas opções: pagamento à vista, que quita a dívida de forma imediata, ou parcelamento, que pode ser feito em até 60 vezes. Além disso, o processo de negociação de débitos com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) oferece condições vantajosas, como descontos e prazos ampliados. A negociação é realizada digitalmente, por meio do portal Regularize.

Edital - Para auxiliar no processo de regularização e evitar a exclusão do Simples Nacional, uma nova oportunidade se apresenta para as empresas com dívidas tributárias. "A Procuradoria-Geral da Fazenda

Nacional (PGFN) lançou o Edital PGDAU nº 7, que oferece condições especiais para a regularização de débitos de microempresas, empresas de pequeno porte e MEIs. Esse edital é uma chance para que as empresas com dívidas de até 20 salários mínimos possam obter descontos de até 50% e parcelar o valor total da dívida em até 55 meses", explica advogada tributária Alexia Sorrilha, sócia do escritório Barroso Advogados Associados.

O Edital PGDAU nº 7 atende a débitos de até 20 salários-mínimos inscritos na dívida ativa da União até 1º de agosto de 2024 (no caso das MEs e EPPs) ou até 1º de novembro de 2023 (para os MEIs). Para aderir, as empresas podem realizar um pagamento inicial de 5% do valor total da dívida, com o saldo podendo ser parcelado conforme sua capacidade de pagamento. As condições de parcelamento são flexíveis, permitindo que as empresas ajustem a negociação à sua realidade financeira.

Osa interessados em renegociar dívidas podem aderir ao edital até às 19h do dia 31 de janeiro de 2025 pelo site do Regularize.

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impresso/edic-ao-de-14-a-16-12-2024/>

Inadimplência das empresas - CURTAS

Fim de ano é tempo de reavaliar as finanças e planejar estratégias para começar o próximo ciclo financeiro com mais estabilidade. Com a chegada do período de pagamento do 13º salário, além de redobrar atenção com receitas extras e eventuais bonificações de desempenho, muitas empresas podem necessitar de reforço de caixa para quitar dívidas, equilibrar suas contas, reduzir os encargos com juros, além de precisar de recursos para investimentos futuros. Dados do Indicador de Inadimplência das Empresas da Serasa Experian revelaram que em setembro deste ano foram registradas mais de 6,9 milhões de companhias inadimplentes de todos os portes. Os estados que lideraram o ranking com mais micro e pequenas empresas inadimplentes foram São Paulo (2.207.002), Minas Gerais (577.519) e Rio de Janeiro (574.450).

Linha de crédito para quitação de dívidas

As empresas que enfrentam dificuldades em equilibrar as contas, tem como opção estratégica a utilização de linhas de crédito voltadas para a quitação de dívidas e para custear o pagamento do 13º salário de seus colaboradores, conforme explica a diretora regional da Central Unicred do Brasil - Núcleo Multirregional, Carolina Ramos. "Essas linhas geralmente têm condições diferenciadas, como taxas de juros competitivas e prazos flexíveis, tornando uma boa opção para os negócios", explica. Carolina acrescenta que o crédito para o 13º salário começa na análise da solicitação, com apresentação dos documentos, até a aprovação; após este processo, o montante é liberado para o cooperado pessoa jurídica (PJ). Segundo a diretora, as cooperativas oferecem prazos compatíveis com a capacidade de pagamento das empresas, facilitando a quitação da dívida.

Fortalecimento da CVM

A Associação Brasileira de Criptoconomia (ABcripto) reafirma seu compromisso com o fortalecimento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), destacando a importância estratégica da autarquia para o mercado de capitais e o desenvolvimento de inovações financeiras no Brasil. Ao assinar a "Carta Aberta: O Fortalecimento da CVM como Pilar do Mercado de Capitais Nacional", a ABcripto reforça a necessidade de ações concretas para garantir a sustentabilidade e a modernização da CVM diante dos desafios **impostos** pelo crescimento exponencial do mercado. Nos últimos anos, o mercado de capitais brasileiro apresentou um crescimento robusto, com o número de

participantes supervisionados saltando de 55 mil, em 2019, para 90 mil em 2024, um aumento de mais de 60%.

Notas de corretagem

Investidores do mercado financeiro da Bolsa de Valores (B3) e criptoativos devem organizar suas notas de corretagem e extratos de operações agora em dezembro. Essas informações serão importantes e necessárias para o período de declaração do Imposto de Renda no ano seguinte, mas a orientação é já deixar tudo organizado para não correr contra o tempo e esquecer informações importantes. A organização é fundamental para evitar problemas com a **Receita Federal**, incluindo multas, avalia o contador Luis Fernando Cabral, especialista em contabilidade para investidores, da Contador do Trader.

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impresso/edic-ao-de-14-a-16-12-2024/>

Um festival de processos

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) tem mais de 5 milhões de processos pendentes na Justiça, segundo levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgado no início deste mês. A pesquisa contabiliza todas as ações judiciais contra o órgão até 31 de outubro. Apenas neste ano, o instituto é causa de 2,7 milhões de novos processos, enquanto outros 2,4 milhões foram direcionados para outros órgãos, a instâncias superiores ou arquivados definitivamente.

A maioria dos novos processos (2,4 milhões) está na Justiça Federal, enquanto cerca de 340 mil estão na Justiça Estadual. Uma pequena parcela, de 2.413, está na Justiça do Trabalho.

O advogado João Badari, do escritório Aith, Badari e Luchin e representante do Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev), explica que, apesar do número de processos ser alto, está dentro das estatísticas ligadas ao **INSS**. "Todos os números com relação ao **INSS** são macros, já que ele é um dos maiores sistemas de assistência social do mundo", contextualiza.

Atualmente, o **INSS** paga cerca de 39 milhões de aposentadorias e pensões com um orçamento na casa de R\$ 1 trilhão ao ano. O instituto é ainda responsável pelo pagamento de auxílios e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

"São centenas de vítimas de moto no trânsito, pessoas acidentadas e inválidas no trabalho, desemprego e outras questões. Esses problemas sociais deságuam na nossa **Seguridade Social**, que inclui o **INSS**", diz o advogado especialista em **Previdência Social**, Rômulo Saraiva.

Ele explica que os desafios desse cenário se concentram na política administrativa do **INSS**, uma vez que o sistema muda as suas regras com frequência e, muitas vezes, há erros e conflitos normativos, levando os segurados à Justiça para garantir seus direitos.

"O **INSS** possui uma postura institucional tendente ao litígio, negando direitos elementares ou mesmo questões já apaziguadas pelo Judiciário", avalia. Segundo ele, desde 2013 houve um esvaziamento de 20 mil servidores que se aposentaram, morreram ou migraram de cargo. "Sem a reposição necessária, os processos não são bem analisados ou negados injustamente", finaliza Saraiva.

Nos últimos anos, o Poder Judiciário vem tentando evitar ser o principal destinatário dos processos previdenciários por conta do número elevado de ações que já estão em seu controle. No STF (Supremo Tribunal Federal), há uma discussão para avaliar se a Justiça deve aceitar um novo processo caso a prova não tenha sido analisada pelo **INSS**, por exemplo.

O que diz o **INSS**

O **INSS** destaca que a autarquia tem relação jurídica com mais de 100 milhões de brasileiros. Sejam beneficiários ou contribuintes. Ao longo deste e do último ano, o instituto vem tomando medidas para reduzir o problema, como o Atestmed, que diminuiu a espera pelo auxílio-doença, por conceder o benefício por incapacidade temporária mais rápido e a teleperícia.

O órgão também afirma que "promove a simplificação dos processos internos e amodernização de seu sistema". Neste ano, houve a contratação de 1.276 novos servidores com a expectativa de mais 300 aprovados no último concurso.

"Importante informar que o **INSS** indefere aproximadamente 50% dos requerimentos. Portanto, é natural, diante de um quadro de assédio de intermediários, que os beneficiários busquem o Judiciário para tentar reverter a decisão, inclusive nos casos onde não faz jus ao benefício", afirma o **INSS** em nota.

Saraiva diz que, muitas vezes, o trabalhador não sabe o que precisa ter em mãos para receber o benefício e, sem a orientação presencial de um servidor em função da automação de central telefônica e do Meu **INSS**, pedidos malfeitos costumam se transformar em novas ações judiciais.

Nesses casos, a recomendação é de que a opinião da Defensoria Pública da União seja buscada para um diagnóstico previdenciário ou mesmo de um advogado, caso o cidadão possa pagar por uma consultoria.

Ao abrir um processo judicial, haverá um contrato com advogado e o pagamento dos honorários, caso ganhe a ação. Há ainda casos em que o segurado terá de pagar pelos serviços, mesmo se perder, por isso precisa avaliar bem se há direito ou não.

**

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18366>

SERVIÇO

Como agilizar o processo judicial

QUANDO OS PROCESSOS VÃO PARA A JUSTIÇA, O SEGURADO ESTARÁ SUJEITO AOS PRAZOS JUDICIAIS.

MAS OS ADVOGADOS BADARI E SARAIVA DÃO ALGUMAS DICAS PARA OS SEGURADOS:

Procure dar entrada no processo com a documentação completa

Tenha documentos que provem o direito ao benefício, especialmente da época que se quer provar

Faça pedidos claros durante a ação

Buscar a sua vara judiciária caso o processo possa ser aberto nessa esfera

Ações de até 60 salários mínimos são pagas como RPVs (Requisições de Pequeno Valor) e saem mais rápido. Neste caso, o cidadão pode entrar com processo no JEF (Juizado Especial Federal), sem um advogado. No entanto, se o **INSS** recorrer, terá de apresentar um defensor em até dez dias.

**

Saiba como realizar a consulta

Para realizar a consulta de processos no site do **INSS**, é preciso entrar no Portal de Consulta do instituto pelo endereço consultaprocessos.inss.gov.br, digitar o CPF e uma senha pessoal, vinculada às credenciais no Gov.br, sistema do Governo Federal. Caso ainda não tenha a senha, o usuário pode criá-la diretamente no site Meu **INSS** (meu.inss.gov.br/#/login) ou em uma unidade do órgão.

Para visualizar o processo, basta estar cadastrado no sistema de recursos como parte interessada. Isso inclui o próprio titular, um procurador (como um advogado) ou um representante legal, como curador, tutor, guardião, tutor nato ou administrador provisório.

No caso de acesso por procuradores ou representantes legais, é essencial que o solicitante, ao registrar o recurso, selecione a opção "Deseja cadastrar Procurador ou Representante Legal para este pedido?", respondendo SIM para garantir a habilitação.

Site:

Bancos podem ter de parar consignado do INSS

MATHEUS PIOVESANA

Os bancos podem ter de interromper a concessão de crédito consignado para aposentados e pensionistas do **INSS**, de acordo com pessoas a par do assunto. Até agora, as instituições estão interrompendo a oferta por meio dos correspondentes bancários, em que o pagamento de comissões tem levado o produto a dar prejuízo.

Uma das razões é a taxa básica de juros, Selic, que está em 12,25% ao ano e deve subir 1 ponto percentual em cada uma das duas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom). Com isso, ela chegaria a 14,25%, inviabilizando empréstimos a juros baixos, na visão dos bancos.

O aperto atinge todos os bancos, mas é maior para os de médio porte. Na sexta-feira, o Bradesco suspendeu a oferta de consignado do **INSS** via correspondentes.

Na véspera, o Banco do Brasil havia feito a mesma suspensão. Itaú Unibanco, Santander, BMG, Pan, Mercantil e Paraná Banco, entre outros, também interromperam a oferta.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Solução na reforma

GERALDA DOCA

O número de ações trabalhistas disparou em 2024, segundo dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST), na contramão de um dos principais objetivos da reforma de 2017. Entre janeiro e outubro deste ano, ingressaram na Justiça trabalhista 3,450 milhões de processos, um aumento de 15% em relação aos 2,991 milhões registrados no mesmo período de 2023.

Os números do TST mostram que, entre 2017 e 2021, a entrada de novas ações trabalhistas recuou 27%, de 3,965 milhões para 2,888 milhões. Em 2022, subiu para 3,161 milhões e, no ano seguinte, 3,519 milhões. Os números mostram que a trajetória de queda foi invertida.

O crescimento no número de ações ocorreu após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que em 2021, invalidou um trecho da reforma que determinava que o perdedor de uma ação trabalhista deveria pagar custas processuais e honorários advocatícios e periciais da parte ganhadora, mesmo se fosse beneficiário da Justiça gratuita. Com a decisão do STF, beneficiários da Justiça gratuita não precisam mais pagar os honorários da parte vencedora - a não ser que o credor demonstre que a outra parte já pode pagar os honorários (isto é, deixou de fazer jus à gratuidade).

- Houve um aumento do número de demandas por causa disso - afirma o advogado João Póvoa, sócio do Bichara Advogados, acrescentando que o mercado de trabalho aquecido, em menor grau, também contribuiu para o aumento de processos.

EFEITO DA PANDEMIA

A Reforma Trabalhista determina que o benefício da Justiça gratuita é para quem tem salário igual ou inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de **Previdência Social** - hoje, o equivalente a R\$ 3.114 por mês. Entretanto, a Justiça trabalhista tem concedido gratuidade com base em uma mera declaração da pessoa, afirmando que não tem condições financeiras para pagar as custas processuais.

Na tentativa de preencher

esse vácuo, os ministros do TST se reúnem esta semana para decidir sobre o tema. O presidente do Tribunal, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, afirma que

o plenário vai definir como fica a situação de um trabalhador que ganha um pouco acima do limite ou recebe mais, mas tem várias despesas.

Uma discussão será como esses trabalhadores vão comprovar que não têm condições de assumir as custas processuais: se será preciso apresentar todos os boletos de pagamento de despesas para atestar a capacidade financeira ou se vai prevalecer a declaração de hipossuficiência (documento que comprova que uma pessoa não tem condições financeiras para pagar os custos de um processo judicial) já considerada por juízes de instâncias inferiores. A decisão do Tribunal terá efeito vinculante: vai orientar essa questão em todos processos em tramitação e em novos casos.

O presidente do TST admite que a reforma ajudou a reduzir processos trabalhistas, mas lembra que os efeitos da pandemia da Covid também precisam ser considerados:

- Evidentemente que houve uma redução das ações com a Reforma Trabalhista porque havia um temor com relação ao acesso à Justiça. Se o empregado perdesse a ação, ele tinha que pagar as custas e honorários advocatícios da parte contrária, e antes não havia isso pelo princípio da gratuidade do processo do trabalho. E, se ele conseguisse êxito em parte da demanda, naquilo que ele perdeu, pagaria com o próprio crédito. Agora, a diminuição ocorreu também no momento da pandemia, as pessoas perderam o emprego - afirmou Corrêa da Veiga.

VERBAS RESCISÓRIAS NO TOPO

Na avaliação do presidente do TST, o alto volume das ações na área trabalhista decorre ainda da característica do mercado formal de trabalho brasileiro, com alta rotatividade, e da dinâmica da geração de empregos. Pelos números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, o saldo de postos criados em 2024 deve ficar em torno de dois milhões.

De acordo com levantamento da Corte trabalhista, as verbas rescisórias - o acerto da demissão - figuram como o principal motivo das causas judiciais. São queixas por não pagamento de aviso prévio, que é proporcional ao tempo de serviço, horas extras e férias. Também fazem parte do ranking multa de 40% do FGTS, intervalo de jornada e adicional de insalubridade e periculosidade. Além disso, este ano

entraram na lista das principais causas as indenizações por dano moral.

As ações abrangem todos os setores da economia formal, com maior incidência em serviços e indústria. Há queixas nos segmentos de comércio, administração pública, educação, serviços financeiros e agropecuária.

-O aumento das demandas na Justiça trabalhista eleva o custo de empregar e o custo de formalizar a força de trabalho - afirma o economista José Márcio Camargo.

Segundo o professor de Relações do Trabalho da Universidade de São Paulo (USP) José Pastore, a imprevisibilidade das decisões judiciais é um obstáculo para o ambiente de negócios no Brasil:

- A quantidade de ações trabalhistas no Brasil é enorme. Investidores tendem a evitar mercados onde as autoridades judiciais anulam acordos legais ou impõem penalidades sem base na legislação vigente - diz Pastore.

Ele observa ainda que o aumento das ações trabalhistas tem reflexos para os cofres públicos, com maior pressão por mais infraestrutura e servidores da Justiça do Trabalho.

RESISTÊNCIA DE JUÍZES

Um estudo coordenado por Pastore e vários especialistas, a ser divulgado no ano que vem, aponta para um "esvaziamento" da Reforma Trabalhista. De acordo com o texto, há uma resistência dos juízes do Trabalho e do próprio TST à flexibilização da terceirização, à possibilidade de negociação de vários direitos constantes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), à limitação da Justiça gratuita aos que efetivamente não podem pagar e à necessidade de definição de pedidos líquidos nas petições iniciais (certos, determinados e com indicação de seus valores).

O texto original da reforma foi encaminhado ao Congresso no governo da então presidente Dilma Rousseff com poucos artigos. Entretanto, na gestão de Michel **Temer**, a proposta se tornou uma ampla reforma, que alterou vários artigos da CLT.

Especialistas ressaltam que o alto grau de judicialização do trabalho eleva os custos para os empregadores. Segundo o advogado Fabiano Zavanella, sócio do escritório Rocha, Calderon e Advogados Associados, a decisão do Supremo estimulou a litigiosidade.

- Não há mais o ônus da derrota, de arcar com

despesas da outra parte. Isso desequilibra o processo, aumenta o custo das empresas que enfrentam grandes demandas e tem reflexos gerais, na contratação e no preço para os consumidores - afirma Zavanella.

Além da prevalência do negociado entre as partes sobre a legislação, a reforma acabou com o imposto sindical obrigatório, um ponto que os sindicatos buscam restaurar até hoje. Também foram criados vínculos atípicos, com regimes de trabalho como o intermitente (remuneração por hora e contrato com vários empregadores) e o de tempo parcial, com jornada semanal inferior a 30 horas.

INTERMITENTE MANTIDO

No fim da semana passada, o Supremo Tribunal Federal (STF) negou três ações que questionavam a validade do contrato intermitente. Com esse resultado, esse tipo de modelo de trabalho foi validado. Em 2023, eles representaram 10% do total de vínculos, segundo o Ministério do Trabalho. Este ano, dos 2,1 milhões de empregos criados até outubro, os atípicos responderam por 19%, somando 407.469.

Para especialistas, o atual governo colhe os frutos das mudanças na lei trabalhista. Entre janeiro de 2023 e outubro deste ano, foram gerados 3,572 milhões de empregos com carteira assinada.

- De um modo geral, a flexibilização das regras impulsiona a contratação formal - disse Caio Napoleão, economista da MCM Consultores.

O relatório da reforma foi elaborado pelo então deputado Rogério Marinho (RN), hoje senador pelo PL. Ele observa que a geração de empregos é ininterrupta desde dezembro de 2017, quando o estoque de trabalhadores no emprego formal era de 38,3 milhões e saltou para os atuais 47,6 milhões.

Marinho afirma que essa alta aconteceu no meio de uma pandemia. E lembra que, em dezembro de 2022, já havia quase 44 milhões de trabalhadores em empregos formais.

- Significa dizer que se trata da maior recuperação de empregos formais, após uma recessão, de que se tem conhecimento. O Congresso Nacional produziu uma legislação que trouxe previsibilidade e resultados positivos na geração de empregos formais. Essa perspectiva deve ser respeitada, e qualquer aperfeiçoamento deve ser conduzido pelo Parlamento - diz Marinho.

Procurado, o Ministério do Trabalho não comentou.

"Houve redução das ações porque havia temor com relação ao acesso à Justiça. A diminuição ocorreu também no momento da pandemia"

Aloysio Corrêa da Veiga, presidente do TST

"O aumento das demandas na Justiça trabalhista eleva o custo de empregar e o custo de formalizar a força de trabalho"

José Márcio Camargo, professor da PUC*Rio

"Não há mais o ônus da derrota, de arcar com despesas da outra parte. Isso desequilibra o processo"

Fabiano Zavanella, advogado

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Para analistas, ajuste passa por Previdência e servidor

Apesar de ter avançado em importantes reformas nos últimos anos, há ainda a percepção de que o país precisa realizar uma ampla reforma administrativa e aprofundar a reforma previdenciária para garantir o equilíbrio das contas públicas, segundo especialistas ouvidos pelo Valor, já que esses dois grupos correspondem às maiores despesas do governo.

O tamanho do desafio é ilustrado quando se olha, por exemplo, para o Projeto de Lei Orçamentária de 2025, que ainda está em trâmite no Congresso. As despesas obrigatórias do governo federal vão subir R\$ 132,2 bilhões no próximo ano, puxadas por benefícios previdenciários e salário do funcionalismo, consumindo quase todo o espaço aberto para novos gastos no ano que vem.

De um lado, há a observação de que é iminente enfrentar novamente o tema previdenciário, já que dados do próprio governo indicam que a despesa com benefícios do Regime Geral da **Previdência Social**, que hoje é da ordem de 8% do **PIB**, saltará para patamar próximo a 16% do **PIB** ao final do século, quando o déficit desse regime previdenciário tende a alcançar 10% do **PIB**.

O Balanço Geral da União deste ano mostrou que, caso a trajetória da despesa previdenciária continue crescendo neste patamar, o percentual, em 2100, equivaleria a um rombo de R\$ 25,5 trilhões, valor que, em tese, o governo teria de desembolsar para garantir o pagamento de aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), se nada for feito até lá para impedir a trajetória explosiva do resultado da Previdência.

"Uma nova reforma da Previdência será necessária para preencher lacunas da reforma aprovada em 2019", avaliou o ex-secretário de Orçamento Federal Paulo Bijos. "É inevitável fazer uma nova reforma previdenciária em razão do aumento da expectativa de vida da população e da insuficiência das reformas anteriores", concordou o economista Marcos Mendes.

Desde o início deste ano, especialistas apontavam que a previsão para as despesas com benefícios previdenciários estava subestimada. No último relatório bimestral de receitas e despesas, por exemplo, o governo elevou mais uma vez a estimativa com as despesas com Previdência, que subiram dos

R\$ 908 bilhões previstos na peça orçamentária de 2024 para R\$ 940 bilhões até o fim deste ano.

Mendes destaca que, antes de pensar em uma nova reforma, no entanto, é preciso "resolver antes um problema central, que corrói os esforços de qualquer reforma previdenciária". Ele se refere ao vínculo do piso previdenciário com o salário mínimo. No pacote de corte de despesas apresentado ao Congresso, o governo sugere que o mínimo cresça de forma real no limite do novo arcabouço fiscal, de 2,5%.

Ainda assim, na visão dos especialistas, isso é insuficiente para conter o avanço dessa despesa. "Ou se desvincula as duas coisas, ou se estabelece uma política de reajuste do salário mínimo que o corrija pela **inflação**, ou pelo aumento da renda per capita. A atual política é insustentável", opinou o economista.

"A reforma da Previdência, em 2019, foi positiva, mas incompleta e insuficiente", avaliou o economista Felipe Salto, ex-diretor da Instituição Fiscal Independente e sócio da Warren Rena. "Na época, alertei que seria preciso promover uma nova mudança na legislação, dentro de cinco a dez anos. A previsão, infelizmente, se confirmou. O déficit da Previdência é grande e as despesas voltaram a crescer."

Ele também concorda que a questão central é a vinculação de boa parte desses gastos ao salário mínimo. "Mas há também que discutir a aposentadoria rural, a questão dos militares e a idade mínima, que ficou sem previsão de correção pela evolução da sobrevida."

Ainda no âmbito do pacote de gastos, o governo anunciou que vai sugerir ao Congresso a revisão da idade mínima para a ida dos militares à reserva, que passaria de 50 anos para 55 anos. Diante da resistência das Forças Armadas, no entanto, o texto ainda não foi enviado.

Reforma da Previdência, em 2019, foi positiva, mas incompleta e insuficiente"

- Felipe Salto

Este ano, o governo anunciou que faria um pente-fino em programas sociais na intenção de reduzir as despesas com benefícios previdenciários. Inicialmente,

a previsão era economizar R\$ 10 bilhões somente neste ano, mas a equipe econômica reduziu a estimativa de economia para R\$ 5,5 bilhões. Procurados, os ministérios da Previdência e do Planejamento não se manifestaram.

Em outra frente, uma reforma administrativa é vista importante não só do ponto de vista fiscal para o Executivo, já que seus efeitos não são sentidos no curto prazo, mas principalmente para dar mais eficiência ao Estado. Quando o agregado é observado, o gasto do país é tido elevado somando Estados e municípios, da ordem de 10% do **PIB**, segundo dados levantados por Bijos.

O governo Jair Bolsonaro apresentou, em 2020, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, que altera diversos dispositivos e faz mudança profunda na estrutura administrativa do Estado. Em um dos seus pontos mais polêmicos, define que a estabilidade no serviço público ficará restrita a carreiras típicas de Estado.

No início deste ano, o tema voltou à pauta após o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defender o avanço da proposta em algumas ocasiões ao longo do ano. O governo Lula, no entanto, resiste, já que existe a avaliação de que essa PEC visa somente cortar gastos e tirar direitos dos servidores, sem avançar na reestruturação das carreiras.

O Ministério da Gestão e Inovação defende, além disso, que o gasto com pessoal do Executivo Federal em proporção ao **PIB** vai se manter estável até o fim do governo Lula, apesar da criação de concursos e dos reajustes conferidos às carreiras.

Em 2022, 2,7% do **PIB** era gasto com os servidores do Executivo federal, ante a projeção de 2,62% ao fim do governo Lula, segundo dados da pasta.

Consultor designado para trabalhar na PEC, Rafael Amorim de Amorim, da área de direito administrativo e administração pública, avalia que um dos principais pontos que o Executivo deveria endereçar é a progressão de carreira. "Temos estruturas de carreiras muito curtas. Então, em muitas vezes, o parâmetro inicial de remuneração já é muito alto."

"Quanto à reforma administrativa, é urgente não pela questão fiscal, vale dizer. Ela pode até promover ganhos orçamentários e econômicos, mas o problema central está na estrutura do Estado, no seu funcionamento, na organização das carreiras, na evolução da remuneração e na ausência de avaliação de desempenho para valer", defendeu Salto.

Marcos Mendes também tem uma opinião semelhante.

"Trata-se mais de uma questão de adequação das remunerações à realidade do mercado de trabalho brasileiro (ganha-se mais no setor público que no setor privado, especialmente no início de carreira), de equidade entre carreiras, e de organização e alocação eficiente da mão de obra no setor público."

Segundo ele, "isso está relacionado a uma agenda de eficiência e não de controle de despesas". "A agenda deve ser voltada para incentivos à produtividade, como promoção por mérito, escala salarial ascendente ao longo da carreira mas restringindo a ascensão aos mais bem avaliados, carreiras genéricas que possam trabalhar em vários órgãos (para dar mais flexibilidade à alocação da mão de obra)", complementou.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20241216/>

STF afasta cobrança de UCMD sobre PGBL e VGBL

Marcela Villar De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) foi unânime para afastar a incidência de ITCMD sobre os planos de previdência privada VGBL e PGBL em caso de morte do titular. A análise foi finalizada à meia-noite de sexta-feira, no Plenário Virtual. A decisão, em repercussão geral, deve ser seguida agora por todo o judiciário.

A discussão foi levada ao STF em 2021. Foram julgados recursos do Estado do Rio de Janeiro, da Assembléia Legislativa do Estado (Alerj) e da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de **Previdência Complementar** Aberta (Fenaseg) contra decisão do Tribunal de Justiça (TJRJ) que declarou inconstitucional a cobrança de ITCMD sobre o VGBL, mas validou a do PGBL (RE 1363013).

Enquanto o governo do Rio sustentava que o artigo 23 da Lei Estadual nº 7.714/2015, que prevê a cobrança do tributo, seria constitucional, a Fenaseg defendia a derrubada do dispositivo.

Prevaleceu no julgamento o voto do relator, ministro Dias Toffoli. Ele seguiu o parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR), contra a tributação dos planos. O argumento central é que o VGBL e o PGBL, na transmissão a herdeiros, "passam a cumprir finalidade acessória e a funcionar como verdadeiro seguro de pessoa/vida".

O relator lembrou, em seu voto, que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já havia entendido pela impossibilidade da tributação do VGBL por conta de o plano ter natureza de seguro de vida e não de herança (REsp 1961488). Foi aplicado o artigo 794 do Código Civil, mesmo dis positivo citado por Toffoli no voto. O artigo estabelece que "no seguro de vida ou de acidentes pessoais para o caso de morte, o capital estipulado não está sujeito às dívidas do segurado, nem se considera herança para todos os efeitos de direito".

Alguns tribunais estaduais, como os do Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Ceará e Pernambuco, também afastaram a cobrança. "Nessa toada, o ITCMD não incide sobre os direitos e os valores repassados aos beneficiários no caso de

falecimento do titular do VGBL ou do PGBL", afirmou Toffoli.

Ele propôs a seguinte tese: "É inconstitucional a incidência do imposto sobre transmissão causa mortis e doação (ITCMD) sobre o repasse aos beneficiários de valores e direitos relativos ao plano vida gerador de benefício livre (VGBL) ou ao plano gerador de benefício livre (PGBL) na hipótese de morte do titular do plano".

Para o tributarista Luiz Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados, que representou a Fenaseg no caso, o voto do relator "deixa claro que não se pode cogitar imposto de transmissão em planos de **previdência complementar**". "Não há transmissão no repasse de valores aos beneficiários dos planos. Quer se entenda tais planos como seguros ou **previdência complementar**, o raciocínio é rigorosamente o mesmo." Eduardo Suessmann, sócio do SBP Law, diz que o VGBL e PGBL, apesar de terem sido distinguidos no acórdão do TJRJ, na prática, são muito parecidos. "O VGBL pode ter cláusula de seguro por sobrevivência, então, por isso, teria uma pequena distinção em relação ao PGBL, mas o STF não foi nessa linha", diz. "O voto do relator entende que tudo tem natureza de seguro e não estaria sujeito ao ITCMD." Gustavo Rezende Mitne, diretor-adjunto de atuação judicial do Instituto Brasileiro de Brasileiro Previdenciário (IBDP), amicus curiae no caso, esclareceu ao STF que o PGBL é um plano de **previdência complementar** e quando o participante morre, a propriedade seria transferida, "justificando, em tese, a incidência do ITCMD". Já o VGBL é um contrato de seguro, "afastando, também em tese, a incidência do ITCMD".

Vanessa Sene, da Innocenti Advogados, afirma que a discussão no Supremo serve para garantir segurança jurídica e uniformidade fiscal entre os Estados. E que eventual cobrança de ITCMD sobre o VGBL "reduziria a sua eficiência como ferramenta de planejamento sucessório".

O entendimento é compartilhado por Maria Andréia dos Santos, sócia do Machado Associados. "Sem dúvida, haverá um forte estímulo para que esses instrumentos continuem sendo utilizados dentro do bojo de planejamentos sucessórios, mantendo sua atratividade para aqueles que já querem organizar a sucessão do

seu patrimônio." Em nota, a diretora jurídica da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg), Glauce Carvalho, diz que a decisão é "importantíssima". Para ela, eventual tributação seria "um desestímulo à expansão do mercado de **previdência complementar** e um desestímulo a todo um esforço necessário à proteção previdenciária da população, em um contexto de iminente inviabilização da **previdência social** face ao aumento da longevidade e envelhecimento da sociedade brasileira".

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20241216/>

Supremo considera constitucional modelo de trabalho intermitente

Luiza Calegari De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou constitucional o modelo de trabalho intermitente, instituído pela reforma trabalhista (Lei nº 13.467) no ano de 2017. O placar, no Plenário Virtual, foi de oito votos a três.

A legislação só autoriza essa modalidade para atividades com alternância de períodos de prestação de serviço e de inatividade. O trabalhador recebe pelo período efetivamente trabalhado, quando convocado pelo empregador - que pode ser mais de um.

Os ministros analisaram os artigos 443 e 452 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que foram alterados pela reforma, por meio de três ações diretas de inconstitucionalidade (ADI 5826, ADI 5829 e ADI 6154).

No julgamento, o relator, ministro Edson Fachin, ficou vencido. Prevaleceu a divergência aberta pelo ministro Nunes Marques. Para ele, o trabalho intermitente assegura os direitos mínimos dos trabalhadores, como valor da hora equivalente à do salário mínimo, descanso semanal remunerado, além de melhorar o padrão de proteção social aos trabalhadores que estavam na informalidade. Assim, acrescentou, não gera precarização, mas segurança jurídica.

Alexandre de Moraes também divergiu do relator, afirmando que o Legislativo tem autonomia para dispor sobre novas formas de trabalho, sem a obrigação de se manter fiel aos modelos tradicionalistas. "Mas obviamente o legislador sempre deve portar-se em observância aos direitos sociais consagrados constitucionalmente, e não me parece que aqui foi diferente", afirmou.

Além deles, divergiram do relator os ministros André Mendonça, Cristiano Zanin, que propôs que o contrato seja rescindido após um ano de inatividade, Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso. Ficaram vencidas, por seguirem Fachin, as ministras Rosa Weber, hoje aposentada, e Cármen Lúcia.

O ministro Luiz Fux ficou com a maioria. Mas defendeu a "existência de omissão inconstitucional no regramento do contrato de trabalho intermitente", que deve ser su prida pelo Congresso Nacional.

Segundo especialistas, a decisão do STF trouxe estabilidade e segurança jurídica para as empresas. Ricardo Calcini, sócio de Calcini Advogados, acredita que a decisão é um passo fundamental para que as empresas passem a adotar esse modelo com mais frequência. "Sem essa decisão, beirava a insegurança jurídica", diz ele, acrescentando que as mudanças serão positivas para reduzir a informalidade e a precarização das relações trabalhistas.

Leticia Ribeiro, sócia trabalhista do Trench Rossi Watanabe, enxerga a questão pelo mesmo ângulo. Para ela, a validação de uma forma adicional de contratação, alternativa ao modelo CLT é positiva, pois permite a redução do desemprego e da informalidade.

"Há um grande debate, já há algum tempo, sobre a necessidade de novas formas de contratação mais dinâmicas, e o modelo de trabalho intermitente não deixa de atender a esse anseio", afirma.

Apesar disso, ela diz que os votos dos ministros Luiz Fux e Cristiano Zanin apontam para a necessidade de uma regulamentação infraconstitucional mais profunda, que traga melhorias para não deixar o trabalhador tão desassistido e ao mesmo tempo não inviabilize a contratação ao sobrecarregar o empregador.

"É necessário pensar em estruturas de contrato que considerassem a fixação de horas mínimas para o trabalho, por exemplo, ou com previsibilidade maior de renda. Sem esse número mínimo de horas trabalhadas, o salário pode ser insuficiente para a subsistência do trabalhador, que pode não conseguir alcançar a contribuição mínima para o **INSS**", afirma.

Por outro lado, Ricardo Carneiro, sócio do LBS Advogadas e Advogados, acredita que o reconhecimento desse modelo vai precarizar "profundamente a relação de emprego", ferindo o conceito de serviço efetivo de trabalho, que considera como parte da jornada o tempo que o trabalhador fica à disposição do empregador, aguardando ordens.

Para ele, há a possibilidade de uma "intensa migração de relações de emprego clássicas para essa modalidade precária de vinculação, que traz em sua essência o rebaixamento de renda, de direitos sociais

e previdenciários e de condições de vida".

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20241216/>

Segunda parcela do 13º salário deve ser depositada até sexta-feira

Ana Lúcia Caldas - repórter da Rádio Nacional

A segunda parcela do 13º salário deve ser depositada até sexta-feira, dia 20, aos trabalhadores com carteira assinada. O prazo para pagamento da primeira parcela terminou em 29 de novembro.

Segundo o Dieese, que é o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, serão injetados na economia, com esse salário extra, mais de R\$ 321 bilhões. Em média, cada trabalhador deverá receber R\$ 3 mil, somadas as duas parcelas.

Como nos últimos anos, o 13º dos aposentados e pensionistas do **INSS** já foi antecipado para abril e maio.

Por lei, têm direito a gratificação natalina, aposentados, pensionistas e quem trabalhou com carteira assinada por pelo menos 15 dias. Dessa forma, o mês em que o empregado tiver trabalhado 15 dias ou mais será contado como mês inteiro, com pagamento integral da gratificação correspondente àquele mês.

Trabalhadores em licença maternidade e afastados por doença ou por acidente também recebem o benefício. No caso de demissão sem justa causa, o décimo terceiro deve ser calculado proporcionalmente ao período trabalhado e pago junto com a rescisão. No entanto, o trabalhador perde o benefício se for dispensado com justa causa.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2024-12/segunda-parcela-do-13o-salario-deve-ser-depositada-ate-20-de-dezembro>

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 5

Agência Brasil

A Caixa Econômica Federal paga nesta segunda-feira (16) a parcela de dezembro do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 5.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 678,36. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 20,81 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,07 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Moradores do Rio Grande do Sul, afetados por enchentes de abril a junho, e de mais quatro estados (Amazonas, Paraná, Rondônia e São Paulo) receberam o pagamento do Bolsa Família de forma unificada no último dia 10, independentemente do número do NIS. O pagamento unificado beneficiou 59 municípios do Amazonas e 52 de Rondônia afetados pela estiagem e pela vazante dos rios, sete municípios do Paraná e 21 municípios de São Paulo afetados por fortes chuvas.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família. O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos

peixes).

Regra de proteção

Cerca de 2,74 milhões de famílias estão na regra de proteção em dezembro. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 370,33.

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 280 mil famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 200 mil famílias foram incluídas no programa em dezembro. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta segunda-feira às famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 5. O valor ficou em R\$ 104 neste mês. Por causa de um atraso na liberação, ele só começou a ser pago na quinta-feira (12), quando receberam os beneficiários com NIS 1 e 2. Os de NIS 3 em diante estão recebendo conforme o calendário de liberação do Bolsa Família.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,5 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do

preço médio do botijão de 13 kg.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-12/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-5>

Segunda parcela do 13º é paga até sexta (20); veja valor e quem recebe

Cristiane Gercina

Gustavo Gonçalves

A segunda parcela do 13º salário deve ser paga a trabalhadores da iniciativa privada e **servidores públicos** até esta sexta-feira (20).

O valor é menor do que o da primeira parcela, por ter descontos previstos na lei, como **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e Imposto de Renda, para quem recebe acima do limite de isenção.

O depósito é feito diretamente na conta na qual o profissional recebe o salário, e deve levar em consideração o vencimento do mês, somando horas extras, comissões e outros adicionais, caso haja, e excluindo-se o que já foi pago na primeira parcela e os **impostos**.

Os **impostos** incidem sobre o total do 13º. Segundo cálculos do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o benefício deve injetar na economia do Brasil, em 2024, R\$ 321,4 bilhões.

Têm direito ao benefício trabalhadores contratados pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), incluindo empregados domésticos, funcionários públicos de estados, municípios, do Distrito Federal e dos Poderes da União, e aposentados e pensionistas do **INSS** e de regimes próprios.

Os aposentados do **INSS** já receberam o benefício em duas parcelas em maio e junho. Quem se aposentou depois de junho teve direito ao 13º da Previdência de forma proporcional, em novembro.

Por lei, a primeira parcela do 13º é paga entre fevereiro e 30 de novembro. Há empresas e órgãos públicos que optam por fazer o depósito da primeira cota no mês de aniversário do trabalhador ou nas férias, a pedido. No setor público, há ainda quem pague metade do valor no mês de julho.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O empregador que opta por pagar o 13º de uma só vez deve ter feito o depósito da quantia até 30 de novembro, mas não há uma regra específica sobre a data. Em geral, as empresas pagam o benefício no prazo legal, ou seja, a primeira parcela em 30 de novembro e a segunda em 20 de dezembro, caso o trabalhador não tenha optado pelo adiantamento nas férias. Há empresas que adiantaram o depósito da primeira parcela para o dia 29 de novembro, por ser uma sexta-feira e se tratar de dia útil, mas essa regra não é obrigatória e varia conforme a jornada de trabalho.

Ydileuse Martins, coordenadora da consultoria e editorial da área trabalhista e Previdenciária da IOB, afirma que, como a lei não diz a data exata, há interpretações judiciais sobre o pagamento da parcela única, se essa for a opção do empregador.

"Isso não é legalmente previsto. Há entendimentos doutrinário e jurisprudencial no sentido de que, desde que haja previsão no documento coletivo de trabalho o 13º salário poderá ser efetuado em parcela única."

Se estiver em convenção ou acordo coletivo de trabalho, vale a data estipulada na convenção. Em geral, até 30 de novembro, como para a maioria dos juristas, mas há decisões judiciais que dão ao empregador o prazo até 20 de dezembro.

Segundo Glauco de Luz, especialista em direito trabalhista e previdenciário da IOB, o cálculo da segunda parcela do 13º salário considera a remuneração de dezembro. "Se um empregado ganhava R\$ 7.000 até novembro e, em dezembro, passou a receber R\$ 8.000, o 13º será calculado com base no novo salário," afirmou.

Além disso, valores como horas extras, comissões e adicionais entram no cálculo, mas podem variar conforme a média do ano.

Quanto aos descontos, Glauco disse que o **INSS** incide sobre o benefício para trabalhadores da **ativa**, mas não para aposentados e pensionistas que recebem o abono anual da Previdência. Sobre o Imposto de Renda, ele explicou que o cálculo segue "as mesmas regras aplicadas ao salário", ou seja, deve ser aplicada a tabela do IR mensal.

"O total das duas parcelas do 13º é somado e, após os descontos obrigatórios, aplica-se a tabela do imposto", diz. Neste ano, trabalhadores que ganham até dois salários mínimos estão isentos do IR.

No ano que vem, se for aprovada proposta do governo, a isenção subirá para R\$ 5.000. "Essa mudança depende de aprovação no Congresso. Se for implementada, valores abaixo do limite não serão tributados, mas o impacto no 13º ainda precisa ser analisado," diz Luz.

Segundo Luz, o 13º salário é um direito garantido a quase todos os trabalhadores regidos pela CLT. "Praticamente todos os empregados têm direito ao benefício, incluindo os domésticos. Para quem começou a trabalhar no meio do ano, o 13º é proporcional". O mês que tenha pelo menos 15 dias trabalhados entra nesse cálculo.

Ele diz, no entanto, que embora a Constituição garanta o 13º a todos os trabalhadores urbanos e rurais, a legislação específica para temporários não tem previsão explícita para esse pagamento.

Segundo o Dieese, cerca de 92,2 milhões de brasileiros serão beneficiados com o 13º neste ano. O valor médio é de R\$ 3.096,78. O total de trabalhadores não leva em conta autônomos, assalariados sem carteira ou trabalhadores com outras formas de inserção no mercado de trabalho que, eventualmente, recebem algum tipo de abono de fim de ano, pois não há dados disponíveis nestes casos.

O Dieese também não fez distinção entre os que recebem parte do 13º antecipadamente, conforme definido por acordo ou convenção, nem dos beneficiários do **INSS**, que já receberam.

Dos cerca de 92,2 milhões, 56,9 milhões (61,7%) são trabalhadores no mercado formal, entre eles, os empregados domésticos com carteira de trabalho assinada, que somam 1,4 milhão de pessoas, correspondente a 1,6%.

Os aposentados e pensionistas da **Previdência Social** equivalem a 34,2 milhões (37,1% do total). Há ainda cerca de 1,1 milhão de pessoas (ou 1,2% do total) aposentadas e beneficiárias de pensão da União.

Dora Ramos, CEO da Fharos Contabilidade e Gestão Empresarial, afirma que o primeiro passo é buscar o setor de recursos humanos da empresa. "Se o trabalhador não receber o pagamento até a data-limite, ele deve buscar a empresa para uma regularização. Persistindo, o caso pode ser levado ao Ministério do Trabalho e Emprego ou ao Ministério Público do

Trabalho."

Caso não haja pagamento, o trabalhador pode entrar com uma ação judicial.

Sim, as empresas devem recolher 8% do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). "O depósito é devido sobre o valor da segunda parcela, uma vez que o depósito sobre o valor da primeira parcela já foi efetuado no mês seguinte ao pagamento", diz Ydileuse Martins.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/12/segunda-parcela-do-13o-e-paga-ate-sexta-20-veja-valor-e-quem-recebe.shtml>

INSS: idade mínima para aposentadoria sobe em 2025. Calculadora do GLOBO mostra opções

Cássia Almeida

Como acontece a cada virada de ano, a partir de janeiro de 2025, a idade mínima para se aposentar vai aumentar: será de 64 anos para homens e de 59 anos para mulheres. A Reforma da Previdência de 2019 previu regras de transição que ficam mais rígidas a cada ano. Calculadora do GLOBO permite checar qual é a melhor opção para se aposentar para quem começou a trabalhar antes de 2019, confira:

A Reforma da **Previdência Social**, aprovada há cinco anos, instituiu regras de transição para quem já estava trabalhando antes de 13 de novembro de 2019, quando foi promulgada a mudança no sistema de aposentadoria brasileiro. Uma delas é a idade mínima progressiva.

As alterações valerem tanto para o mercado formal do setor privado quanto para o serviço público federal. A cada ano, essas regras vão se tornando mais restritivas.

A calculadora do GLOBO mostra, para cada trabalhador, de acordo com o ano em que começou a trabalhar (ou seja, seu tempo de contribuição), sua idade atual e gênero, as regras mais vantajosas para se aposentar.

Cada trabalhador pode checar qual é a melhor opção no seu caso. Em alguns casos, são até quatro regras possíveis de transição.

O resultado mostra o tempo que falta para se aposentar e qual será o percentual do benefício em cada uma das modalidades possíveis de aposentadoria. E sinaliza qual das regras vai proporcionar um ganho maior e qual vai permitir que o trabalhador se aposente em menos tempo com o maior valor de aposentadoria.

Clicando em cada uma das respostas, o trabalhador pode entender melhor as regras e saber quanto receberia e em quanto tempo se aposentaria caso a caso.

A Reforma da Previdência fixou idade mínima para se

aposentar de 65 anos para homens e de 62 anos para mulheres. Mas, para quem já estava no mercado de trabalho quando a reforma foi promulgada, em 2019, foi criada uma escadinha, com a exigência de idade mínima subindo gradualmente a cada ano.

Em 2024, esta idade mínima é de 58 anos e meio para mulheres e de 63 anos e meio para homens. A exigência aumenta em seis meses a cada virada de ano. Assim, será de 59 anos para mulheres e de 64 anos para homens em 2025.

E, a cada virada de ano, a exigência aumenta, até chegar aos 62 anos para as mulheres em 2031 e os 65 anos para os homens em 2027 - quando então ambos cumprirão a mesma regra válida para os brasileiros que começaram a trabalhar após a promulgação da reforma.

Lembrando que, além da idade necessária, é preciso cumprir um tempo mínimo de contribuição, de 35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres. Na calculadora do GLOBO, é possível fazer essa simulação.

O **INSS** também ofereceu ao trabalhador uma simulação de aposentadoria. Basta estar logado no gov.br e clicar na opção Simular Aposentadoria. Mas a ferramenta do **INSS** mostra as exigências e quanto tempo falta para se aposentar pelas regras atuais, ou seja, pelos parâmetros de idade mínima e sistema de pontos previstos para o atual momento.

Ou seja, ao consultar o simulador do **INSS** em 2024, o trabalhador consegue ver qual idade e quanto tempo de contribuição ele precisaria ter em 2024 para se aposentar em 2024. No ano que vem, esse simulador será atualizado para as regras de 2025 e assim por diante. É uma simulação do momento presente.

A ferramenta do GLOBO projeta as exigências para o futuro, já que a Reforma da Previdência criou uma escadinha, com parâmetros cada vez mais rígidos nas regras de transição a cada ano. Ou seja, a calculadora do GLOBO mostra quanto tempo falta, de fato, de contribuição e idade para o trabalhador se aposentar considerando que, em 2025, as regras serão mais

rígidas, em 2026, a exigência seria ainda maior e, assim por diante.

A ferramenta faz um cálculo efetivo, já considerando as regras no futuro, e mostra com precisão quando será possível pedir a aposentadoria e em que condições.

A calculadora do GLOBO também mostra as regras para os **servidores públicos** e para os professores, que são diferentes das aplicadas aos demais trabalhadores.

Além da idade mínima progressiva, uma outra regra de transição que se aplica à maioria dos trabalhadores é a do sistema de pontos.

Funciona assim: cada ano de recolhimento ao **INSS** corresponde a um ponto, enquanto cada ano a mais de idade vale outro. Portanto, a cada ano, o contribuinte soma dois pontos: um pela idade e outro pelo tempo de contribuição. A soma da idade e do tempo de contribuição tem que ser igual à da tabela, para o trabalhador poder requerer a aposentadoria.

Quando a tabela começou, em 2019, o mínimo era de 86 pontos para as mulheres e de 96 para os homens. Esses patamares avançam anualmente. Em 2025, serão de 92 pontos para as mulheres e 101 pontos para os homens.

Em 2028, a pontuação alcançará o limite de 105 pontos para os homens, sem novos aumentos. Cinco anos depois, em 2033, é a vez das mulheres, no limite de 100 pontos.

Na calculadora do GLOBO, basta inserir a sua idade e o seu tempo de contribuição para saber quanto tempo falta para você se aposentar por essa regra e pelas demais.

Para quem tem mais de 60 anos (homens) ou 57 anos (mulheres), outra regra possível para a aposentadoria é a do pedágio de 100% sobre o tempo de contribuição - ou seja, tem que cumprir o dobro desse período em relação ao que teria que trabalhar antes da reforma. São 35 anos de tempo de contribuição para homens e 30 para mulheres.

A última regra é a de aposentadoria por idade, que exige porém um mínimo de 15 anos de contribuição, mas que costuma ser mais vantajosa para quem não conseguiu se manter no mercado de trabalho contribuindo regularmente ao **INSS** de forma contínua. Para isso, a mulher precisa ter 62 anos e o homem, 65 anos.

O valor da aposentadoria pelo **INSS** será sempre

limitada ao teto do setor privado, atualmente em R\$ 7.786,02.

O cálculo começa com 60% do valor a que o trabalhador teria direito, de acordo com o salário que contribuiu durante seu tempo de trabalho, aos 20 anos de contribuição, para os homens e 15 anos para a mulher. Depois vai subindo dois pontos percentuais a cada ano a mais de contribuição até alcançar 100%. E isso vale para todas as regras de transição do setor privado.

A melhor regra de transição para se aposentar varia caso a caso. Por exemplo, em 2024, um homem de 55 anos que começou a trabalhar com carteira assinada aos 18 anos se encaixa nas quatro regras de transição previstas na reforma. A calculadora do GLOBO indica que ele já pode se aposentar, caso opte pelo pedágio de 100%, recebendo o total do benefício limitado ao teto do **INSS**, que atualmente está em R\$ 7.786,02.

Uma mulher de 45 anos que tenha começado a trabalhar aos 23 anos pode optar por quatro das regras de transição. A calculadora do GLOBO mostra que, neste caso, a melhor regra, tanto considerando o valor do benefício como o tempo que é preciso esperar até a aposentadoria, é no pedágio de 100%, o que exige o dobro do tempo de contribuição que seria necessário antes da reforma. Dessa maneira, poderá se aposentar em 16 anos, em 2040.

A Reforma da Previdência alcançou os funcionários públicos. Nesse caso, há duas regras de transição: uma pelo sistema de pontos e outra pelo pedágio de 100%. A calculadora do GLOBO também faz simulações sobre tempo da aposentadoria para os servidores. Nesse caso, se uma servidora de 35 anos, que começou a trabalhar em 2008 e entrou para o serviço público em 2010, poderá se aposentar com a totalidade do benefício a que tem direito em 2049, aos 60 anos.

A calculadora também mostra como fica a situação dos professores tanto na rede privada quanto na pública. Uma professora de 45 anos, que começou a trabalhar aos 24 anos em sala de aula em escola privada vai conseguir se aposentar em 2036, aos 58 anos, ganhando 96% do benefício a que tem direito. Precitaria trabalhar por mais dois anos para conseguir a aposentadoria integral pela regra de idade e contribuição.

Se for um professor da rede pública, também com 45 anos e começando a dar aulas na rede pública aos 24 anos, vai se aposentar com o benefício integral em 2041, aos 62 anos. E como ele começou a trabalhar antes em 2003, terá direito ao último salário e aos reajustes que os professores na ativa tiveram.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/12/16/inss-idade-minima-para-aposentadoria-sobe-em-2025-calculadora-do-globo-mostra-opcoes.ghtml>

Crianças com deficiência podem ser beneficiárias da Previdência Social

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e referente ao ano de 2022, o Brasil possui cerca de 760 mil crianças de dois a nove anos com algum tipo de deficiência. O número representa 4,1% do total da população de deficientes do país, que são 18,6 milhões de pessoas. Quando os números são somados ao da faixa etária de 10 a 19 anos, que inclui também pré-adolescentes, adolescentes e jovens no início da fase adulta, o total chega a 1,7 milhão de habitantes.

Para chamar atenção para essa parcela da população, 9 de dezembro é o Dia da Criança com Deficiência. E o advogado previdenciarista, Jefferson Maleski, que integra o escritório Celso Cândido de Souza (CCS) Advogados, lembra que eles também possuem direitos previdenciários.

"Crianças com deficiência têm direito ao benefício assistencial BPC (Benefício de Prestação Continuada) Loas. Basta que comprove que ela tem uma deficiência que dure ou que vai durar mais de dois anos. É o chamado impedimento de longo prazo. Aí pode ser solicitado. Essa deficiência pode ser física, mental, sensorial, intelectual, desde que crie obstáculos para a vida e convivência em sociedade dessa criança".

O especialista pontua que fazer o pedido do benefício é simples. "A solicitação dos benefícios pelos pais ou responsáveis pode ser feita diretamente no **INSS**. Ele vai ter que ligar no telefone 135, fazer a solicitação por telefone, depois tem que entrar no aplicativo ou no site e juntar a documentação necessária. Hoje em dia não se faz mais o pedido direto na agência. Então é preciso ligar no 135 ou entrar no aplicativo ou no site do **INSS**", destaca.

Renda familiar

Para conseguir o benefício, a renda da família também é analisada. "A deficiência precisa de documentos médicos, que devem ser juntados no requerimento, e também é necessário ser comprovada a miserabilidade ou vulnerabilidade social da família. A renda por pessoa não pode ser superior a um quarto do salário mínimo, ou se passar desse valor, que tenha despesas com medicamentos ou tratamentos

dessa criança com deficiência que possam ser abatidos para que esse valor fique baixo", explica Jefferson Maleski.

De acordo com o advogado, caso a família tenha mais de uma criança com deficiência, é possível acumular os benefícios.

"A legislação exclui o benefício previdenciário da renda familiar quando vai contar para outro beneficiário. Contudo, projeto de lei que está tramitando no Congresso pede para passar a contar o benefício de uma pessoa com deficiência para o cálculo da outra. Nesse sentido, se esse projeto de lei vier a ser aprovado, muitas famílias com mais de uma criança com deficiência não vão poder receber dois benefícios na mesma família, apenas um".

O especialista lembra ainda que essa criança com deficiência pode receber pensão dos pais. "Se ela é dependente de algum segurado da Previdência, enquanto for menor, se algum dos seus genitores vier a falecer, vai deixar pensão por morte para essa criança. Se essa criança se tornar um adulto com deficiência e essa pessoa também não conseguir se sustentar sozinha, não conseguir emprego, depois dos 21 anos, ela vai poder continuar recebendo a pensão por morte. Então, não só a criança com deficiência, como também o adulto com deficiência tem direito a esse benefício previdenciário".

(*) Homework inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/financas-pessoais/criancas-com-deficiencia-podem-ser-beneficiarias-da-previdencia-social,b8891ba3cfb656e59c0b9b0102038c379h4khk3e.html>

Segunda parcela do 13º é paga até sexta (20); veja valor e quem recebe (mercado de trabalho)

Cristiane Gercina

A segunda parcela do 13º salário deve ser paga a trabalhadores da iniciativa privada e **servidores públicos** até esta sexta-feira (20).

O valor é menor do que o da primeira parcela, por ter descontos previstos na lei, como **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e Imposto de Renda, para quem recebe acima do limite de isenção.

O depósito é feito diretamente na conta na qual o profissional recebe o salário, e deve levar em consideração o vencimento do mês, somando horas extras, comissões e outros adicionais, caso haja, e excluindo-se o que já foi pago na primeira parcela e os **impostos**.

Os **impostos** incidem sobre o total do 13º. Segundo cálculos do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o benefício deve injetar na economia do Brasil, em 2024, R\$ 321,4 bilhões.

Têm direito ao benefício trabalhadores contratados pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), incluindo empregados domésticos, funcionários públicos de estados, municípios, do Distrito Federal e dos Poderes da União, e aposentados e pensionistas do **INSS** e de regimes próprios.

Os aposentados do **INSS** já receberam o benefício em duas parcelas em maio e junho. Quem se aposentou depois de junho teve direito ao 13º da Previdência de forma proporcional, em novembro.

Por lei, a primeira parcela do 13º é paga entre fevereiro e 30 de novembro. Há empresas e órgãos públicos que optam por fazer o depósito da primeira cota no mês de aniversário do trabalhador ou nas férias, a pedido. No setor público, há ainda quem pague metade do valor no mês de julho.

O empregador que opta por pagar o 13º de uma só vez deve ter feito o depósito da quantia até 30 de novembro, mas não há uma regra específica sobre a data. Em geral, as empresas pagam o benefício no

prazo legal, ou seja, a primeira parcela em 30 de novembro e a segunda em 20 de dezembro, caso o trabalhador não tenha optado pelo adiantamento nas férias. Há empresas que adiantaram o depósito da primeira parcela para o dia 29 de novembro, por ser uma sexta-feira e se tratar de dia útil, mas essa regra não é obrigatória e varia conforme a jornada de trabalho.

Ydileuse Martins, coordenadora da consultoria e editorial da área trabalhista e Previdenciária da IOB, afirma que, como a lei não diz a data exata, há interpretações judiciais sobre o pagamento da parcela única, se essa for a opção do empregador.

"Isso não é legalmente previsto. Há entendimentos doutrinário e jurisprudencial no sentido de que, desde que haja previsão no documento coletivo de trabalho o 13º salário poderá ser efetuado em parcela única."

Se estiver em convenção ou acordo coletivo de trabalho, vale a data estipulada na convenção. Em geral, até 30 de novembro, como para a maioria dos juristas, mas há decisões judiciais que dão ao empregador o prazo até 20 de dezembro.

Segundo Glauco de Luz, especialista em direito trabalhista e previdenciário da IOB, o cálculo da segunda parcela do 13º salário considera a remuneração de dezembro. "Se um empregado ganhava R\$ 7.000 até novembro e, em dezembro, passou a receber R\$ 8.000, o 13º será calculado com base no novo salário," afirmou.

Além disso, valores como horas extras, comissões e adicionais entram no cálculo, mas podem variar conforme a média do ano.

Quanto aos descontos, Glauco disse que o **INSS** incide sobre o benefício para trabalhadores da ativa, mas não para aposentados e pensionistas que recebem o abono anual da Previdência. Sobre o Imposto de Renda, ele explicou que o cálculo segue "as mesmas regras aplicadas ao salário", ou seja, deve ser aplicada a tabela do IR mensal.

"O total das duas parcelas do 13º é somado e, após os

descontos obrigatórios, aplica-se a tabela do imposto", diz. Neste ano, trabalhadores que ganham até dois salários mínimos estão isentos do IR.

No ano que vem, se for aprovada proposta do governo, a isenção subirá para R\$ 5.000. "Essa mudança depende de aprovação no Congresso. Se for implementada, valores abaixo do limite não serão tributados, mas o impacto no 13º ainda precisa ser analisado," diz Luz.

Segundo Luz, o 13º salário é um direito garantido a quase todos os trabalhadores regidos pela CLT. "Praticamente todos os empregados têm direito ao benefício, incluindo os domésticos. Para quem começou a trabalhar no meio do ano, o 13º é proporcional". O mês que tenha pelo menos 15 dias trabalhados entra nesse cálculo.

Ele diz, no entanto, que embora a Constituição garanta o 13º a todos os trabalhadores urbanos e rurais, a legislação específica para temporários não tem previsão explícita para esse pagamento.

Segundo o Dieese, cerca de 92,2 milhões de brasileiros serão beneficiados com o 13º neste ano. O valor médio é de R\$ 3.096,78. O total de trabalhadores não leva em conta autônomos, assalariados sem carteira ou trabalhadores com outras formas de inserção no mercado de trabalho que, eventualmente, recebem algum tipo de abono de fim de ano, pois não há dados disponíveis nestes casos.

O Dieese também não fez distinção entre os que recebem parte do 13º antecipadamente, conforme definido por acordo ou convenção, nem dos beneficiários do **INSS**, que já receberam.

Dos cerca de 92,2 milhões, 56,9 milhões (61,7%) são trabalhadores no mercado formal, entre eles, os empregados domésticos com carteira de trabalho assinada, que somam 1,4 milhão de pessoas, correspondente a 1,6%.

Os aposentados e pensionistas da **Previdência Social** equivalem a 34,2 milhões (37,1% do total). Há ainda cerca de 1,1 milhão de pessoas (ou 1,2% do total) aposentadas e beneficiárias de pensão da União.

Dora Ramos, CEO da Fharos Contabilidade e Gestão Empresarial, afirma que o primeiro passo é buscar o setor de recursos humanos da empresa. "Se o trabalhador não receber o pagamento até a data-limite, ele deve buscar a empresa para uma regularização. Persistindo, o caso pode ser levado ao Ministério do Trabalho e Emprego ou ao Ministério Público do Trabalho."

Caso não haja pagamento, o trabalhador pode entrar com uma ação judicial.

Sim, as empresas devem recolher 8% do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). "O depósito é devido sobre o valor da segunda parcela, uma vez que o depósito sobre o valor da primeira parcela já foi efetuado no mês seguinte ao pagamento", diz Ydileuse Martins.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/12/segunda-parcela-do-13o-e-paga-ate-sexta-20-veja-valor-e-quem-recebe.shtml>

Para governo, reforma administrativa não se resume a cortes, é preciso melhorar serviço

Apontada por muitos especialistas em contas públicas como um importante elemento do ajuste fiscal, a reforma administrativa é tratada pelo atual governo sob outra ótica: a de melhorar serviços aos cidadãos, por meio de três grandes objetivos: democratização, qualidade do gasto e efetividade da máquina pública.

Ao mesmo tempo, a folha salarial do Executivo federal será mantida estável em 2,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**) até o fim de 2026, mesmo com os reajustes concedidos e os concursos públicos realizados, informou ao Valor a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

"Quando você traz a discussão de reforma administrativa só para uma discussão de pessoal, você a está diminuindo muito", comentou. "No fundo, é como se fosse uma discussão do tamanho do Estado: para você reduzir o pessoal, você tem que reduzir o que o Estado faz."

O debate entre especialistas, diz ela, olha para o tamanho da folha salarial do governo e vê nisso um problema para as contas públicas. Mas, do ponto de vista da sociedade, a discussão é outra. "Se a população olhar, o que é pessoal? É o professor, é o médico, é o enfermeiro, é o policial, é a pessoa que atua lá na penitenciária", exemplifica. São serviços públicos que precisam ser prestados da forma mais eficiente possível.

Dweck não gosta do termo "reforma administrativa" e prefere "transformação do Estado". O programa, explicou, tem três eixos: pessoal, principalmente com a avaliação por desempenho, que será aperfeiçoada em breve; digital, com a redução de burocracias e aumento de eficiência; e processos.

A atual administração não apoia a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, apresentada no governo passado, mas acredita ser possível melhorar a eficiência do gasto público por meio de leis e até medidas infralegais.

Uma das ideias centrais da PEC 32 é alongar o tempo em que um funcionário público chega ao topo da carreira. Outra é reduzir o salário inicial. Nos 48 acordos salariais fechados no atual governo com diversas categorias do funcionalismo, essas duas medidas foram negociadas caso a caso e

incorporadas. "Não precisa de PEC para isso", disse a ministra. Para 86% das carreiras existem agora 20 níveis de progressão, ante 13 anteriormente. O salário de entrada de muitas delas diminuiu.

Além disso, os concursos públicos autorizados no atual governo oferecem vagas em quantidade menor do que as que estão em aberto. "Tem ministério que diz ter cem cargos vagos, então precisa de cem servidores. Eu falo: "Não, isso não é verdadeiro. Inclusive, não necessariamente os cargos necessários são esses que estão aí. A gente está fazendo muita transformação de cargo."

Nos próximos dias, o governo editará um decreto para regulamentar pela primeira vez o estágio probatório, informou a ministra. É o período de três anos em que um servidor recém-admitido não tem estabilidade.

Hoje, em muitos casos, basta o tempo de serviço para a pessoa ficar estável. A ideia, agora, é exigir uma formação e fazer uma avaliação objetiva. "Ao final dos três anos, se ela não tiver condições de trabalhar, aí ela é demitida."

A avaliação de desempenho é uma das principais apostas do ministério para melhorar a qualidade do gasto com pessoal. "A partir do momento que você tem uma boa avaliação, você pode fazer o que quiser: demitir por baixo desempenho, cortar salário de quem não trabalha direito e não efetivar depois do estágio probatório", afirmou. Por outro lado, a progressão na carreira também pode estar associada à avaliação.

Segundo Dweck, está em formulação um sistema de avaliação que "independa do chefe". Hoje, cerca de 40% dos servidores fazem parte do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), no qual são avaliados pela contribuição que dão para as entregas da unidade em que se encontram. Uma base de dados permitirá fazer comparações e ver quem está trabalhado muito e quem está trabalhando pouco, disse. A ideia é incluir mais funcionários nesse sistema.

Nos próximos dias, governo editará um decreto para regulamentar pela primeira vez o estágio probatório

O governo também apoia a regulamentação dos supersalários e negocia regras para o direito de greve do funcionalismo.

Por causa do pacote de ajuste fiscal, Dweck avalia que não será possível contratar 20 mil novos servidores até o fim de 2026, como era seu objetivo. De 2017 a 2023, a quantidade de funcionários públicos ficou 70 mil menor.

Em outra vertente, o governo aposta na digitalização para melhorar a prestação de serviços aos cidadãos e a qualidade do gasto do governo. Um projeto ambicioso em andamento no Ministério da Gestão é a estruturação de uma plataforma de serviços ao cidadão, com a reorganização das diversas bases de dados do governo. Uma consequência é melhorar os cadastros, que hoje são foco do pente-fino do governo em programas sociais.

"É muito importante conhecer a população e poder prestar um serviço individualizado", disse a ministra. Isso será feito por meio da Carteira de Identidade Nacional (CIN), que terá dados "do nascimento à morte do cidadão". A meta é emitir 130 milhões de novas carteiras até o fim de 2026. Hoje, são 16 milhões.

Uma decorrência da digitalização é a menor necessidade de contratação de funcionários, apontou a ministra. No governo passado, a ideia era cortar pessoal a partir da digitalização. Agora, a visão é diferente. "Não significa que não precisa contratar ninguém, mas não precisa mesmo a quantidade de gente", disse Dweck. "Onde, de fato, a gente acha que vai ter uma redução de gastos é via transformação digital."

No terceiro eixo, o governo trabalha em sua estrutura organizacional, a partir da constatação que os órgãos têm dificuldade em inovar para atender às demandas da sociedade. Um passo nessa direção foi dado nesta semana, com a edição de decreto que fortalece a governança das empresas estatais.

Também nesse campo, Dweck ressalta o fato de 13 ministérios compartilharem a mesma estrutura administrativa, com uma única equipe para cuidar da execução orçamentária e financeira, da gestão de pessoas, das contratações. Com isso, serão economizados R\$ 2,73 bilhões nos quatro anos do governo.

O ministério, que também é responsável pela área de patrimônio da União, iniciou um programa chamado Imóvel da Gente, que já destinou 625 imóveis sem uso para serem utilizados por 400 mil famílias.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20241216/>

Orçamento da União pode ser votado só em fevereiro

A dúvida sobre qual será o salário mínimo em 2025 pode levar a o Orçamento do próximo ano não ser votado ainda em 2024 e ficar apenas para depois do recesso parlamentar, ou seja, a partir de fevereiro.

O fechamento da proposta orçamentária do ano que vem (com todas as previsões de despesas) depende da votação do projeto de lei que deve alterar o cálculo do salário mínimo e faz parte do pacote de corte de gastos do governo. O texto não avançou na Câmara até agora e ainda precisa passar pelo Senado.

Hoje, a previsão é de que o salário mínimo no próximo ano seja de R\$ 1.528. O projeto do governo reduz esse valor, na prática, para R\$ 1.518.

A definição do salário mínimo é essencial para que as despesas vinculadas a ele, como aposentadorias e pagamentos de benefícios sociais, sejam estipuladas no Orçamento anual.

A atual regra prevê que o salário mínimo seja corrigido conforme o **PIB** dos últimos dois anos, além do índice de **inflação**.

Já a norma proposta pelo governo também prevê uma correção pelo **PIB**, mas limitado ao arcabouço fiscal (que vai de 0,6% a 2,5% a depender das receitas)..

Déficit primário é previsto em R\$ 55,4 bilhões em 2024

Os analistas de mercado ouvidos mensalmente pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda projetam que o governo entregará um resultado primário com déficit de R\$ 55,4 bilhões em 2024. A estimativa mostra um cenário mais favorável em relação ao documento anterior, de novembro, que projetava um rombo de R\$ 62 bilhões, mas ainda distante da meta fixada para este ano. Os dados constam do boletim Prisma Fiscal de dezembro, divulgado na sexta-feira (13).

O governo pretende zerar o déficit neste ano com o novo arcabouço fiscal, aprovado no ano passado. Embora a Lei Orçamentária Anual de 2024 previsse um pequeno superávit de R\$ 2,8 bilhões neste ano, dentro do resultado neutro almejado, o relatório bimestral de despesas e receitas extemporâneo divulgado em novembro projeta o resultado primário com um déficit de até R\$ 27,746 bilhões (ante déficit de R\$ 28,8 bilhões permitido pela banda inferior da meta). Já o resultado abaixo da linha, que considera os gastos extraordinários, como os com Rio Grande do Sul e emergência climática, é de déficit projetado para o ano de R\$ 64,426 bilhões.

Para 2025, a projeção do Prisma mostra um resultado melhor em relação ao mês anterior. A expectativa do mercado é de déficit de R\$ 87,3 bilhões - em novembro, a projeção era de rombo de R\$ 89,6 bilhões. O governo alterou a meta fiscal para 2025 quando enviou o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO) ao Congresso: de um superávit equivalente a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano, agora o alvo é repetir o resultado neutro, de 0% do PIB.

Um dos objetivos da nova regra fiscal é perseguir superávits primários, partindo de um resultado neutro em 2024. A proposta substituiu o teto de gastos, com regras mais flexíveis para as despesas do governo. Os gastos só poderão crescer em até 70% do aumento da receita, dentro do intervalo de 0,6% a 2,5% acima da inflação.

Arrecadação - O Prisma deste mês revisou para cima as previsões do mercado para as receitas federais em 2024, com a estimativa passando de R\$ 2,648 trilhões para R\$ 2,655 trilhões. Para 2025, a projeção para a arrecadação também avançou, passando de R\$ 2,780 trilhões para R\$ 2,830 trilhões.

A estimativa para a receita líquida do governo central neste ano passou de R\$ 2,152 trilhões para R\$ 2,160 trilhões, enquanto para o próximo ano variou para cima, de R\$ 2,279 trilhões para R\$ 2,287 trilhões.

Pelo lado do gasto, a projeção de despesas totais do governo central este ano variou de R\$ 2,212 trilhões para R\$ 2,213 trilhões. Para 2025, a estimativa passou de R\$ 2,380 trilhões para R\$ 2,378 trilhões.

A mediana das projeções dos analistas do Prisma para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) teve resultados distintos para cada ano. Para 2024, a estimativa se manteve em 78,40% do PIB na passagem de novembro para dezembro. Para 2025, a projeção passou de 81,73% para 82%, na mesma comparação.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 estimava que a DBGG chegasse a 77,9% do PIB no próximo ano. A expectativa era de que a dívida bruta alcançasse 79,1% do PIB em 2026 e 79,7% do PIB em 2027. Contudo, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, já adiantou que essa trajetória será alterada. Segundo ele, agora a previsão é de que a dívida bruta feche 2024 em cerca de 77,5%, 77,7% ou 77,8% do PIB. Em 2028, o nível da DBGG ficaria entre 81% e 82% do PIB. (Estadão Conteúdo)

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impresso/edic-ao-de-14-a-16-12-2024/>

Corrida para votar reforma

MAYARA SOUTO E JÚLIA PORTELA

O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) afirmou, ontem, que a expectativa é de votação até amanhã da **reforma tributária** na Câmara. Relator da matéria, adiantou que será mantida a "trava" de 26,5% para a alíquota padrão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), atualmente estimada em 27,91%, segundo o governo.

"O mais importante é garantir uma reforma que não ultrapasse essa trava de 26,5% de imposto sobre consumos e serviços", afirmou.

O grupo de trabalho da reforma reuniu-se, ontem, na Câmara, para debater o texto. De manhã, o encontro foi entre deputados e técnicos e, à tarde, com representantes do Ministério da Fazenda. Os parlamentares apresentaram o que foi debatido ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Segundo Lopes, as reuniões no fim de semana demonstram a preocupação em acelerar a votação.

Lopes afirmou estar otimista sobre a capacidade de arrecadação e, em especial, com o cashback. "Vamos criar o melhor sistema tributário do planeta, o mais tecnológico e popular. Quando você coloca o cashback, cobra-se mais de quem ganha mais e menos, de quem ganha menos, porque devolve-se os **impostos**. E a capacidade arrecadatória é muito positiva. Acaba com sonegação, fraude e inadimplência", observou.

Lopes não quis antecipar quais mudanças serão acatadas e rejeitadas do texto que voltou do Senado.

Disse, porém, que 90% do que foi alterado eram questões técnicas e 10% dependem de discussão política.

Um dos tópicos modificados é a decisão de equiparar a carga tributária dos serviços de saneamento básico aos de água e esgoto. Isso impactaria diretamente a trava de 26,5% da alíquota. Lopes crê que o cashback pode ser uma solução para respeitar o percentual.

No pacote de ajuste fiscal, há, ainda, três propostas em tramitação na Câmara. A primeira sobre a limitação do ganho real do salário mínimo aos limites do arcabouço fiscal - ou seja, correção pela **inflação** e ganho real entre 0,6% e 2,5%.

A segunda estabelece um corte gradual do acesso ao

abono salarial de um salário mínimo por ano.

E a terceira, o Projeto de Lei Complementar 210/24, que autoriza o governo a limitar a utilização de créditos tributários caso haja déficit nas contas públicas.

O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), cancelou todas as sessões de comissões para levar as discussões direto ao plenário e agilizar a votação.

"Vamos criar o melhor sistema tributário do planeta, o mais tecnológico e popular. Quando você coloca o cashback, cobra-se mais de quem ganha mais e menos, de quem ganha menos, porque devolve-se os **impostos**. E a capacidade arrecadatória é muito positiva. Acaba com sonegação, fraude e inadimplência"

Deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), relator da **reforma tributária**

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6760/16-12-2024.html?all=1>

O que a Câmara deve rever na tributária

AMANDA PUPO, GIORDANNA NEVES E MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

A Câmara analisa nesta semana, pela segunda vez, o primeiro projeto de regulamentação da **reforma tributária**. O texto foi aprovado na quinta-feira pelo Senado; mas, como houve alterações, retorna para mais uma análise dos deputados antes de ir a sanção presidencial.

A Câmara, como Casa revisora, poderá apenas confirmar ou rejeitar as modificações feitas pelo Senado, sem mudar o conteúdo das propostas.

Veja o que os deputados podem mudar em relação ao texto aprovado no Senado: **MEDICAMENTOS**. O relator da regulamentação da **reforma tributária** na Câmara, Reginaldo Lopes (PT-MG), defende que o texto volte a contemplar a lista de medicamentos que terão alíquota zero, conforme o projeto originalmente aprovado pelos deputados. Ainda assim, segundo apurou a reportagem, Lopes vai levar o assunto para o colégio de líderes.

No Senado, o relator Eduardo Braga (MDB-AM) retirou essa lista e a substituiu por seis áreas gerais que chamou de "linhas de cuidado", remetendo a definição individual dos remédios que serão zerados a uma nova lei complementar.

Ou seja, pelo texto atual, a lista dos medicamentos será estabelecida somente nas discussões de novo projeto de lei - o que preocupa o setor farmacêutico e o Ministério da Saúde.

Quando apresentou o relatório, o senador disse que a saída foi construída porque o rol de medicamentos para entrar na regulamentação estava crescendo muito e, assim, demandando uma discussão muito específica da área da Saúde. O anexo com os nomes dos remédios saiu da Câmara com 383 itens; mas, segundo Braga, nos debates no Senado já havia aumentado para 486 e poderia ir a 600 com novas demandas.

As farmacêuticas já estão mobilizadas para reverter essa mudança na Câmara. O Grupo FarmaBrasil, que representa as 12 maiores empresas farmacêuticas do País, argumenta que o eventual descasamento entre a vigência do novo sistema tributário e a lei sugerida com a lista de medicamentos geraria uma lacuna perigosa para o preço dos produtos.

SANEAMENTO. A Câmara tende a retirar a proposta aprovada pelo Senado que equiparou o regime especial de tributação do saneamento ao da saúde, com desconto de 60% sobre a alíquota-padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) - o índice de referência, que reúne os novos **tributos**, apurou o Estadão/Broadcast.

Essa alteração adicionaria 0,38 ponto porcentual à alíquota-padrão, nos cálculos do secretário especial da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy.

ZONA FRANCA. Os deputados também deverão reavaliar os incentivos adicionais concedidos à Zona Franca de Manaus.

Conforme mostrou o Estadão, o relator no Senado incluiu vantagens para a região que extrapolam até as atuais.

Braga elevou o crédito presumido do Imposto sobre Bens e serviços (IBS) - substituto do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), estadual, e do Imposto sobre Serviços (ISS), municipal - para as vendas fora da Zona Franca. Além disso, ampliou o acesso de empresas de setores como ar-condicionado, bicicletas e vestuário ao benefício.

Ele também permitiu que mais empresas tenham acesso a um crédito presumido da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) - substituta dos **tributos** federais sobre o consumo.

Braga também inseriu um benefício para a Atem, distribuidora que controla a única refinaria na região. Isso porque ele alterou a regra da Zona Franca permitindo que atividades de refino, desde que desempenhadas na região, tenham acesso aos benefícios da Zona Franca.

IMÓVEIS. Já os redutores de alíquota aprovados pelo Senado nas operações envolvendo imóveis tendem a ser mantidos pela Câmara.

Pelo texto aprovado pelos senadores, para a venda de imóveis, a alíquota incidente será de 50% da alíquota-padrão do IVA. O texto que saiu da Câmara previa redutor de 40%.

Para aluguel, arrendamento e cessão, o redutor foi elevado a 70% - o anterior era de redução de 60% da alíquota-padrão.

**

Impacto

0,38 ponto percentual na alíquota-padrão (do chamado imposto único) é quanto custaria equiparar saneamento a serviços de saúde, calcula o secretário especial da **Reforma Tributária**, Bernard Appy

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Consumidores serão afetados se atual texto da Reforma Tributária for alterado

O Brasil está diante de um desafio histórico: universalizar o acesso ao saneamento básico até 2033. Atingir essa meta, no entanto, depende da **Reforma Tributária** em tramitação no Congresso Nacional. O texto passará, agora, pelo crivo da Câmara dos Deputados, depois de ter sido aprovado no Senado, onde os parlamentares decidiram equiparar o setor de saneamento ao de saúde e garantir justiça tributária, com uma alíquota menor para o segmento e uma conta de água e esgoto menor para os consumidores.

O modelo do setor de saneamento no Brasil é baseado em tarifas cobradas do consumidor final. Quando surge um novo imposto ou uma alta de alíquotas ou da carga tributária, há um impacto em todos os contratos e é preciso recalcular a tarifa para manter o equilíbrio econômico. Se isso não for feito, os investimentos podem ser adiados e até mesmo suspensos e a oferta dos serviços pode ficar prejudicada.

O economista Gesner Oliveira, sócio da GO Associados, explica que com o texto original da **Reforma Tributária**, antes de ser alterado no Senado, seria preciso aumentar as tarifas para o consumidor, na média, em 18%, para manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e assegurar o ritmo necessário de investimentos para a universalização dos serviços.

Essa mudança comprometeria investimentos e as metas de universalização e privaria milhões de brasileiros do acesso adequado à água potável e ao saneamento básico. "O impacto seria ainda mais severo em regiões vulneráveis, que já enfrentam déficits históricos na infraestrutura de água e esgoto", explica o economista. Em 2022, cerca de 30 milhões de pessoas viviam sem acesso à água potável encanada e 88 milhões não tinham coleta de esgoto, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), do governo federal.

IMPACTOS NEGATIVOS

Para alcançar a universalização dentro do prazo, seria necessário investir R\$ 44,8 bilhões por ano em infraestrutura de água e esgoto, de acordo com estudo do Instituto Trata Brasil. O texto original da **Reforma Tributária**, no entanto, pode impactar os projetos do

setor. Atualmente, as empresas de saneamento têm um tratamento tributário com algumas isenções, como a exclusão do ICMS e do ISS. Essa configuração permite que o setor opere com uma carga tributária Retirar 0 setor do texto que 0 equipara à saúde significa aumentar tarifas, penalizar os mais pobres e comprometer a universalização do serviço. É um retrocesso inaceitável que põe em risco a saúde pública e reforça o descaso do governo com direitos essenciais da população" EVAIR VIEIRA DE MELO, deputado federal (PP-ES)

efetiva em torno de 9,74%. Na proposta original da Reforma, a alíquota poderia alcançar 27%.

A maior consequência para os consumidores será o aumento nas tarifas de água e esgoto. Dado o caráter essencial dos serviços, muitas empresas não têm margem para absorver os novos custos tributários, especialmente em um setor que já enfrenta desafios para expandir sua rede e atender regiões mais carentes. Com isso, famílias de baixa renda, historicamente mais vulneráveis, podem ser as mais afetadas.

"O brasileiro que pisa no esgoto e ainda morre de

Estudos

demonstram que 0 acesso ao saneamento básico reduz em até 70% a incidência de doenças diarreicas, que ainda matam cerca de 1,7 milhão de pessoas por ano no mundo, principalmente crianças menores de 5 anos" FERNANDO MARANGONI, deputado federal (União-SP) doenças provocadas por água contaminada agradece a decisão do Senado", pondera Christianne Dias, diretora-executiva da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindcon). "É um reconhecimento da necessidade de se tratar o saneamento com o olhar da saúde e com a perspectiva de que precisamos acelerar investimentos para ter o serviço universalizado. Vamos em frente com a **Reforma Tributária**. Estamos muito otimistas acerca de que o Brasil vai avançar no saneamento", afirma.

O receio de entidades e empresas do setor é que consumidores e empresas sejam prejudicados quando o texto chegar à Câmara caso não seja mantida a

equiparação do setor de saneamento com a saúde. Essa equiparação é o que garante um tratamento tributário justo.

"Retirar o setor do texto que o equipara à saúde significa aumentar tarifas, penalizar os mais pobres e comprometer a universalização do serviço. E um retrocesso inaceitável que põe em risco a saúde pública e reforça o descaso do governo com direitos essenciais da população", defende o deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), que foi também o presidente da comissão do Marco Legal do Saneamento, em 2020.

A opinião é compartilhada pela deputada Lêda Borges (PSDB-GO): "Apoio a redação aprovada pelo Senado, pois é importante mantermos a modicidade tarifária justa, principalmente para as famílias em caráter de vulnerabilidade social, já que uma modificação tributária causaria um impacto negativo nas contas de água e saneamento dos brasileiros", analisa.

Além de aumento de tarifa para o consumidor, a expansão do serviço para áreas deficitárias, como as regiões Norte e Nordeste, pode ser inviabilizada. Essas localidades apresentam altos custos operacionais devido ao baixo nível de atendimento populacional e às dificuldades logísticas. Com a elevação da carga tributária, a atratividade de novos projetos diminui, o que pode retardar a inclusão de milhões de brasileiros no sistema de saneamento.

O deputado federal Fernando Marangoni (União-SP) lembra que para a Organização Mundial da Saúde não existe saúde pública sem saneamento básico. "São faces da mesma moeda, partes indissociáveis de um mesmo sistema",

Apoio a redação aprovada pelo Senado, pois é importante mantermos a modicidade tarifária justa, principalmente para as famílias em caráter de vulnerabilidade social, já que uma modificação tributária causaria um impacto negativo nas contas de água e saneamento dos brasileiros"

LÊDA BORGES,

deputada federal (PSDB-GO)

afirma. "Estudos demonstram que o acesso ao saneamento básico reduz em até 70% a incidência de doenças diarreicas, que ainda matam cerca de 1,7 milhão de pessoas por ano no mundo, principalmente crianças menores de 5 anos", argumenta.

"O histórico da política pública de saneamento básico perpassa pela interpretação indivisível de saneamento e saúde", avalia Beatriz Nóbrega, secretária-

executiva da Frente Parlamentar pelo Saneamento Básico, que reúne 208 parlamentares em defesa do tema. "O que esperamos é que a aprovação do PLP 68 [Projeto de Lei Complementar que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS)], validando o texto que o Senado aprovou, seja mais um passo nessa que é uma das principais conquistas sociais que vêm sendo construídas para o nosso país", diz.

DOENÇAS ASSOCIADAS À FALTA DE SANEAMENTO

Levantamento da Abcon Sindcon revela que, nos últimos três anos, cerca de 1 milhão de brasileiros foram hospitalizados devido a enfermidades relacionadas à falta de condições adequadas de saneamento. Além disso, ocorreram 220 mil óbitos atribuídos a doenças que poderiam ser prevenidas.

Medidas que impeçam investimentos para a expansão do saneamento impactam não apenas a saúde da população, mas podem também impulsionar gastos do Sistema Único de Saúde (SUS). O governo federal desembolsou nos últimos três anos cerca de R\$ 2,2 bilhões para cobrir custos de internações provocadas por doenças associadas à carência de infraestrutura de saneamento. Segundo estudo do Instituto Trata Brasil, a universalização, proposta no Marco do Saneamento, poderia resultar em uma economia de R\$ 25 bilhões até 2040. Esse valor reflete os benefícios diretos e indiretos de uma população mais saudável, com menos internações e maior produtividade.

No plano econômico, a Reforma ameaça comprometer o potencial do segmento como motor de crescimento. Além de gerar empregos diretos na construção e operação das redes, o setor também impacta positivamente a produtividade da força de trabalho, ao reduzir os dias de afastamento por doenças relacionadas à falta de saneamento. Com tarifas mais altas, o retorno social desses investimentos pode ser significativamente reduzido.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Consumidores serão afetados se atual texto da Reforma Tributária for alterado

O Brasil está diante de um desafio histórico: universalizar o acesso ao saneamento básico até 2033. Atingir essa meta, no entanto, depende da **Reforma Tributária** em tramitação no Congresso Nacional. O texto passará, agora, pelo crivo da Câmara dos Deputados, depois de ter sido aprovado no Senado, onde os parlamentares decidiram equiparar o setor de saneamento ao de saúde e garantir justiça tributária, com uma alíquota menor para o segmento e uma conta de água e esgoto menor para os consumidores.

O modelo do setor de saneamento no Brasil é baseado em tarifas cobradas do consumidor final. Quando surge um novo imposto ou uma alta de alíquotas ou da carga tributária, há um impacto em todos os contratos e é preciso recalcular a tarifa para manter o equilíbrio econômico. Se isso não for feito, os investimentos podem ser adiados e até mesmo suspensos e a oferta dos serviços pode ficar prejudicada.

O economista Gesner Oliveira, sócio da GO Associados, explica que com o texto original da **Reforma Tributária**, antes de ser alterado no Senado, seria preciso aumentar as tarifas para o consumidor, na média, em 18%, para manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e assegurar o ritmo necessário de investimentos para a universalização dos serviços.

Essa mudança comprometeria investimentos e as metas de universalização e privaria milhões de brasileiros do acesso adequado à água potável e ao saneamento básico. "O impacto seria ainda mais severo em regiões vulneráveis, que já enfrentam déficits históricos na infraestrutura de água e esgoto", explica o economista. Em 2022, cerca de 30 milhões de pessoas viviam sem acesso à água potável encanada e 88 milhões não tinham coleta de esgoto, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), do governo federal.

IMPACTOS NEGATIVOS

Para alcançar a universalização dentro do prazo, seria necessário investir R\$ 44,8 bilhões por ano em infraestrutura de água e esgoto, de acordo com estudo do Instituto Trata Brasil. O texto original da **Reforma Tributária**, no entanto, pode impactar os projetos do

setor. Atualmente, as empresas de saneamento têm um tratamento tributário com algumas isenções, como a exclusão do ICMS e do ISS. Essa configuração permite que o setor opere com uma carga tributária Retirar o setor do texto que o equipara à saúde significa aumentar tarifas, penalizar os mais pobres e comprometer a universalização do serviço. É um retrocesso inaceitável que põe em risco a saúde pública e reforça o descaso do governo com direitos essenciais da população" EVAIR VIEIRA DE MELO, deputado federal (PP-ES)

efetiva em torno de 9,74%. Na proposta original da Reforma, a alíquota poderia alcançar 27%.

A maior consequência para os consumidores será o aumento nas tarifas de água e esgoto. Dado o caráter essencial dos serviços, muitas empresas não têm margem para absorver os novos custos tributários, especialmente em um setor que já enfrenta desafios para expandir sua rede e atender regiões mais carentes. Com isso, famílias de baixa renda, historicamente mais vulneráveis, podem ser as mais afetadas.

"O brasileiro que pisa no esgoto e ainda morre de

Estudos

demonstram que o acesso ao saneamento básico reduz em até 70% a incidência de doenças diarreicas, que ainda matam cerca de 1,7 milhão de pessoas por ano no mundo, principalmente crianças menores de 5 anos" FERNANDO MARANGONI, deputado federal (União-SP) doenças provocadas por água contaminada agradece a decisão do Senado", pondera Christianne Dias, diretora-executiva da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindcon). "É um reconhecimento da necessidade de se tratar o saneamento com o olhar da saúde e com a perspectiva de que precisamos acelerar investimentos para ter o serviço universalizado. Vamos em frente com a **Reforma Tributária**. Estamos muito otimistas acerca de que o Brasil vai avançar no saneamento", afirma.

O receio de entidades e empresas do setor é que consumidores e empresas sejam prejudicados quando o texto chegar à Câmara caso não seja mantida a

equiparação do setor de saneamento com a saúde. Essa equiparação é o que garante um tratamento tributário justo.

"Retirar o setor do texto que o equipara à saúde significa aumentar tarifas, penalizar os mais pobres e comprometer a universalização do serviço. E um retrocesso inaceitável que põe em risco a saúde pública e reforça o descaso do governo com direitos essenciais da população", defende o deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), que foi também o presidente da comissão do Marco Legal do Saneamento, em 2020.

A opinião é compartilhada pela deputada Lêda Borges (PSDB-GO): "Apoio a redação aprovada pelo Senado, pois é importante mantermos a modicidade tarifária justa, principalmente para as famílias em caráter de vulnerabilidade social, já que uma modificação tributária causaria um impacto negativo nas contas de água e saneamento dos brasileiros", analisa.

Além de aumento de tarifa para o consumidor, a expansão do serviço para áreas deficitárias, como as regiões Norte e Nordeste, pode ser inviabilizada. Essas localidades apresentam altos custos operacionais devido ao baixo nível de atendimento populacional e às dificuldades logísticas. Com a elevação da carga tributária, a atratividade de novos projetos diminui, o que pode retardar a inclusão de milhões de brasileiros no sistema de saneamento.

O deputado federal Fernando Marangoni (União-SP) lembra que para a Organização Mundial da Saúde não existe saúde pública sem saneamento básico. "São faces da mesma moeda, partes indissociáveis de um mesmo sistema",

Apoio a redação aprovada pelo Senado, pois é importante mantermos a modicidade tarifária justa, principalmente para as famílias em caráter de vulnerabilidade social, já que uma modificação tributária causaria um impacto negativo nas contas de água e saneamento dos brasileiros"

LÊDA BORGES,

deputada federal (PSDB-GO)

afirma. "Estudos demonstram que o acesso ao saneamento básico reduz em até 70% a incidência de doenças diarreicas, que ainda matam cerca de 1,7 milhão de pessoas por ano no mundo, principalmente crianças menores de 5 anos", argumenta.

"O histórico da política pública de saneamento básico perpassa pela interpretação indivisível de saneamento e saúde", avalia Beatriz Nóbrega, secretária-

executiva da Frente Parlamentar pelo Saneamento Básico, que reúne 208 parlamentares em defesa do tema. "O que esperamos é que a aprovação do PLP 68 [Projeto de Lei Complementar que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS)], validando o texto que o Senado aprovou, seja mais um passo nessa que é uma das principais conquistas sociais que vêm sendo construídas para o nosso país", diz.

DOENÇAS ASSOCIADAS À FALTA DE SANEAMENTO

Levantamento da Abcon Sindcon revela que, nos últimos três anos, cerca de 1 milhão de brasileiros foram hospitalizados devido a enfermidades relacionadas à falta de condições adequadas de saneamento. Além disso, ocorreram 220 mil óbitos atribuídos a doenças que poderiam ser prevenidas.

Medidas que impeçam investimentos para a expansão do saneamento impactam não apenas a saúde da população, mas podem também impulsionar gastos do Sistema Único de Saúde (SUS). O governo federal desembolsou nos últimos três anos cerca de R\$ 2,2 bilhões para cobrir custos de internações provocadas por doenças associadas à carência de infraestrutura de saneamento. Segundo estudo do Instituto Trata Brasil, a universalização, proposta no Marco do Saneamento, poderia resultar em uma economia de R\$ 25 bilhões até 2040. Esse valor reflete os benefícios diretos e indiretos de uma população mais saudável, com menos internações e maior produtividade.

No plano econômico, a Reforma ameaça comprometer o potencial do segmento como motor de crescimento. Além de gerar empregos diretos na construção e operação das redes, o setor também impacta positivamente a produtividade da força de trabalho, ao reduzir os dias de afastamento por doenças relacionadas à falta de saneamento. Com tarifas mais altas, o retorno social desses investimentos pode ser significativamente reduzido.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20241216/>

Brasil terá maior alíquota do mundo

Agência Brasil

As concessões de última hora no projeto de lei complementar que regulamenta a **reforma tributária** farão o Brasil ter a maior alíquota de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) do planeta. O futuro IVA será de 28,55%, superando a Hungria, país que atualmente cobra 27% e lidera a cobrança desse tipo de tributo. Aprovada pelo Senado na quinta (12), a proposta voltará à Câmara.

Apenas a inclusão do setor de saneamento na alíquota reduzida em 60% elevará a alíquota em 0,38 ponto percentual. Apresentado pelo relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), o cálculo de 28,55% é preliminar. O número poderá subir após o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** no Ministério da Fazenda, Bernard Appy, apresentar os cálculos definitivos. "O governo está satisfeito com a aprovação do PLP 68, mas sempre ressaltando que preferiria que houvesse menos exceções, mas isso faz parte da construção política", afirmou Appy.

Além do setor de água e esgoto, o Senado incluiu serviços funerários, medicamentos oncológicos e de doenças raras, remédios de manipulação e fraldas nas alíquotas reduzidas em 60%.

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/brasil/2024/12/brasil-tera-maior-aliquota-do-mundo.html>

'O Brasil se aproxima de um cenário de dominância fiscal'

LEO GUIMARÃES ESPECIAL PARA O E-INVESTIDOR

André Muller - Economista formado pela USP, com mestrado na FGV, tem 15 anos de experiência no mercado financeiro

Na avaliação do estrategista- chefe da AZ Quest, André Muller, o Brasil enfrenta um desafio de credibilidade fiscal neste momento. Não só do governo, mas também do Congresso.

O receio é de que os parlamentares façam ajustes nos projetos do pacote fiscal do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Uma preocupação que já foi precificada pelo mercado.

"Os preços das ações estão bem deteriorados", diz.

À medida que os juros continuam subindo, com uma dívida pública alta, "o País vai se aproximando desse contexto de dominância fiscal (descontrole sobre a **inflação** em reflexo dos gastos públicos)", diz Muller. "E esse é um quadro que a autoridade monetária nunca admitiria, pois indicaria perda de controle da moeda e dos preços." Apesar da perspectiva sombria, Muller vê oportunidades em ativos brasileiros no longo prazo. Confira os principais trechos da entrevista: O governo diz que a economia vai bem, com crescimento acima de 3% ao ano e pleno emprego. O sr. considera a economia aquecida ou superaquecida?

A economia dá sinais de crescimento acima do potencial. O ritmo do consumo, o **PIB** (Produto Interno Bruto) com absorção doméstica próxima de 5%, alta nas importações, dinâmica inflacionária e desemprego baixo compõem o quadro de uma economia acima de seu potencial.

O que esperar de dólar, juros, **PIB** e investimentos em 2025 e 2026?

Os ativos dependerão do rumo da política fiscal e da aprovação de medidas no Congresso. Embora não resolvam o aumento da dívida, podem desacelerar o crescimento das despesas. Isso tende a levar a uma desaceleração econômica no ano que vem, com aperto de juros. A dúvida é se o governo manterá o aperto fiscal ou adotará medidas anticíclicas, que elevariam o risco e afetariam negativamente os ativos. A melhora exige menor crescimento econômico,

reduzindo pressão sobre juros, e aprovação das medidas fiscais. Qualquer desvio nessas duas frentes pode aumentar o prêmio de risco e dificultar a estabilização da dívida.

Como o sr. avalia o pacote de Haddad?

As medidas são suficientes para mostrar, em planilhas, que o teto de gastos será respeitado, o que permitiria desaceleração econômica e menor pressão inflacionária.

Mas, sem credibilidade e expectativas desancoradas, você começa a trabalhar com cenário de **inflação** persistente, mesmo com desaceleração econômica, como no final do governo Dilma. Pressões de custo, câmbio depreciado e incertezas levam empresas a reajustar preços com frequência.

Isso tudo gera dificuldade de a **inflação** ser contida. Sem confiança, juros altos e câmbio valorizado podem pesar mais sobre famílias e empresas, reduzindo a atividade e tornando o cenário projetado pelo governo mais improvável.

O que pode acalmar os mercados e o que pode gerar mais incertezas?

Medidas adicionais bem explicadas poderiam dar mais sustentabilidade ao arcabouço, mas isso parece improvável no curto prazo. Outra possibilidade seria a desaceleração da **inflação**, vinda de um choque de preços mais baixos, algo difícil em um cenário de choques inflacionários por câmbio e alimentos.

O Banco Central poderia agir com maior credibilidade, mas, com a política fiscal sob desconfiança, sua capacidade de resolver a situação é limitada. No curto prazo, há pouca chance de fatores que reduzam o risco.

O sr. está descrevendo um cenário de dominância fiscal?

Com juros e dívida em alta, o País se aproxima desse cenário.

O Banco Central nunca admitirá dominância fiscal, pois isso indicaria perda de controle, com mais juros puxando mais **inflação**.

Sem recomposição da credibilidade fiscal, mesmo decisões conservadoras do BC não resolverão o problema e podem acelerar uma ruptura, já que juros mais altos aumentam o custo da dívida e ampliam o risco de dominância fiscal.

Com a Bolsa americana em alta e o Brasil em crise fiscal, qual é o melhor caminho para investir?

Hoje há mais opções para investidores, incluindo acesso a ativos no exterior, que fazem sentido dependendo do perfil de risco e horizonte.

O Brasil vive um cenário de baixa previsibilidade para juros, câmbio e ações.

Historicamente, crises profundas renderam retornos positivos no longo prazo, pois o quadro atual é insustentável e deve se reverter nos próximos anos. Para um horizonte curto, é melhor buscar mercados externos.

Tudo depende do horizonte, se a pessoa trabalha com o horizonte um pouco mais longo, há, de fato, ativos brasileiros baratos.

"A melhora exige menor crescimento econômico, reduzindo pressão sobre juros, e aprovação das medidas fiscais"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Deputados voltam a discutir alíquota para saneamento

DA REDAÇÃO COM AGÊNCIAS

O relator da regulamentação da **reforma tributária** na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), indicou, ontem (15), que a Casa rejeitará o desconto na alíquota sobre saneamento colocado no projeto pelo Senado. Ele deu a declaração a jornalistas depois de reunião com outros deputados envolvidos nas discussões e com o secretário do Ministério da Fazenda responsável pela **reforma tributária**, Bernard Appy.

Na primeira votação do projeto na Câmara, foi aprovado um mecanismo de cashback para devolver recursos do imposto sobre saneamento para pessoas mais pobres e o Senado ampliou o desconto nessa taxa. Lopes afirmou que se trata de um "tema delicado", mas indicou como o assunto será tratado no relatório.

"Entendemos que o cashback para o saneamento é o melhor caminho", comentou. O parlamentar disse ainda que os senadores melhoraram a trava de 26,5% na alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Também afirmou estar otimista sobre as possibilidades de a alíquota ficar em torno de 25% ou 26%.

Segundo o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), é provável que a votação da proposta fique para terça-feira (17). As discussões que tiveram serão levadas para o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), avaliar e é preciso ainda também conversar com os líderes de bancada e, provavelmente, com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG).

Alíquota

Mas as concessões de última hora no projeto de lei farão o Brasil ter a maior alíquota de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) do planeta.

O futuro IVA será de 28,55%, superando a Hungria, país que atualmente cobra 27% e lidera a cobrança desse tipo de tributo.

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados previa alíquota padrão de 27,97%, que superava a da Hungria. A tramitação no Senado elevou a alíquota em 0,58 ponto.

Isso ocorre porque, ao dar tratamentos especiais para determinados setores da economia, os demais segmentos deverão pagar alíquotas mais altas para que o governo arrecade o mesmo.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/jttg/#p=1>

Congresso fará esforço concentrado para votar cortes, LDO e Orçamento

Pedro Rafael Vilela - Repórter da Agência Brasil*

O Congresso Nacional terá uma semana intensa de votações importantes, a partir desta segunda-feira (16), antes do início do recesso legislativo. Na pauta, as prioridades são a votação do pacote de corte de gastos apresentado pelo governo federal, que estima economia de R\$ 70 bilhões em dois anos, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

A regulamentação da **reforma tributária**, aprovada na última semana pelo Senado, também deve ser concluída na Câmara dos Deputados.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), assegurou que há total possibilidade de votar e aprovar as medidas até a próxima sexta-feira (20).

Nós temos cinco dias úteis na semana que vem. O presidente [da Câmara] Arthur Lira me disse que está disposto a fazer sessão na segunda-feira. É plenamente possível submeter à apreciação e à votação na Câmara, [e então] mandar para o Senado. Nós daremos o regime de urgência nessa tramitação, afirmou Pacheco em entrevista a jornalistas na última quinta-feira (12).

Na Câmara, o presidente Arthur Lira (PP-AL) determinou o cancelamento de todas as reuniões de comissões entre os dias 12 e 20 de dezembro, destinando esse período exclusivamente à discussão e à votação de propostas no Plenário.

Rodrigo Pacheco, que preside o Congresso Nacional, o órgão máximo de deliberação composto por deputados e senadores, prevê sessões deliberativas na quarta-feira e na quinta-feira, para votar justamente a LDO e a PLOA.

Até a semana passada, a votação dos projetos, especialmente do pacote fiscal, era incerta devido a insatisfação de parlamentares com uma decisão judicial do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que reforçou a exigência de série de regras de transparência sobre os recursos. Para não inviabilizar o pagamento das emendas até o fim do ano, o governo federal editou uma portaria conjunta interministerial e um parecer de força executória da Advocacia Geral da União (AGU) como forma de

acelerar a liberação dos recursos.

Até a última atualização, pela Secretaria de Relações Institucionais (SRI) da Presidência da República, cerca de R\$ 7,7 bilhões em emendas haviam sido liberadas nos últimos dias.

>> Entenda a seguir as votações prioritárias do esforço concentrado do Poder Legislativo:

Pacote fiscal

Apresentado no mês passado, o pacote de corte de gastos é composto por um projeto de lei ordinária (PL), um projeto de lei complementar (PLP) e uma proposta de emenda à Constituição (PEC). Entre os principais pontos da proposta de contenção de gastos estão a redução a médio prazo do abono salarial e um teto no reajuste do salário mínimo.

No caso do salário mínimo, o PL 4.614/2024, proposto pelo líder do Governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), tramita em regime de urgência no Plenário da Câmara.

O texto muda a regra vigente do reajuste salarial do mínimo. Desde 2023, o piso salarial brasileiro é corrigido pela **inflação** do ano anterior, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma das riquezas produzidas no país) de dois anos anteriores.

A proposta mantém a correção inflacionária, mas a parcela de crescimento pelo **PIB** estará nos limites do arcabouço fiscal, sendo até 2,5% acima da **inflação** do ano anterior. Para 2025, o salário mínimo subirá 2,9% acima da **inflação**, o equivalente ao crescimento da economia de 2023. Com a limitação prevista, subirá 2,5%, ficando em R\$ 1.515 no ano que vem, R\$ 6 a menos que a atual regra. Nos anos em que o **PIB** encolher, o salário mínimo subirá pelo menos 0,6% acima da **inflação**, equivalente ao piso da variação de gastos do arcabouço fiscal.

Já o abono salarial, benefício que equivale a um 14º salário para quem ganha até dois salários mínimos (atualmente em R\$ 2.824) com carteira assinada, terá a correção mudada. O valor de até R\$ 2.640 será corrigido pela **inflação** nos próximos anos, em vez de

seguir a política de valorização do salário mínimo.

Com o abono salarial subindo menos que o salário mínimo, o governo prevê que o benefício equivalerá a um salário e meio a partir de 2035. A mudança será discutida por meio de uma PEC, que exige quórum de três quintos dos votos dos membros de cada Casa, em dois turnos de discussão e votação. Tal quórum equivale a 60% do total de deputados e de senadores.

Outro item do pacote de corte de gastos é o PLP 210/2024, um projeto de lei complementar. O texto, também proposto pelo deputado José Guimarães, autoriza o governo a limitar o pagamento de créditos tributários caso haja déficit nas contas públicas.

O texto ainda prevê um limite de crescimento das emendas impositivas às regras arcabouço fiscal, restrição de emendas nas despesas discricionárias (não obrigatórias) do Poder Executivo e redução de crescimento real das emendas não impositivas, de modo que o montante total das emendas crescerá sempre abaixo do arcabouço.

O projeto autoriza o Poder Executivo a fazer o bloqueio e o contingenciamento de emendas parlamentares na mesma proporção aplicada às demais despesas discricionárias - até o limite de 15% do valor. A Lei Complementar 210, de 2024, que regulamentou as emendas parlamentares, já previa o contingenciamento, mas não o bloqueio. O contingenciamento ocorre quando há risco de não cumprimento da meta fiscal do ano por queda de receitas. O bloqueio ocorre quando é preciso cumprir o limite de despesas.

A proposta também torna livre a aplicação do superávit financeiro de oito fundos públicos (Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, Fundo Nacional Antidrogas, Fundo da Marinha Mercante, Fundo Nacional de Aviação Civil, Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito, Fundo do Exército, Fundo Aeronáutico e Fundo Naval).

Por ser um projeto de lei complementar, o quórum exigido é um pouco maior do que a votação de um projeto de lei ordinária. No caso da lei complementar, a aprovação depende de maioria absoluta de votos dos integrantes de cada Casa legislativa: são 257 votos na Câmara e 41 votos no Senado.

Orçamento e LDO

Na última semana, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) concluiu a votação dos 16 relatórios setoriais do Orçamento de 2025 (PLN 26/24). Agora, o relator-geral, senador Ângelo Coronel (PSD-BA) pode preparar o relatório final para votação.

O presidente da comissão, deputado Julio Arcoverde (PP-PI) convocou reunião para esta terça-feira (17). A Lei Orçamentária Anual estima as receitas e estabelece as despesas para o exercício financeiro seguinte.

Também está na pauta a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), texto que estabelece as prioridades e a meta fiscal do governo para o ano seguinte e orienta a elaboração do próprio Orçamento.

Reforma tributária

Após o Senado aprovar, na última quinta-feira (12), o principal texto de regulamentação da **reforma tributária**, o Projeto de Lei Complementar (PL) 68/2024, a matéria retorna à Câmara, para revisão final. A expectativa é que o Plenário aprove já no início da semana.

Deputados podem ainda modificar o texto, excluindo eventuais mudanças feitas pelos senadores. O texto trata das regras de incidência do Imposto Sobre Valor Agregado (IVA Dual), que se subdivide em dois **tributos** básicos sobre o consumo: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), em nível federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), em nível estadual/municipal.

Além disso, haverá o Imposto Seletivo (IS), o chamado imposto do pecado, que é uma sobretaxa aplicada sobre determinados produtos e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Esses novos **impostos** são uma unificação de cinco **tributos** (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) atualmente existentes.

Os novos **tributos** foram aprovados em emenda constitucional promulgada no fim do ano passado, na primeira fase da **reforma tributária**. Ao longo de 2024, o Congresso Nacional vem se debruçando sobre a regulamentação, que trata sobre alíquotas dos **tributos** e como cada setor da economia será impactado. A transição para o novo modelo tributário será gradual, entre 2026 e 2033.

*Com informações da Agência Senado e da Agência Câmara.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-12/congresso-fara-esforco-concentrado-para-votar-cortes-ldo-e-orcamento>

Corrida para votar reforma tributária antes do recesso

Mayara Souto +

O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) afirmou, no domingo (15/12), que a expectativa é de votação até amanhã da **reforma tributária** na Câmara. Relator da matéria, adiantou que será mantida a trava de 26,5% para a alíquota padrão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), atualmente estimada em 27,91%, segundo o governo.

O mais importante é garantir uma reforma que não ultrapasse essa trava de 26,5% de imposto sobre consumos e serviços , afirmou.

O grupo de trabalho da reforma reuniu-se, ontem, na Câmara, para debater o texto. De manhã, o encontro foi entre deputados e técnicos e, à tarde, com representantes do Ministério da Fazenda. Os parlamentares apresentaram o que foi debatido ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Segundo Lopes, as reuniões no fim de semana demonstram a preocupação em acelerar a votação.

Lopes afirmou estar otimista sobre a capacidade de arrecadação e, em especial, com o cashback. Vamos criar o melhor sistema tributário do planeta, o mais tecnológico e popular. Quando você coloca o cashback, cobra-se mais de quem ganha mais e menos, de quem ganha menos, porque devolve-se os **impostos**. E a capacidade arrecadatória é muito positiva. Acaba com sonegação, fraude e inadimplência , observou.

Lopes não quis antecipar quais mudanças serão acatadas e rejeitadas do texto que voltou do Senado. Disse, porém, que 90% do que foi alterado eram questões técnicas e 10% dependem de discussão política.

Um dos tópicos modificados é a decisão de equiparar a carga tributária dos serviços de saneamento básico aos de água e esgoto. Isso impactaria diretamente a trava de 26,5% da alíquota. Lopes crê que o cashback pode ser uma solução para respeitar o percentual.

No pacote de ajuste fiscal, há, ainda, três propostas em tramitação na Câmara. A primeira sobre a limitação do ganho real do salário mínimo aos limites do arcabouço fiscal - ou seja, correção pela **inflação** e ganho real entre 0,6% e 2,5%.

A segunda estabelece um corte gradual do acesso ao abono salarial de um salário mínimo por ano. E a terceira, o Projeto de Lei Complementar 210/24, que autoriza o governo a limitar a utilização de créditos tributários caso haja deficit nas contas públicas.

O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), cancelou todas as sessões de comissões para levar as discussões direto ao plenário e agilizar a votação.

O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) afirmou, no domingo (15/12), que a expectativa é de votação até amanhã da **reforma tributária** na Câmara. Relator da matéria, adiantou que será mantida a trava de 26,5% para a alíquota padrão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), atualmente estimada em 27,91%, segundo o governo.

O mais importante é garantir uma reforma que não ultrapasse essa trava de 26,5% de imposto sobre consumos e serviços , afirmou.

O grupo de trabalho da reforma reuniu-se, ontem, na Câmara, para debater o texto. De manhã, o encontro foi entre deputados e técnicos e, à tarde, com representantes do Ministério da Fazenda. Os parlamentares apresentaram o que foi debatido ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Segundo Lopes, as reuniões no fim de semana demonstram a preocupação em acelerar a votação.

Lopes afirmou estar otimista sobre a capacidade de arrecadação e, em especial, com o cashback. Vamos criar o melhor sistema tributário do planeta, o mais tecnológico e popular. Quando você coloca o cashback, cobra-se mais de quem ganha mais e menos, de quem ganha menos, porque devolve-se os **impostos**. E a capacidade arrecadatória é muito positiva. Acaba com sonegação, fraude e inadimplência , observou.

Lopes não quis antecipar quais mudanças serão acatadas e rejeitadas do texto que voltou do Senado. Disse, porém, que 90% do que foi alterado eram questões técnicas e 10% dependem de discussão política.

Um dos tópicos modificados é a decisão de equiparar a carga tributária dos serviços de saneamento básico

aos de água e esgoto. Isso impactaria diretamente a trava de 26,5% da alíquota. Lopes crê que o cashback pode ser uma solução para respeitar o percentual.

No pacote de ajuste fiscal, há, ainda, três propostas em tramitação na Câmara. A primeira sobre a limitação do ganho real do salário mínimo aos limites do arcabouço fiscal - ou seja, correção pela inflação e ganho real entre 0,6% e 2,5%.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

A segunda estabelece um corte gradual do acesso ao abono salarial de um salário mínimo por ano. E a terceira, o Projeto de Lei Complementar 210/24, que autoriza o governo a limitar a utilização de créditos tributários caso haja deficit nas contas públicas.

O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), cancelou todas as sessões de comissões para levar as discussões direto ao plenário e agilizar a votação.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/12/70/12543-corrída-para-votar-reforma-tributaria-antes-do-recesso.html>

Orçamento, cortes e reforma: Congresso tem semana cheia antes do recesso do fim do ano

Por Luiz Felipe Barbiéri, Sara Curcino, g1 e TV Globo - Brasília

O recesso começa oficialmente na segunda-feira (23), mas deputados e senadores correm contra o tempo para entregar as votações de propostas de interesse dos poderes Executivo e Legislativo.

As discussões envolvendo o governo e o parlamento sobre a liberação de emendas jogaram para a última semana antes do recesso a votação do pacote fiscal do governo (leia mais abaixo).

Além disso, deputados e senadores precisam votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Orçamento de 2025 (LOA) até sexta-feira (20).

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Júlio Arcoverde (PP-PI), afirmou que o colegiado vai analisar a LDO na terça-feira (17) e a LOA na quarta-feira (18).

Está programada para quinta-feira (19) a sessão conjunta do Congresso Nacional para analisar as duas propostas, mas o presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) afirmou que a sessão pode ser realizada na sexta (20) se for necessário.

Também devem entrar na pauta do Congresso vetos presidenciais e projetos de lei do Congresso Nacional que tratam sobre matéria orçamentária.

Após focar em projetos voltados à segurança pública, a Câmara deve analisar nesta semana propostas do pacote de cortes de gastos enviados pelo governo.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já escolheu o relator de duas das três propostas. Com as urgências aprovadas, as votações devem ser realizadas entre terça e quarta-feira.

Os projetos abordam os seguintes temas:

Um terceiro texto, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), estabelece as mudanças nas regras do abono salarial, além da garantia de que até 25% do Fundeb - a principal forma de financiamento da educação básica - seja utilizado para manter escolas de tempo integral.

A PEC também traz um dispositivo para tentar acabar com os super salários no funcionalismo público.

Lira confirmou que este texto deve ser apensado a outra PEC já pronta para o plenário, com o objetivo de pular etapas de tramitação e ser votado também nesta semana.

O governo prevê economizar com isso R\$375 bilhões até 2030 e evitar um descontrole das contas públicas.

Além do pacote de corte de gastos, a Câmara deve analisar na terça-feira as mudanças promovidas pelo Senado em um dos projetos de regulamentação da **reforma tributária**.

O relator, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), vai se reunir no domingo (15) com integrantes do grupo de trabalho que discutiu a regulamentação. O objetivo é avaliar os impactos das alterações feitas pelos senadores.

Já o Senado deve analisar, na terça-feira, o projeto de renegociação das dívidas dos estados que, esta semana, passou pela Câmara e foi alterado pelos deputados.

Como as discussões começaram no Senado, o texto precisa passar por nova análise da Casa antes de seguir para sanção.

Patrocinado pelo presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o texto alivia juros e permite o parcelamento em até 30 anos.

A previsão é que o Senado faça sessões terça, quarta e quinta. A Casa pode analisar ainda os projetos de corte de gastos do governo, caso a Câmara conclua as análises a tempo.

Outro projeto que também deve entrar em pauta é o que proíbe celulares nas escolas e que passou pela Câmara nesta semana.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/12/16/orcament-o-cortes-e-reforma-congresso-tem-semana-cheia-antes-do-recesso-do-fim-do-ano.ghml>

Reforma tributária: deputados tentam reduzir pressão de lobbies, enquanto governo faz contas

BRASÍLIA - Os deputados envolvidos nas discussões sobre a regulamentação da **reforma tributária** tentam evitar uma nova ofensiva dos lobbies empresariais antes da votação final do projeto pela Câmara, prevista para esta semana.

A expectativa é votar a proposta nesta terça-feira, 17. Houve neste domingo, 15, uma reunião sobre o assunto de deputados como Reginaldo Lopes (PT-MG) e Cláudio Cajado (PP-BA) com Bernard Appy, secretário do Ministério da Fazenda responsável pela reforma.

Relator do projeto, Reginaldo indicou que rejeitará o desconto dado pelo Senado na alíquota sobre saneamento. Essa foi a única alteração concreta indicada na entrevista dada pelos participantes do encontro.

A ideia é justamente reduzir as chances de empresas saberem de possíveis mudanças no texto, ficarem contrariadas e colocarem seus lobistas para pressionar a Câmara contra as alterações.

Reginaldo, Cajado e outros deputados levarão ainda neste domingo ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o que foi discutido no encontro de mais cedo. Será feita uma avaliação da viabilidade política de possíveis alterações no texto.

A equipe de Appy deverá entregar uma nova projeção de arrecadação e possíveis alíquotas à Câmara ainda nesta segunda-feira, 16. O tema será discutido por líderes de bancada. A avaliação é que todas as conversas com representantes de setores da economia já foram feitas. Nessa análise, faltariam apenas as últimas contas dos técnicos e um acordo interno à Câmara.

Em relação ao saneamento, na primeira votação do projeto na Câmara, foi aprovado um mecanismo de cashback para devolver recursos do imposto sobre esse serviço para pessoas mais pobres. O Senado ampliou o desconto nessa taxa. Reginaldo Lopes afirmou que se trata de um tema delicado, mas indicou como o assunto será tratado no relatório: Entendemos que o cashback para o saneamento é o

melhor caminho, disse ele.

O deputado petista afirmou também que os senadores melhoraram a trava de 26,5% na alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Também afirmou estar otimista sobre as possibilidades de a alíquota ficar em torno de 25% ou 26%. Bernard Appy, por sua vez, afirmou que infelizmente não é mais possível incluir as armas de fogo no imposto seletivo.

Segundo Cláudio Cajado, o mais provável é que a votação da proposta fique mesmo para terça-feira, 17. O grupo de deputados levaria ainda neste domingo as discussões que tiveram para o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), avaliar. Também estavam previstas conversas com os líderes de bancada e, provavelmente, com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, sobre o assunto.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/reforma-tributaria-deputados-tentam-reduzir-pressao-de-lobbies-enquanto-governo-faz-contas,b7e8b350ad88ed28de2f0b61d5df7261k119qfx0.html>

Senadores aproveitam reforma e emplacam R\$ 3,5 bi para refinaria em Manaus

Raquel Landim

Dois senadores do Amazonas aproveitaram a regulamentação da **reforma tributária** para emplacar um benefício para um grupo de distribuição de combustíveis que possui uma refinaria em Manaus.

Proposta pelo senador Omar Aziz (PSD-AM) e acatada pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da **reforma tributária** no Senado, a emenda isenta de PIS/Cofins e ICMS a Refinaria de Manaus (Ream), que pertence à distribuidora de combustíveis Atem.

O impacto para o Tesouro Nacional é estimado em R\$ 3,5 bilhões por ano. O cálculo foi feito por fontes do setor a pedido da coluna com base na produção da refinaria e no potencial de vendas.

Pelas regras da Zona Franca de Manaus, bebidas, automóveis, petróleo e combustíveis não são contemplados por isenções fiscais.

No entanto, Braga aceitou a inclusão de um adendo proposto por Aziz dizendo que os benefícios valem para as vendas internas realizadas por refinadoras já instaladas na região. É uma espécie de "exceção da exceção". Em Manaus, existe apenas uma refinaria: a Ream.

Na justificativa do projeto de lei 68 de 2024, um dos que regulamenta a **reforma tributária**, o relator cumprimenta Aziz pela emenda e diz que ela é importante para "viabilizar a indústria de refino na Amazônia Ocidental" e que "vai gerar emprego e renda para a população".

Fontes no setor de combustíveis reclamam que é impossível garantir que a gasolina e o diesel da refinaria serão vendidos apenas no Amazonas e que os subsídios do Tesouro num setor de margens de lucro baixas vão prejudicar a livre concorrência em mercados do Centro-Oeste e do Nordeste.

O grupo Atem pertence a uma influente família de empresários locais, os irmãos Dibo, Miquéias e Naidson de Oliveira Atem. A família, que já era tradicional na distribuição de combustíveis, passou a atuar também no refino dois anos atrás, quando adquiriu a Ream, que pertencia à Petrobras.

Na distribuição de combustíveis, o grupo Atem já é favorecido por outro subsídio tributário. Desde agosto de 2017, uma liminar judicial permite a distribuidora do grupo importar combustíveis sem pagar PIS e Cofins.

O setor calcula que o grupo deixou de recolher R\$ 1,2 bilhão aos cofres públicos graças à essa medida. A liminar foi contestada pelos concorrentes, mas acaba sendo reinstalada pelos juízes locais.

REVERSÃO

A expectativa das demais distribuidoras é que a emenda que beneficia a Atem na **reforma tributária** seja revertida durante a análise do projeto de lei na Câmara dos Deputados. O PL deve ser votado nesta terça-feira (17).

Segundo apurou a coluna, o setor de combustíveis enviou emissários para conversar com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Procurados, os senadores Eduardo Braga e Omar Aziz não deram entrevista.

Para o grupo Atem, "a inclusão da indústria do refino no rol das indústrias incentivadas da Zona Franca de Manaus corrige uma distorção já que, assim com outros segmentos industriais, a indústria de refino possui importância estratégica para o desenvolvimento social e econômico da região Norte".

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/raquel-landim/2024/12/16/senadores-aproveitam-reforma-e-emplacam-r-35-bi-para-refinaria-em-manaus.htm>

Pacote de ajuste fiscal domina última semana do ano no Congresso

Carolina Nogueira

O Congresso tem apenas cinco dias para votar o pacote de corte de gastos enviado pelo governo, a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e o Orçamento de 2025, além de ter de concluir a regulamentação da **reforma tributária**. O recesso parlamentar começa após o dia 20.

A Câmara dos Deputados precisa aprovar os projetos de ajuste fiscal primeiro. A discussão das propostas está prevista para começar nesta segunda-feira (16). Os deputados precisam analisar os dois projetos de lei e a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que compõem o pacote. Depois, os textos seguem para análise do Senado. O governo quer aprovar tudo, nas duas Casas, ainda neste ano.

A regulamentação da **reforma tributária** voltou para a Câmara. Os deputados também têm a missão de rever as mudanças feitas pelos senadores na proposta que estabelece as regras para o novo sistema tributário do país. Líderes da Casa ouvidos pelo UOL afirmam que a ideia é começar pelo pacote e depois investir na **reforma tributária**.

Entregar a reforma é a prioridade em fim de mandato. Os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), querem finalizar a regulamentação da **reforma tributária** antes do recesso. Os dois parlamentares deixam o comando das Casas em fevereiro de 2025 e pretendem mostrar a reformulação do sistema tributário como um dos legados da gestão deles.

Parlamentares têm ainda a LDO e o Orçamento de 2025 para votar. A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser votada na CMO (Comissão Mista de Orçamento) na próxima terça-feira (17). Pacheco, que também é presidente do Congresso, disse que está prevista uma sessão conjunta na quinta-feira (19) para análise dos projetos. Também há a previsão de sessões no Senado de terça a quinta para aguardar o pacote fiscal.

Pacheco sinalizou com otimismo para votações. Na semana passada, o presidente do Senado disse que, apesar do prazo apertado, daria tempo. "Nós estamos hoje mantendo o otimismo de que somos capazes de fazer essa apreciação a tempo", afirmou a jornalistas.

Ele ainda apontou que, se fosse preciso, daria para estender as votações até sexta.

Lira também fez gesto favorável. Para ajudar, o presidente da Câmara suspendeu todas as discussões e votações em comissões temáticas da Casa para que os parlamentares se dediquem exclusivamente à aprovação de projetos em plenário.

Deputados que vão relatar propostas são do PP, MDB e União Brasil. Parlamentares relataram ao UOL que as propostas teriam mais facilidade na aprovação com relatorias do centrão, daí a escolha de Lira.

Um dos projetos faz alterações na lei do arcabouço fiscal. O relator da proposta, Átila Lira (PP-PI), deve ajustar o trecho que limita a utilização dos créditos tributários. O texto traz ainda um bloqueio de 15% das emendas parlamentares, que não agrada os deputados.

Isnaldo Bulhões (MDB-AL) também foi escolhido como relator. Ele cuidará do projeto que ajusta a regra de valorização do salário mínimo às regras do arcabouço fiscal, limitando o crescimento a 2,5% ao ano, além de tratar das regras do Bolsa Família e do BPC (Benefício de Prestação Continuada).

PEC altera benefícios. A proposta será relatada pelo deputado Moses Rodrigues (União Brasil-CE) e traz mudanças no abono salarial, no Fundeb e na prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU). Ainda faz ajuste nos subsídios e subvenções e na variação de recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) ao IPCA.

Site: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/12/16/pacote-de-ajuste-fiscal-domina-ultima-semana-do-ano-no-congresso.htm>

A regulamentação das redes e a garantia da democracia (Artigo)

Marcus Vinicius Furtado Coêlho, advogado, é presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB, ex-presidente nacional da instituição (2013-2016).

O crescente impacto das redes sociais no cenário global tem gerado discussões sobre a regulamentação dessas plataformas, especialmente no contexto do Estado democrático de Direito. Há mais de uma década, o Brasil já reconhecia a relevância de se estabelecer, em lei, deveres e direitos no ambiente digital.

Contudo, a evolução tecnológica e a explosão de conteúdos ilícitos nas redes deram urgência a uma resposta jurídica precisa e adaptada aos desafios **impostos** pela internet, como o fenômeno da desinformação e a disseminação de discurso de ódio.

Nesse contexto, o Supremo Tribunal Federal retomou, no último dia 27, o julgamento de processos que questionam regras do Marco Civil da Internet. Os casos não são novos, estão na Corte há pelo menos oito anos.

O Congresso também tentou avançar na regulamentação das redes, por meio daquele que ficou conhecido como "PL das Fake News". Aprovada no Senado em 2020 e, desde então tramitando na Câmara dos Deputados sob forte resistência, a proposta pretende instituir a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.

Nesse período, no entanto, a polarização ganhou ainda mais força no Brasil e a política, infelizmente, contaminou o debate e a discussão não avançou.

Enquanto isso, sob o manto da liberdade de expressão, práticas ilícitas, como a propagação de desinformação, os discursos extremistas e os ataques a direitos fundamentais, passaram a ter impacto no cotidiano das cidadãs e dos cidadãos brasileiros.

O caso da pandemia de covid-19, por exemplo, evidenciou as sequelas da desinformação em relação à saúde pública. A proteção das crianças e adolescentes, como determina a Constituição Federal, também passou a estar em jogo.

Embora a internet seja uma ferramenta poderosa para

o conhecimento, ela também abriga ameaças, como o cyberbullying, o acesso a conteúdos inadequados, a exposição a predadores virtuais e até o vício em tecnologia.

Em recente entrevista ao jornal "O Globo", a juíza Vanessa Cavaliari, titular da maior Vara da Infância e Adolescência do país, definiu com lucidez o que o ambiente virtual pode representar para os nossos filhos e netos: "A rede social é uma praça pública escura e cheia de estranhos".

O cerne da discussão em torno da regulamentação das redes sociais é a responsabilidade das chamadas big techs no controle de conteúdos apócrifos.

Embora o Marco Civil da Internet tenha significado, há 10 anos, um avanço na proteção da liberdade de expressão e na prevenção da censura, a interpretação de seu artigo 19, que exige ordem judicial prévia para a remoção de conteúdo, tem representado um obstáculo à ação rápida contra a disseminação de práticas ilícitas.

Nesse contexto, o episódio recente das bombas que explodiram na Praça dos Três Poderes, matando seu detonador, Francisco Wanderley Luiz, deu mais força ao debate no Supremo sobre a constitucionalidade do artigo 19.

A ausência de regulamentação das redes não obriga, por exemplo, as empresas a repassar dados de usuários para ações coercitivas de agentes de segurança pública e tampouco identificar ameaças por meio de rastreamento de palavras-chaves. Ações como essas dependem de decisões judiciais.

Cobrados por supostas falhas de ações de inteligência, investigadores poderiam prevenir crimes como o ocorrido na capital do Brasil, no início de novembro, se a internet não estivesse no estado de terra sem lei.

Todo esse cenário sublinha a necessidade de regulamentação das plataformas digitais, a fim de garantir que essas ferramentas não sejam usadas para enfraquecer os direitos democráticos e a segurança de toda a população.

No último dia 28, na tribuna do plenário do STF, o

advogado-geral da União, Jorge Messias, afirmou que o artigo 19 do Marco Civil da Internet impôs, na prática, uma "imunidade" às plataformas para manterem atitudes omissas em relação à desinformação.

A sustentação de Messias representou uma mudança no entendimento do governo, que vinha defendendo a interpretação conforme do artigo 19, mas estabelecendo os "deveres de prevenção, precaução e segurança" para as empresas. Elas seriam obrigadas a adotar uma série de medidas para evitar que conteúdos ilícitos circulassem livremente no ambiente digital.

Na quinta-feira (5), o ministro Dias Toffoli, relator de uma das ações que estão sendo julgadas pelo Supremo, concluiu seu voto no sentido de responsabilizar as plataformas pelos conteúdos publicados por seus usuários. Ou seja, Toffoli defendeu a inconstitucionalidade do artigo 19.

Para o ministro, as empresas devem remover postagens apócrifas quando notificadas pelas vítimas desses conteúdos ou por seus advogados, sem a necessidade de decisão judicial. Toffoli também entende que, em situações específicas, envolvendo crimes graves, as plataformas devem agir mesmo sem notificação.

Nesse rol, segundo o magistrado, estão, entre outros: crimes contra o Estado democrático de Direito; atos de terrorismo ou preparatórios de terrorismo; divulgação de fatos notoriamente inverídicos ou descontextualizados com potencial para causar danos ao equilíbrio do pleito ou à integridade do processo eleitoral; infração sanitária, por deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias em situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional; qualquer espécie de violência contra a criança, o adolescente e as pessoas vulneráveis; qualquer espécie de violência contra a mulher e crime de racismo.

A despeito da contaminação da discussão pela polarização política, não há mais dúvidas de que é essencial que os provedores de plataformas digitais sejam responsabilizados de forma mais direta e ágil - especialmente quando se trata de conteúdos manifestamente ilícitos, como discursos de ódio, fraude, e desinformação. Isso inclui uma moderação proativa, sem a necessidade de uma ordem judicial, para garantir uma resposta mais eficaz e célere a abusos.

O desafio, no entanto, é garantir que o debate sobre a regulamentação das redes sociais leve em conta o equilíbrio entre a liberdade de expressão e a proteção

de outros direitos fundamentais. A Constituição Brasileira garante a liberdade de expressão, mas ela não é absoluta. Em situações de incitação ao crime, desinformação ou discurso de ódio, se faz necessária uma intervenção para proteger o Estado democrático e os direitos da coletividade.

A responsabilidade das plataformas digitais na moderação de conteúdo ilícito e na proteção dos direitos fundamentais é vital para garantir que a internet continue a ser um espaço de liberdade, mas sem comprometer a segurança e a dignidade da sociedade.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20241216/>

A reação dos mercados (Artigo)

Por Roberto Padovani

O governo finalmente anunciou as medidas de controle da despesa pública. Em grande parte, os ajustes vieram em linha com o esperado, aproximando a evolução dos gastos do Estado ao ritmo proposto pelo arcabouço fiscal.

O esforço para se manter a regra fiscal não deixa de ser um sinal positivo. Mesmo que persistam as dúvidas em relação aos resultados fiscais e o gradualismo proposto pela regra seja incompatível com a estabilização da dívida, a sustentação do arcabouço abre espaço para algum equilíbrio nas contas públicas.

Os mercados financeiros, no entanto, receberam mal o anúncio. Embora essa postura tenha sido considerada por muitos como exagerada ou politicamente interessada, ela faz sentido à luz da pesquisa acadêmica dos últimos 40 anos sobre credibilidade, ciclo político dos negócios e políticas públicas.

Ao analisar as reformas econômicas na Ásia, Leste Europeu e América Latina, a literatura do final dos anos 1980 mostrou como a falta de credibilidade, gerada por históricos desfavoráveis, ausência de consenso dentro do próprio governo e desenhos de política pouco coerentes, atrapalha as agendas de estabilização.

Isso porque, sem credibilidade, o problema da informação assimétrica ganha relevância. Nem sempre é fácil avaliar as reais intenções dos governos, uma vez que medidas podem ser adotadas com baixa convicção apenas para responder a crises de confiança e instabilidades financeiras de curto prazo.

Dois outros temas de economia política dificultam a construção de confiança no futuro. William Nordhaus mostrou nos anos 1970 que, por motivação partidária ou oportunismo político, as gestões fiscais, monetárias e cambiais podem atender a objetivos específicos, como estimular a economia nos períodos eleitorais. É o chamado ciclo político dos negócios.

Outro desafio é a chamada "guerra de desgaste". O modelo do economista italiano Alberto Alesina mostra que a incapacidade de solucionar impasses políticos leva à postergação das agendas de estabilização, o que agrava os desequilíbrios até que uma crise permita a consolidação política e as correções necessárias.

O problema é que ao adiar o ajuste, seu custo pode inviabilizar politicamente as agendas e confirmar os temores iniciais sobre o pouco compromisso dos governos com a estabilidade econômica. A necessidade de convencer os agentes de que o passado não irá se repetir demanda a adoção de políticas mais duras, amplas e implementadas mais rapidamente. Com custos elevados, a falta de credibilidade é uma profecia autorrealizável.

Aplicados ao Brasil, estes modelos sugerem que o histórico recente, o ciclo eleitoral em 2026 e os custos crescentes de corrigir rumos reduzem a confiança no gradualismo fiscal.

Além da memória da crise fiscal de 2015, o forte aumento da despesa pública em 2023 causou preocupação desde o primeiro dia de governo. Os gastos foram generalizados e sem contrapartidas de controle de outras despesas.

A despesa do governo central em 2023 cresceu R\$ 320 bilhões em relação a 2022, um valor próximo a 3% do **PIB**. É uma expansão fiscal relevante mesmo quando se desconta a conta deixada pelo governo anterior com precatórios, restos a pagar e reajuste de servidores, estimada em cerca de R\$ 75 bilhões.

Contas públicas devem seguir como o principal desafio econômico do país ao longo dos próximos anos

Com isso, o resultado primário saiu de um superávit de 0,6% do **PIB** em 2022 para um déficit de 2,4%. A dívida pública voltou a subir, partindo de um patamar já elevado. Ao mesmo tempo, o foco no aumento da receita e o discurso a favor do gasto e que minimiza o risco fiscal colocam em segundo plano reformas que permitam controlar a despesa obrigatória.

Para complicar, a curta experiência democrática brasileira mostra que os ciclos eleitorais são um risco. Mesmo com todos os avanços institucionais, as eleições de 1998, 2010, 2014 e 2022 agravaram os desequilíbrios econômicos.

Neste caso, a corrida presidencial de 2026 pode ser um incentivo tanto para a flexibilização do arcabouço, como já observado com o teto de gastos, quanto para intervenções no câmbio e para aumento dos gastos parafiscais, com o uso de fundos setoriais, da conta de restos a pagar e de créditos subsidiados.

Falta de convicção e ciclo político, por sua vez, incentivam a postergação dos ajustes, como ficou subentendido com o recente anúncio de medidas. Refletindo as disputas internas e a sensibilidade em relação à competição eleitoral, a comunicação demorou a ser feita e acabou sendo confusa e incompleta.

O resultado é que, com ajustes insuficientes, fica difícil antecipar um cenário de estabilidade da dívida. A falta de confiança no futuro, porém, não é neutra para a economia.

Em um ambiente global de aversão a risco, as incertezas fiscais locais pressionam fluxos de capitais, câmbio, **inflação** e juros. Com condições financeiras piores, o custo de rolagem da dívida supera a capacidade cíclica de arrecadação de **impostos**, levando a um endividamento crescente.

Com juros reais em alta e crescimento em baixa, a estabilização da dívida irá depender de um superávit fiscal improvável, o que confirma a experiência de que a dinâmica da dívida depende de sua própria trajetória.

Ao mesmo tempo, a antecipação de equilíbrios macroeconômicos de pior qualidade eleva as dúvidas sobre as respostas do governo, se mais responsáveis ou mais populistas. Com menor previsibilidade, os prêmios de risco se elevam e os ativos financeiros perdem referência. O resultado é um mercado disfuncional e uma espiral negativa entre desconfiança, piora das condições financeiras e endividamento público.

A instabilidade financeira, portanto, não deveria ser uma surpresa. É compatível com ajustes graduais em ambientes de baixa reputação, o que significa que as contas públicas devem seguir como o principal desafio econômico do país ao longo dos próximos anos.

Roberto Padovani é economista-chefe do BV.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20241216/>

Estresse fiscal e exterior devem afastar estrangeiro da bolsa em 2025

Bruna Furlani e Maria Fernanda Salinet De São Paulo

O aumento da percepção de risco fiscal fez o Brasil perder relevância entre os portfólios de investidores estrangeiros nos últimos meses, segundo gestores de casas globais ouvidos pelo Valor. Em meio a um cenário externo adverso para fluxos para mercados emergentes com o "excepcionalismo americano" enaltecido por Donald Trump, que deve prevalecer em 2025, o país não é mais considerado uma aposta vencedora, ao menos no curto prazo.

Executivos afirmam que a recuperação da confiança no compromisso fiscal do governo deve demorar e, assim, adiar o retorno do investidor global, especialmente em um momento de Selic elevada.

Dados da B3 mostram que, no acumulado do ano até a última quarta-feira (11), o saldo de recursos de investidores estrangeiros no secundário da bolsa, de ações já listadas, está negativo em R\$ 31,8 bilhões.

Números compilados pelo J.P. Morgan, com base em dados da EPFR, também revelam que gestores de fundos de mercados emergentes vêm cortando posições líquidas acima da média do "bench-mark" do MSCI em Brasil. Em setembro, os dados apontavam que 24 casas estavam com alocação acima de 2% da média de mercado, valor que representa uma queda na comparação com as 32 gestoras posicionadas em agosto, segundo relatório. O levantamento tem um certo atraso, mas pelo comportamento dos ativos nos últimos três meses pode ter dado pistas dessa piora de tendência.

Marcelo Okura, chefe da corretora do UBS BB, explica que há dois tipos de investidores estrangeiros na bolsa brasileira: os dedicados a emergentes e América Latina e os globais. O primeiro perfil, afirma, possui um viés mais "oportunistas" e continua a adicionar exposição a ações locais, à medida em que a bolsa fica mais barata em dólar.

Já o segundo tipo de investidor, diz Okura, costuma ser mais fundamentalista e ponderar a perda da atratividade do Brasil em relação a outras economias como a dos Estados Unidos.

Diante da decepção com o pacote fiscal - cuja promessa é de cortes de R\$ 70 bilhões, com risco de

desidratação no Congresso - em dois anos, o executivo avalia que apenas novas medidas de redução de despesas entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões seriam capazes de reverter a situação e retomar a atração de capital estrangeiro global, o que ele vê como "pouco provável".

Na visão da Abrdn, gigante escocesa com 442,6 bilhões sob gestão, enquanto o Brasil não tiver maior visibilidade na agenda política, principalmente a fiscal, e alguma do cenário geopolítico, tanto dos EUA quanto da China, o país estará sujeito a movimentos mais táticos e de curto prazo. Assim, o momento é de espera por catalisadores, avalia Eduardo Figueiredo, diretor e chefe de renda variável para Brasil e América Latina da gestora, que detém US\$ 15 bilhões aplicados no país e em torno de US\$ 7 bilhões na bolsa local.

"Temos uma lista razoável de empresas que gostaríamos de ter ou aumentar a exposição, mas há um grande debate sobre quando fazer isso, dado o cenário que exige uma resposta importante por parte do governo, e isso não está acontecendo", diz Figueiredo.

Entre os entraves para o Ibovespa está o "choque de juros" feito pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Na semana passada, o colegiado elevou a Selic em 1 ponto, para 12,25% ao ano, e sinalizou mais duas altas de mesma magnitude para as próximas reuniões.

Pablo Goldberg, gestor e chefe de pesquisa em renda fixa em países emergentes da BlackRock, diz que o aperto de juros adiciona uma "camada extra de precaução" para atrair fluxos positivos. Fora a depreciação forte da moeda ao longo deste ano.

"O Brasil não está numa boa posição para estabelecer políticas para absorver eventuais choques. Por exemplo, ter que depreciar a moeda", lembra o executivo, ao afirmar que a desvalorização do real já está em processo.

A gestora de portfólio para mercados emergentes da holandesa Robeco, Daniela da Costa-Bul-thuis, diz que a visão da companhia é conservadora e cautelosa no momento, porque o Banco Central "está tendo que tomar a frente pelas falhas na política econômica".

Em um ambiente de desconfiança com o compromisso fiscal do governo, Da Costa-Bulthuis afirma que o caminho para o estrangeiro retornar será longo. "Na medida em que o ano de 2025 for se desenrolando, **inflação** baixando, e o Copom chegar no pico de taxa de juros, aí acho que realmente pode ser o momento de reavaliar as alocações em Brasil, mas no curto prazo é muito difícil."

A aprovação do pacote pode até parar a "sangria desatada" dos últimos pregões, mas a confiança no compromisso do governo com a trajetória da dívida pública vai demorar a ser recuperada, já que a atuação do BC vai criar uma "retração econômica brutal", diz a profissional da Robeco.

As mudanças no cenário internacional com a eleição de Donald Trump também alteraram drasticamente o rumo dos ativos globais em 2025, com o "excepcionalismo americano" e a imposição de tarifas contra importações de outros países como China e México.

"É realista admitir que o Brasil perdeu importância. Ele fica, infelizmente, bastante sujeito ao que acontece no cenário externo, do ponto de vista de fluxos de investimentos", diz Figueiredo, da ABRDN.

"O que o Brasil não pode perder é a oportunidade de se tornar positivo na região. O país precisa ter um direcionamento mais claro e um compromisso com uma política fiscal prudente, que permita que a política monetária funcione."

Okura, do UBS BB, também afirma que os Estados Unidos são agora o "destino seguro" e que o Brasil perdeu espaço para emergentes, como Coreia do Sul, Taiwan e África do Sul, além de países da América Latina, como Argentina.

Esteban Polidura, estrategista-chefe de investimentos para as Américas do Julius Baer, avalia que os próximos seis meses serão um período em que o mercado pedirá evidências de que não há uma deterioração de aspectos como a dívida pública do Brasil, o que deve deixar os fluxos de estrangeiros para a bolsa mais "tímidos". Para além de esclarecimentos maiores sobre o fiscal, o executivo afirma que o país precisará mostrar que continuará crescendo a um ritmo robusto, de pelo menos 2% ao ano. Tarefa que não será fácil, diz, com o protecionismo de Trump e o crescimento econômico mais fraco da China, entre 4% e 5%.

Polidura vê chances de que os fluxos sejam retomados quando o mercado começar a antecipar que há espaço para o início do corte de juros no Brasil.

Goldberg, da BlackRock, também acredita que os investidores vão aguardar até ter uma clareza do que será aplicado em termos de tarifas pelos Estados Unidos, além de temas como a desregulamentação financeira e o corte de **impostos** das empresas americanas.

"As tarifas vão ser aplicadas com um viés mais ideológico, ou terão um viés mais transacional? Quanto será transacional e quanto será ideológico?", questiona o profissional da BlackRock.

A situação chinesa, por outro lado, pode ser positiva para exportadoras de commodities brasileiras, caso Pequim concretize investimentos estruturais para fomentar o setor imobiliário do país. "Se a China vier com uma resposta contundente, o Brasil tende a se beneficiar disso, sendo um potencial catalisador nos próximos meses. Se for esse o caso, com um alívio vindo dessa pressão doméstica relacionada ao fiscal, pode trazer algum respiro de curto prazo", afirma o gestor da ABRDN, que tem posição em empresas como Sabesp, Equatorial e CCR.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

"Com EUA em bom ritmo, ganho com ações se espalha"

Eduardo Magossi De São Paulo

Entrevista Para Gabriela Santos, estrategista-chefe do J.P.Morgan Asset, há otimismo com a economia em novo mandato de Trump

A estrategista-chefe do J.P. Morgan Asset, Gabriela Santos, está otimista com o cenário econômico americano de 2025 e com a nova administração de Donald Trump, que volta à Casa Branca. Em rápida passagem pelo Brasil para conversar com clientes e investidores, ela disse, em entrevista ao Valor, que tem uma visão bem construtiva, com a **inflação** voltando para a meta de 2% do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) e também para o mercado acionário com novos recordes à frente. Desta vez, os retornos tendem a se ampliar para outros setores, reduzindo a concentração que hoje se observa em tecnologia. Santos alerta, contudo, que o aumento da dívida pode levar os juros de longo prazo de volta aos 5% nos Estados Unidos.

Veja abaixo os principais trechos da entrevista:

Valor: Em 2025, teremos um novo governo Trump com promessas de corte de **impostos**, mais tarifas comerciais e política anti-imigração, todas potencialmente inflacionárias. A senhora concorda?

Gabriela Santos: Minha visão é bem construtiva, com a economia americana seguindo resiliente, o que vai elevar os lucros das empresas beneficiando as bolsas. Em relação ao novo governo, nem todas as promessas de campanha se tornam realidade. Precisamos ver o que efetivamente será realizado. Mas se olharmos a agenda de política econômica, entre os prós e os contras, para o mercado americano em si tem mais prós, enquanto para o exterior tem mais contras, mais desafios.

Valor: A **inflação** vai ser motivo de preocupação?

Santos: Acreditamos que não, com o índice de preços ao consumidor (CPI) cheio e seu núcleo voltando para a meta de 2% do Fed em meados de 2025. Olhando a agenda da nova administração, tem a questão fiscal, que vai ser discutida na primeira metade do ano, mas será só implementada em 2026, então não seria algo que mexeria com a **inflação** no ano que vem, e a economia não está precisando de um estímulo, então

o Fed seguirá cortando as taxas. O aumento do diferencial de juros entre EUA e resto do mundo tem impulsionado o fortalecimento do dólar. O outro item importante para moeda é a questão de tarifas, o que poderia causar redução de crescimento fora dos EUA, melhorando a economia americana em relação a outros países. Além disso tem a questão do fluxo de recursos, que tem aumentado em direção aos EUA. Então os EUA estão ganhando com diferencial de juros, diferencial de crescimento, maior fluxo. Tudo isso fortalece o dólar.

Valor: O dólar forte veio para ficar?

Santos: Os mercados de renda fixa e de câmbio prestam muita atenção no aumento do déficit e já vimos uma redução de expectativa de corte de juros pelo Fed e um aumento de cerca de 0,50 ponto percentual no rendimento [dos títulos soberanos, os treasuries] de dez anos e um fortalecimento adicional no dólar em relação a antes da eleição. Dependendo do que for decidido sobre cortes de **impostos**, os juros de longo prazo podem subir mais e fortalecer mais o dólar ante várias moedas, inclusive o real.

Valor: E isso já está nos preços?

Santos: Parte sim, e explica a alta dos yields (retorno) e do dólar. O que o mercado precifica é que os US\$ 4 trilhões de cortes de **impostos** individuais concedidos por Trump em 2017 e que vencem no fim do ano que vem vão ser estendidos para 2026 e além. Agora, o mercado pode ficar sensível a discussões de novas reduções de **impostos** prometidas por Trump, estimados em US\$ 3,5 trilhões pelo Escritório de Orçamento do Congresso dos EUA. Se isso for implementado, o que é uma possibilidade porque os republicanos dominam o Congresso, embora por pequena maioria, os yields dos papéis de 10 anos chegariam perto de 5%. Do lado da redução de custos, Elon Musk, CEO da Tesla, e o empresário Vivek Ramaswamy estão liderando discussões de cortes orçamentários no Departamento de Eficiência Governamental, mas maior parte do orçamento é para programas sociais e gastos com defesa, o que é difícil de cortar.

Valor: E qual seria o impacto das políticas anti-imigração e de imposição de tarifas?

Santos: São mais incertas. Tem que ver se a política de imigração vai ser mais uma redução de entrada de novos imigrantes ou se haverá uma grande onda de deportações. Acreditamos em uma redução e não vemos isso afetando crescimento salarial e provocando **inflação**. Um item que teria maior impacto na **inflação** seria a imposição de tarifas comerciais. E seria importante separar o que seria política de negociação, caso do México e do Canadá, onde existe mais dependência de comércio, daquelas que achamos que serão realmente implementadas, como na China. Vamos ver se é 60%, se é menos, se teremos isenções para alguns tipos de bens. Ainda está bem incerto. Mas já aprendemos com as lições da primeira guerra comercial com a China, em 2018, quando as tarifas aumentaram de 3% para 12%. E o impacto não foi grande. Parte foi absorvida pelas empresas chinesas, parte pelas companhias americanas. O impacto em si para o consumidor final acabou sendo limitado e não precisou de uma ação do banco central. Pode ser que a desaceleração fique mais lenta mas não que a **inflação** mude de direção. E desde a primeira guerra comercial com a China, as cadeias de produção mudaram muito. Os EUA importam muito menos da china e muito mais de outros países, como México e países do Sul e Norte da Ásia. E não vai ter apenas um país que vai substituir a China, mas vários países vão se beneficiar dessa diversificação das importações americanas.

Valor: E como os mercados devem digerir tudo isso?

Santos: No momento, mercados diferentes estão olhando para itens diferentes da pauta de política econômica de Trump. O acionário presta muita atenção ao tema de menor regulação, o que aumenta a confiança das empresas, eleva investimentos, com mais fusões e aquisições e maior atividade nas bolsas. E apesar da inteligência artificial continuar sendo importante, temos convicção que uma maior confiança das empresas vai levar também a uma expansão nos lucros de outros setores que não foram tão bem nos últimos dois anos. Será outro ano de novos recordes para as bolsas. O consenso é de um crescimento de 15% no lucro das empresas. E não será só crescimento das sete magníficas. Em relação ao início do ano, a participação das sete no retorno total das empresas já caiu de 60% para 44%, mostrando uma maior distribuição das empresas. No quesito "valuation", o mercado já está caro, o que sugere que para capturar lucros, não é só pensar em investimento passivo no índice, mas em setores específicos, olhando para qualidade e fundamentos das empresas.

Valor: Questões fiscais vão im-pactar o mercado acionário?

Santos: Sim, devem provocar correções pontuais

durante o ano. Turbulências devem ocorrer por conta da discussão fiscal e implementação de tarifas, mas apostamos em outro ano de recordes. A expectativa é que a bolsa sofra correções trimestrais de 5% a 10% no ano. Mas os ganhos serão mais distribuídos com ganhos no setor financeiro, nos serviços de utilidade pública e nas "small" e "middle caps" [as empresas de pequena e média capitalização], beneficiadas pela redução das regulamentações. Outro setor que deverá ter impulso no próximo ano é o das companhias envolvidas na estrutura física da inteligência artificial, como centro de dados, servidores, produtores de energia e empresas industriais.

Valor: E existem oportunidades também fora dos EUA?

Santos: Veja a Europa. O Banco Central Europeu (BCE) deve cortar os juros de forma mais acelerada que o Fed, o que deve deixar o euro mais fraco e possivelmente atingir a paridade com o dólar. E a economia europeia deve sofrer mais por conta do volume exportado para a China. Mas 60% da receita das empresas da Europa vem de fora do continente e não é afetada pelo que acontece na economia local. Dito isso, vemos várias oportunidades em empresas dos setores de inovação, saúde, luxo e tecnologia. E mesmo com o corte nos juros, os títulos do governo dos países europeus acabam ficando mais interessantes que os Treasuries por conta da dívida americana.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

"Sou favorável a uma jornada que permita vida além do trabalho"

DIVO ARAÚJO

RAIO-X

O desembargador Jéferson Muricy, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT-5), é graduado em direito pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Tem especialização em Direito Processual Civil e formação em psicanálise. Atuou como advogado militante, com ênfase na área trabalhista, e foi defensor público, aprovado por concurso em 1991. Muricy integrou o Ministério Público do Trabalho, onde chefiou a Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região. Em dezembro de 2005, tomou posse como desembargador federal do Trabalho. Já desempenhou a função de desembargador conciliador do TRT-5 e foi vice-presidente do Tribunal, além de ter sido diretor da Escola Judicial do Regional.

*

O desembargador Jéferson Muricy completou, em novembro, um ano à frente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT-BA). Apostando na conciliação, ele conseguiu, nesse período, reduzir o tempo de julgamento das ações trabalhistas. "Hoje, no TRT, estamos com o tempo entre a entrada do processo e a designação da primeira audiência em torno de 90 dias. Antes, chegava a 150 dias", conta o magistrado nesta entrevista exclusiva ao A TARDE.

Na conversa, Muricy abordou diversos temas, como a construção da nova sede do TRT na Av. Paralela, a Reforma Trabalhista, as parcerias firmadas com grandes empresas e a pauta que vêm gerando intensos debates: a redução da jornada de trabalho para quatro dias, proposta em uma PEC apresentada no Congresso. "Quando a jornada semanal saiu de 48 horas para 44 horas na Constituição, houve essa mesma oposição. E, no final, a gente acabou se ajustando", pontua ele. Saiba mais na entrevista a seguir.

O senhor completou, em novembro, um ano à frente do TRT-BA. Nesse período, foram pagos mais de R\$ 4,6 bilhões aos trabalhadores, resultado de ações judiciais. É a sua marca mais importante neste primeiro ano de gestão?

Essa é a marca fundamental da nossa gestão, porque esse é o nosso papel. A nossa missão é exatamente garantir àquele e àquela que trabalharam durante boa parte da vida que recebam o que têm direito, e que muitas vezes não recebem. Mas nós olhamos para além dos números. Olhamos para as trabalhadoras e trabalhadores que vieram à Justiça do Trabalho e que finalmente receberam aquilo que tinham para receber. E que podem, com isso, prover o mínimo de conforto e dignidade para si e sua família. Esse é número fundamental, não pelo número em si, mas pela quantidade de pessoas e famílias que foram alcançadas e beneficiadas por isso.

Nesse período, o TRT teve um foco muito grande na busca pela conciliação. Essa visão ajuda a explicar esses números?

Sem dúvida, nós temos feito um esforço muito grande em conciliação. A conciliação é essencial, porque os sujeitos que estão envolvidos naquele conflito conseguem chegar a um termo que seja benéfico para ambos. Ela é importante para o trabalhador e para a trabalhadora, que recebe aquele direito, mas também para o empresário, que equaciona sua dívida, e pode, com tranquilidade, tocar o seu negócio. Por isso que apostamos e acreditamos que a conciliação será cada vez mais um meio privilegiado de solução das questões que nos chegam.

Dentro dessa aposta houve a realização de alguns mutirões de conciliação. Qual foi a importância desses mutirões para agilizar o andamento das ações?

Com os mutirões, nós conseguimos resolver, às vezes, processos que estão se prolongando por muitos anos. Nós convocamos a sociedade, empresas, trabalhadoras e trabalhadores, muitas vezes de grandes empresas, e temos feito isso consistentemente. Temos feito isso com Petro-bras, com o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, empresas que tinham uma política sempre de muita resistência à conciliação, e que finalmente entenderam o papel que ela pode ter. Hoje, nós conseguimos resolver passivos e processos que se prolongavam há décadas. Recentemente, nós conseguimos fazer uma conciliação em um processo da Petro-bras, que se não me trai a memória, era de 1989. Veja o alcance disso. Sem falar em diversas outras empresas, questões que se perpetuam, que se repetem.

Temos priorizado a conciliação, inclusive em mutirões muito bem-sucedidos, que nos trazem a tranquilidade de que estamos nesse caminho correto.

Vi que, nesse período, o tempo médio para a conclusão de uma ação no primeiro grau foi de 286 dias. E do recurso em segundo grau foi de 159 dias. Esse tempo de trâmite no Judiciário já é um avanço? É possível avançar ainda mais?

Nós estamos diminuindo muito os nossos tempos de julgamento, de realização da primeira audiência, que já foram muito grandes. Em 2022, salvo engano, o tempo médio de duração de um processo era de quase um ano. Ele caiu cerca de 50% no tempo. Hoje está em 200 e alguns dias. Ainda é muito. Nós queremos trabalhar consistentemente para que esses tempos diminuam. Não é razoável que o trabalhador e a trabalhadora fique com esse processo se prolongando por tanto tempo. Mas nós já conseguimos diminuir. Só para você ter uma ideia, hoje nós estamos com o tempo entre a entrada do processo e a designação da primeira audiência em torno de 90 dias. Antes, chegava a 150 dias. Reduzir esses tempos é um trabalho coletivo. As administrações que me antecederam tomaram medidas, nós tomamos as nossas. A que virá tomará a delas para que a gente consiga julgar os processos, entregar o bem que as pessoas nos demandam no tempo razoável. Isso é fundamental.

Nesse último ano houve um aumento de demanda de ações ajuizadas. Foi um desafio lidar com esses processos a mais?

É sempre um desafio. No passado recente, houve certa queda de processos

novos, de casos novos, com a Reforma Trabalhista e a pandemia da Covid-19. Agora, esses números começam a crescer paulatinamente. Tivemos um incremento de cerca de 20% do ano passado para 2024. Imaginamos que esse aumento também acontecerá em 2025. Então, precisamos nos aparelhar com uma plataforma de trabalho, com tecnologia e o uso racional dos recursos humanos e dos insumos que temos para poder atender cada vez mais com presteza, mais rapidez e mais eficiência as demandas da sociedade, que são fundamentais. O Poder Judiciário é o último limite da garantia dos direitos que o cidadão e que a cidadã têm. Por isso, precisamos responder a isso com alguma rapidez, segurança e credibilidade.

A Reforma Trabalhista já está pacificada dentro da Justiça do Trabalho? No início do governo Lula se chegou a falar em revogação de algumas medidas.

Acho que isso dificilmente acontecerá. Não acredito nesta hipótese. Vimos que houve esse aceno inicial, mas que não se converteu em gesto efetivo. Os tribunais estão paulatinamente interpretando a Reforma Trabalhista, pacificando os entendimentos sobre ela. Nós tínhamos uma preocupação muito grande com o acesso à Justiça, mas o Supremo Tribunal Federal já pacificou isso. Cerca de 50% das nossas demandas hoje são mediante o uso da gratuidade judiciária, o que é importante numa sociedade tão desigual, cheia de pobreza como a nossa. A maioria dos que nos procuram são trabalhadores que ganham até três salários mínimos, e que estão muitas vezes desempregados. Não tem como deman-

dar caro em qualquer Justiça. A divergência é própria do Poder Judiciário, que é a interpretação da lei. Mas, aos poucos, nós vamos sedimentando os entendimentos. Enfim, não acredito que haja um movimento de revogação da Reforma Trabalhista.

A deputada Erika Hilton (PSOL-SP) propôs uma PEC que reduz a jornada de trabalho para 36 horas semanais, em 4 dias por semana. A PEC considera a escala 6x1 abusiva e prejudicial à saúde dos funcionários. Qual é a opinião do senhor sobre esse assunto?

Obviamente que, quando digo isso, eu não falo pelo TRT. Porque o tribunal é uma instituição com muita gente, com muitas opiniões e opiniões muito diversas. Eu falo disso absolutamente de uma perspectiva e de um ponto de vista pessoal. Mas eu, Jé-ferson Muricy, sou inteiramente a favor de uma escala que amplie a quantidade de dias não trabalhados. O Brasil ainda é um dos países ligados a essa tradição ocidental, que tem uma das escalas de trabalho mais longas. E que impõe a trabalhadoras e trabalhadores um tempo destinado ao trabalho muito grande. Não só no trabalho em si, como muitas vezes na locomoção. Tem gente que sai da sua casa às quatro horas da manhã para pegar às sete horas e passa boa parte da sua vida em transporte público. Na volta para casa, a mesma coisa. Essas pessoas precisam dar atenção às suas famílias, ter vida social, conviver com seus amigos. O que nós temos visto no mundo ocidental, pelo menos, que uma menor escala de trabalho traz inclusive maior produtividade. Então, sou plenamente favorável a que se reduza essa quantidade de trabalho durante a semana. É claro, preservando e aumentando a produtividade, porque as empresas precisam ter lucro. Mas permitindo a essas pessoas uma vida além do trabalho, como a própria organização que propõe isso defende. Claro que isso precisa ser discutido no Congresso, como vai ser operacionalizado. Mas é uma tendência que acontece

no mundo todo. Se olharmos na Europa Ocidental, por exemplo, as escalas de trabalho são muito menores do que a nossa. Quando a jornada semanal saiu de 48 horas para 44 horas na Constituição, houve essa mesma oposição. E no final a gente acabou se ajustando. As empresas que precisam durante todos os dias da semana, elas vão se ajustar, criando novas escalas, admitindo novos empregos.

Uma das prioridades da sua gestão é a construção da nova sede do Tribunal Regional do Trabalho na Paralela. Como estão as obras e qual é a previsão delas serem concluídas?

Isso para nós é uma tarefa absolutamente prioritária. As obras estão andando. Ano que vem posso garantir que nós estaremos na nova sede, que ficará na Paralela, em um local que é um vetor de mobilidade urbana, tem um metrô próximo. E numa sede com instalações adequadas para nós que trabalhamos ali todos os dias. Magistrados, magistradas, servidoras, servidores, e para a sociedade em geral.

O que posso dizer é que estamos trabalhando diuturnamente. Não posso precisar exatamente quando, porque é uma obra complexa, grande, mas até o final do primeiro semestre do ano que vem nós estaremos funcionando lá. É o que eu espero.

Os serviços do TRT hoje são descentralizados. A centralidade vai fazer com que o TRT ajude a economizar recursos?

Hoje nós estamos em três prédios. São dois prédios em Nazaré e um no Comércio. Um desses prédios é alugado. Isso implica que, anualmente, nós temos que gastar muito dinheiro público com um prédio que é alugado. Nós deixaremos de pagar aluguel. Por outro lado, estarmos em três prédios diferentes nos demanda uma logística de funcionamento, de segurança, de transporte, de comunicação entre esses prédios que nos tiram muito recursos. E são prédios velhos, o que significa mais custo, manutenção mais cara, porque os materiais estão envelhecidos, apesar de passarem por manutenção permanente. Estar num prédio mais novo, construído especificamente para ser um tribunal que abrigue todos os seus setores, nos dará convivência, relacionamento, pertencimento. Nos dará facilidade de comunicação para resolvermos as questões que se apresentam. E trará uma grande economia para os cofres públicos.

Como está o processo de interiorização dos serviços do Tribunal Regional do Trabalho. Em Camaçari, os serviços estão sendo ampliados?

Aqui em Camaçari nós temos um fórum, que foi feito para abrigar duas varas e hoje abriga cinco. A

sociedade pode imaginar o desafio que é colocar cinco varas, cinco unidades onde foi construído para funcionar duas. O que nós fizemos foi trazer uma das varas de Ilhéus, que estava com uma baixa movimentação processual, para reforçar a nossa estrutura e poder atender com mais presteza, eficiência, a grande demanda que temos em Camaçari. Que, além de ser muito grande, é muito complexa. Estamos reformando a sede para receber esta quinta vara de Camaçari, que já está funcionando. Em Camaçari esse é o nosso desafio. Estamos encaminhando também a construção de mais duas unidades, que são as únicas no interior onde não temos sede própria, em Euclides da Cunha e Itaberaíba. Se não fizermos isso ainda na minha gestão, já queremos deixar alguma coisa encaminhada para a próxima.

Qual é a importância de programas de inclusão digital, como o Balcão Virtual, para prestar um serviço melhor e mais célere para a sociedade?

Esse é um projeto que é muito caro para nós. Somos uma instituição pública, mantida com a sociedade que paga **impostos**. Encarregada de um dos atos mais fundamentais de uma nação, que é o de aplicar o direito nas sociedades. Não por acaso, é uma atividade tipicamente estatal, das mais necessárias e complexas. Por isso, precisamos oferecer cada vez mais acessibilidade ao povo. Leia a íntegra da entrevista no Portal A TARDE

*

Ano que vem, posso garantir que nós estaremos na nova sede na Av. Paralela

Nossa missão é garantir àquele e àquela que trabalharam receber o que têm direito

Sou favorável a que se reduza a quantidade de trabalho durante a semana

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_9FF965A8C2CA35CABA1FBC3120989B4DAE5637E753CF83AF93CD2B2AE693A50ABA2A22A0398B93CB1E952E6FCC917904EFE57FB65201716324F8F41366607C9581331F8891F8FE63C1944D090E785419967F62A959217D327A6588E45C56C4E4FBB50BEAB3349C33E573FE843AC864B3C87B5584817B84747CC5A

Dez golpes mais aplicados por vigaristas no Natal e Ano Novo

Especialistas listam os crimes mais comuns em período com maior circulação de dinheiro, por conta também do pagamento do 13º Fernando Coutinho Quem não gostaria de ganhar uma cesta de Natal, receber um cartão-presente, obter desconto em compras, conseguir pacotes de viagens mais em conta ou até mesmo começar o Ano Novo com um emprego?

Aproveitando-se do final do ano, época em que há mais circulação de dinheiro, com o pagamento do 13º salário, mais circulação de pessoas fazendo compras, vigaristas aplicam golpes de todos os tipos. A reportagem de A Tribuna ouviu especialistas e listou 10 golpes comuns no Natal e no Ano Novo.

O consultor de tecnologia da informação Eduardo Pinheiro destaca que o uso de temas natalinos, como sorteios de Natal e descontos especiais, está entre as principais estratégias utilizadas por golpistas no mês de dezembro.

"O alto volume de compras online nesse período faz com que os consumidores relaxem na verificação da confiabilidade dos sites".

O titular da Delegacia Especializada de Crimes de Defraudações e Falsificações (Defa), delegado Fabiano Alves, diz que, embora antigo, o golpe do bilhete premiado ainda é comum nesta época, tendo como alvo principal pessoas idosas.

"Por exemplo, o último que nós pegamos aqui, a vítima, uma moradora de Vila Velha, perdeu quase R\$ 500 mil fazendo transferências por Pix para a conta dos bandidos, acreditando que iria ficar com o bilhete de R\$ 11 milhões".

O titular do 3o Distrito Policial de Vitória, delegado Diego Bermond, observa que, no final do ano, as vítimas acabam tendo uma maior procura em relação ao emprego. "A pessoa deixa o currículo em uma loja e o funcionário, mal-intencionado, que muitas vezes já não trabalha naquela loja, vaza esses dados para criminosos", afirma o delegado Diego Bermond.

POLICIAMENTO Por nota, a Polícia Militar informou que realiza patrulhamento ostensivo em todo o Estado e ressalta que, desde o dia 9, deu início a Operação Natal nas áreas de maior movimentação do comércio

varejista devido ao aumento significativo da circulação de pessoas e bens nas zonas comerciais.

"As ações serão conduzidas por militares em escalas ordinárias, extras ou extraordinárias, a critério de cada unidade operacional 1 OFERTAS FALSAS: anúncios de produtos com preços muito baixos em sites fraudulentos ou redes sociais.

DICA DE SEGURANÇA: verificara URL e evitar clicar em links desconhecidos ou com endereços duvidosos.

2PHISHING NATALINO: e-mails OU mensagens fingindo ser de grandes varejistas ou serviços de entrega, solicitando dados pessoais ou financeiros.

DICA DE SEGURANÇA: evite clicar em links de e-mails ou mensagens não solicitadas e confira se o endereço do remetente pertence ao domínio oficial da empresa (exemplo: @em- presa.com.br).

3 GOLPES EM MARKETPLACES: falsos vendedores que oferecem produtos e serviços em sites como OLX. e Mercado Livre, recebem o pagamento do comprador e não entregam o produto.

DICA DE SEGURANÇA: verifique as avaliações e os comentários de outros consumidores no site de vendas e sempre prefira os vendedores que possuam o selo de verificação da plataforma.

4 CARTÕES DE PRESENTE FALSOS: links que prometem cartões de presente gratuitos e cestas de Natal, mas levam a páginas de roubo de dados/informações.

DICA DE SEGURANÇA: não clique em links que prometem cartões de presente gratuitos. Caso tenha interesse, vá diretamente ao site oficial da empresa para verificar promoções legítimas.

5 GOLPE DO FALSO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO: com a introdução de novos **tributos**, como o apelidado "imposto das blusinhas", golpistas aproveitam a desinformação para enganar consumidores.

DICA DE SEGURANÇA: verifique sempre a origem das cobranças: o governo federal não solicita pagamentos via mensagens ou e-mails.

6 FALSO BILHETE PREMIADO: é comum em final de ano. Vigaristas abordam uma vítima na rua, dizendo que estão com um bilhete premiado, mas um deles, que seria o dono, não tem tempo de sacar. Um deles propõe à vítima que cada um dê um valor ao golpista que estaria com o bilhete, para ficarem com o prêmio. A vítima aceita, mas perde o dinheiro porque não há premiação.

DICA DE SEGURANÇA: desconfie de ofertas para ganhar dinheiro fácil e fique atento a abordagens de estranhos.

7 PACOTES DE VIAGENS: bandidos se utilizam de redes sociais, do próprio contato telefônico da pessoa, e falam que são um corretor de viagens. Ocorre no final do ano também. Oferecem pacotes de viagens fraudulentos.

DICA DE SEGURANÇA: procurar em órgãos oficiais como o Procon se há reclamações sobre a empresa de viagem e turismo, e verifique se há comentários em site de avaliações. Caso existam, se eles são positivos ou negativos. **CESTA DE NATAL:** vigaristas aproveitam datas comemorativas e ligam para avisar que a vítima ganhou um presente, como uma cesta de Natal. mas precisa pagar o frete. Quando a vítima vai pegar a cesta, o vigarista mostra um valor, como R\$ 6.90 na tela da máquina. Mas. ao inserir o cartão e a vítima digitar a senha ou aproximar, o valor retirado é muito maior.

DICA DE SEGURANÇA ficar atento a presentes de supostas empresas ou conhecidos que cobram o frete.

9 OFERTA DE EMPREGO: com a proximidade de um novo ano, muitas pessoas estão em busca de uma reco- locação no mercado de trabalho. Algumas deixam currículos em vários locais, espalham em grupos de What- sApp, sem saber que podem estar colocando em risco os seus dados.

DICA DE SEGURANÇA: ter cuidado ao compartilhar dados pessoais.

-| **FALSA CENTRAL TELEFÔNICA:** Iva pessoa recebe um telefonema dizendo que está sendo feita uma compra em seu cartão, ou que está sendo feito um Pix na conta dela. que está saindo dinheiro. O vigarista começa a conversar com ela e a convence a dar a senha, o número do cartão, ou a própria pessoa a fazer um Pix.

DICA DE SEGURANÇA: cuidado ao confirmar dados. Ligue para sua agência bancária.

Fonte: Especialistas citados na reportagem

As quadrilhas do 11 falso presente, que roubam grandes valores dos cartões, geralmente, vêm de São Paulo

DE FRENTE PARA UM NOTEBOOK ou de outras maneiras, golpistas enganam consumidores durante o fim de ano Diego Bermond. delegado

Não existe investimento que você aplica dinheiro e, em 1h, 2h, tem de volta 100% do que investiu

Fabiano Alves, delegado

Atividade econômica mantém crescimento pelo quarto mês consecutivo

A economia brasileira manteve a trajetória de expansão em outubro, com crescimento pelo quarto mês seguido, de acordo com o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). O indicador registrou alta de 0,1% em relação a setembro, considerando os dados dessa-zonalizados, alcançando 154,4 pontos. Na comparação com outubro do ano passado, o avanço foi mais expressivo, de 7,3%. No acumulado de 12 meses, o índice também apresenta saldo positivo, com crescimento de 3,4%.

O IBC-Br, utilizado pelo Banco Central como uma espécie de termômetro da economia, reúne informações sobre a atividade nos setores de indústria, comércio, serviços e agropecuária, além do volume de **impostos**. Embora não seja considerado uma prévia exata do Produto Interno Bruto (**PIB**), o índice contribui para decisões importantes, como a definição da taxa básica de juros, a Se-lic, atualmente fixada em 12,25% ao ano.

Inflação

Enquanto a atividade econômica avança, o cenário inflacionário segue desafiador. A **inflação** oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desacelerou de 0,56% em outubro para 0,39% em novembro. No entanto, o acumulado de 12 meses registra uma alta de 4,87%, acima do teto da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Em resposta às pressões inflacionárias e às incertezas globais, o Banco Central adotou uma postura mais rígida na política monetária. Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), realizada em 11 de dezembro, a Selic foi elevada em 0,5 ponto percentual. O BC também sinalizou aumentos adicionais de 1 ponto percentual nas reuniões de janeiro e março, caso o cenário econômico exija.

Desde setembro, o ciclo de alta dos juros ganhou força, após um período de cortes que trouxe a taxa de 13,75% ao ano, em agosto de 2022, para 10,5% em junho de 2024. Desde então, o BC tem elevado gradualmente os juros para conter a **inflação** e equilibrar a economia, consolidando uma estratégia de maior contração monetária.

Desempenho

Embora o IBC-Br não seja uma prévia oficial do **PIB**, os dados do Produto Interno Bruto têm reforçado o otimismo com o desempenho da economia brasileira. No terceiro trimestre de 2024, o **PIB** registrou crescimento de 0,9% em relação ao trimestre anterior, superando as expectativas do mercado. No acumulado do ano, de janeiro a setembro, a alta foi de 3,3%, em linha com o desempenho de 2023, quando o **PIB** cresceu 3,2%.

Analistas destacam que a manutenção do crescimento em meio a um cenário de juros elevados é um indicativo de resiliência da economia, mas alertam para os desafios à frente. A trajetória da **inflação**, as incertezas fiscais e o impacto do aperto monetário sobre o consumo e os investimentos são fatores que exigem atenção redobrada nos próximos meses.

Com as próximas decisões do Banco Central no radar e as projeções para o fechamento de 2024 ainda em construção, o mercado continuará acompanhando de perto os indicadores econômicos e as políticas adotadas para equilibrar crescimento e controle inflacionário.

Site: <https://oestadoce.com.br/edicao-do-dia/16-12-2024/>

Juros mais altos e quadro fiscal pior

ROSANA HESSEL

Apesar das surpresas positivas na atividade econômica neste ano, os cenários para os próximos não são muito animadores. O choque de 3,0 pontos percentuais na política monetária, programado pelo Banco Central (BC) até março de 2025, pode ser só o começo de um longo período de juros em dois dígitos, na melhor das hipóteses, até 2026, agravando o cenário das contas públicas, pelas projeções da Tendências Consultoria que o Correio teve acesso com exclusividade.

Na última reunião do ano do Comitê de Política Monetária (Copom), nos dias 10 e 11 deste mês, o BC decidiu, por unanimidade, aumentar o ritmo de alta dos juros e elevou a taxa básica da economia (Selic) em 100 pontos-base, para 12,25% ao ano.

Em virtude da deterioração da credibilidade do governo na condução de um ajuste fiscal, capaz de conter o forte crescimento da dívida pública, o colegiado sinalizou outras duas altas da mesma magnitude, para 14,25% ao ano em março de 2025. Isso fez o mercado prever, pelo menos, outras duas elevações até o fim desse ciclo de aperto monetário, para 15% ao ano.

De acordo com as projeções de cenários de longo prazo do relatório da Tendências, no cenário otimista, com apenas 10% de probabilidade de concretização, a Selic só deverá retornar um dígito em 2027. Com isso, os cenários básico e pessimista possuem, juntos, 90% de probabilidade.

O mais provável é o básico, com 60% de chance de se concretizar após o último Copom, de acordo com a economista Alessandra Ribeiro, diretora responsável por análises macroeconômicas e setoriais da Tendências. "Na nossa atualização, a probabilidade do cenário básico foi reduzida de 65% para 60% com a nova Selic. Após a decisão do Banco Central, reduzimos a probabilidade do cenário básico e elevamos a probabilidade de concretização do cenário pessimista, de 25% para 30%, e mantivemos em 10% as chances do cenário otimista", explica.

Ribeiro reconhece que o anúncio do pacote fiscal do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, incluindo a promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a ampliação da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, foi um dos principais fatores para a piora na confiança do mercado. E, para

piorar, ainda terá impactos negativos no câmbio, com dólar seguindo acima de R\$ 6, pelo menos, até 2026.

Mesmo no cenário básico, o novo piso será de R\$ 5,70 nos próximos anos, porque o arcabouço fiscal não será cumprido à risca, salvo as exceções como neste ano, em que há uma série de despesas obrigatórias retiradas da conta, como precatórios, socorro às enchentes no Rio Grande do Sul e combate às queimadas, para o cumprimento da meta fiscal, que permite um saldo negativo de até 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), ou seja, um rombo de até R\$ 28,9 bilhões.

Conforme as estimativas da consultoria, no cenário básico, o governo continuará registrando déficit primário nas contas públicas até 2031 e a dívida pública bruta passa de 90% do **PIB** - patamar insustentável para países emergentes - em 2028, chegando a 98,6% do **PIB**, em 2034. Nessa perspectiva, a taxa Selic seguirá acima de 10% ao ano até 2028 e a **inflação** oficial só conseguirá convergir para o centro da meta, de 3%, em 2032.

E, no cenário pessimista, o rombo fiscal será zerado em 2032 e a dívida pública bruta romperá a barreira de 100% do **PIB**, em 2028, chegando a 109,2%, e, depois, continuará subindo até 138,7% do **PIB** em 2034. Nessa conjuntura, a taxa Selic chegará a 14,50% ano a ano, no fim de 2025, e seguirá acima de 12% até 2034, uma vez que a **inflação** oficial seguirá acima do teto da meta, de 4,50% até 2033.

Assim, mesmo no cenário básico, persiste a avaliação de que teremos um período de taxas de juros historicamente elevadas nos próximos anos, em particular quando comparado à fase observada entre a crise de 2008 e a pandemia em 2020. Tal perspectiva vale também para as taxas de juros de mercado, com a expectativa do yield norte-americano de 10 anos nas proximidades de 4,0% no curto prazo e convergência para a faixa de 3,6% como tendência de longo prazo.

Efeito Trump

Para fins comparativos, a taxa de 10 anos exibiu uma média de 2,5% no período compreendido entre 2009-2019. Este contexto, somado ao ambiente de maior aversão ao risco, tende a manter o dólar mais fortalecido em termos globais nos próximos anos em relação ao estimado no Cenário Básico.

O índice real do dólar calculado pelo Federal Reserve (dollar index), cujo histórico remonta a 2006, já se encontra próximo aos picos desta série. Ou seja, apesar das discussões sobre perda de hegemonia da moeda norte-americana, a expectativa é de que o dólar siga valorizado e como referência principal para as transações comerciais e financeiras no mundo.

De acordo com Alessandra Ribeiro, pesa, em ambos cenários, uma política econômica do presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, baseada nos pilares de protecionismo comercial, expansão fiscal, controle migratório e desregulamentação de setores.

"Isso deve-se traduzir, ao longo do tempo, em maior pressão inflacionária, juros mais elevados e dólar mais apreciado em relação ao cenário anterior sem essa política econômica, além de desaceleração do comércio e **PIB** global", explica a economista.

Ela lembra que esse ambiente tem consequências relevantes para a economia global, "e em especial para as economias emergentes, marcadas por fatores domésticos de vulnerabilidade, como é o caso da economia brasileira". "A maior percepção de risco em relação à dinâmica das contas públicas, com pouco prováveis gatilhos de reversão no curto prazo, deve manter o equilíbrio macroeconômico mais desafiador, requerendo ajustes no curto prazo para esfriamento da economia e equacionamento estrutural da questão fiscal, o que deve ocorrer mais a médio prazo", destaca.

Credibilidade

No âmbito doméstico, contudo, a diretora da Tendências avalia que a capacidade política do governo em recuperar a credibilidade "é bastante limitada" mesmo no cenário básico. "A taxa de sucesso do governo na aprovação das medidas de corte, combinada com espaços de voluntarismo, mantém uma percepção de risco mais elevada, gerando equilíbrio menos virtuoso para a economia brasileira, especialmente no biênio 2025- 2026", ressalta Alessandra Ribeiro.

Ela destaca que, no cenário pessimista, há uma combinação de um duplo movimento: na frente internacional, a implementação de agenda econômica muito próxima à defendida durante a campanha de Trump deve provocar reações, especialmente na seara comercial, de países como a China, com decorrentes resultados mais expressivos em termos de **inflação**, e, no campo doméstico, deve haver mudança de paradigma de política econômica, resultado do enfraquecimento político do governo.

"As divisões na coalizão do governo Lula resultariam

na baixa eficiência na aprovação das medidas de corte de gastos obrigatórios já enviadas pelo governo para apreciação no Congresso Legislativo, gerando deterioração adicional das expectativas. O cenário levaria o governo a alterar a política econômica de forma a impulsionar a economia em 2026", alerta a economista.

Nesse sentido, há baixa probabilidade de reeleição do governo petista em 2026 e a política econômica seria reinstaurada, com reformas importantes pelo lado dos gastos.

De acordo com Ribeiro, no cenário otimista, a cena política na metade final do mandato Lula apresentaria mudanças na coalizão de governo que contaria com hegemonia maior da centro-direita.

"Essa guinada na coalizão de governo traria mudanças mais significativas na agenda fiscal. O resgate dessa credibilidade reduziria a questão fiscal no balanço de riscos dos agentes econômicos e passaria a ter papel secundário nas decisões de política monetária", afirma a economista.

A especialista ressalta que, com esse contexto mais positivo, a política externa brasileira se adaptaria ao novo mandato Trump e o Brasil manteria postura independente.

"A maior percepção de risco em relação à dinâmica das contas públicas, com poucos prováveis gatilhos de reversão no curto prazo, deve manter o equilíbrio macroeconômico mais desafiador"

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6760/16-12-2024.html?all=1>

Semana decisiva para defender o Distrito Federal

ARTHUR DE SOUZA ALESSANDRO DE OLIVEIRA*

A defesa pela manutenção do cálculo de reajuste do Fundo Constitucional (FCDF) chegou ao momento decisivo. A bancada federal do DF terá poucos dias para articular novos apoios e se reunir com o relator do Projeto de Lei (PL) 4.614/2024 - que pretende alterar a forma de repasse do recurso que vem da União. Isso porque o Congresso Nacional entrará em recesso após a sexta-feira e a intenção é votar o corte de gastos (que inclui o Fundo) nesse prazo, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

O Correio ouviu alguns dos nomes que estão à frente dessa batalha, para saber quais estratégias serão utilizadas.

No início do mês, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), esteve na Câmara dos Deputados - junto com a bancada federal do DF, além de outros nomes da política local - para se reunir com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Na oportunidade, foi pedido que o relator escolhido para analisar o projeto tivesse conhecimento técnico.

Lira optou pelo deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL), nome que foi bastante elogiado pelo governador. Ao Correio, Ibaneis o classificou como "experiente e muito respeitado". O chefe do Executivo local também comentou à reportagem que o objetivo, agora, é agendar uma reunião com o relator, para tentar um diálogo direto e apresentar os argumentos em defesa do Fundo Constitucional.

Questionado sobre como Bulhões se mostrou em relação ao FCDF, Ibaneis se mostrou otimista. "Pedi a ele para marcar uma audiência, para levar a bancada do DF e expor nossas razões. Vou aguardar, mas acho que a receptividade do deputado foi muito boa", avaliou o governador.

O deputado federal Rafael Prudente (MDB/DF) confirmou ao Correio que há um entendimento entre a presidência do MDB e a liderança do partido na Câmara para preservar o FCDF, retirando a mudança no projeto de lei. "Agora temos que esperar a divulgação do relatório", explicou.

Em alerta A deputada petista Erika Kokay afirmou que, nessa reta final, é preciso intensificar as articulações

para que o relator retire a mudança de reajuste do FCDF do texto. "Ao mesmo tempo, nossa bancada tem que impedir que seja apresentado qualquer destaque, com o intuito de recolocar (o Fundo)", pontuou. "Continuaremos buscando sensibilizar o governo federal sobre a necessidade de não termos qualquer proposta que reduza o repasse", garantiu.

De acordo com o deputado Reginaldo Veras (PV), a semana será "intensa" e a bancada vai concentrar maior esforço no projeto que pode mudar a correção do FCDF. "A nossa prioridade será a conversa com o relator do PL, Isnaldo Bulhões, para mostrar nossos pontos a ele", comentou.

"Estou confiante e com fé que teremos êxito", acrescentou o parlamentar.

Veras disse que, na última semana, conversou com Rafael Prudente (MDBDF) sobre o relator do projeto. "Ele afirmou que antecipou o assunto com o deputado, durante reunião do MDB, e disse que é simpático à nossa causa", revelou.

"Isso faz com que a gente comece a criar um cenário favorável pois, além disso, temos falas importantes do Michel **Temer**, José Sarney e outras autoridades, em nosso favor", lembrou o deputado.

Bia Kicis (PL) ressaltou o trabalho da bancada federal. "Conseguimos o compromisso de vários partidos, como PL, União Brasil, MDB, PSD e Republicanos.

Todos esses partidos fecharam questão contra a mudança e, dessa forma, penso que o governo não vai ter como vencer essa batalha", afirmou. "Agora é buscar o diálogo com o relator", acrescentou.

A parlamentar defendeu que o Distrito Federal não é, simplesmente, um ente da Federação. "É a capital do país e todo mundo se utiliza dos serviços que são prestados aqui, especialmente a segurança pública. Também temos as sedes dos Três Poderes e órgãos internacionais, além das embaixadas", ressaltou. "Brasília tem sérias limitações, justamente por ser uma cidade administrativa. Aqui não existem indústrias e a arrecadação é muito difícil, muito limitada. Por isso o Fundo foi criado, para resolver um problema", argumentou Bia Kicis.

Antecipação Na última quinta-feira, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), disse que a ideia é votar o pacote de corte de gastos antes do recesso parlamentar.

De acordo com ele, a previsão é dar regime de urgência aos projetos, assim que saírem da Câmara dos Deputados. Ainda segundo Pacheco, o deputado Arthur Lira (PP) - presidente da Câmara - disse que está disposto a fazer sessão hoje, na intenção de dar celeridade ao processo, fazendo com que seja "plenamente possível" apreciar os projetos nas duas Casas, até 20 de dezembro.

A expectativa da bancada do DF é que o assunto já chegue resolvido no Senado.

Porém, os parlamentares estão se adiando nas articulações do outro lado do Congresso, para se antecipar a qualquer surpresa. "Durante toda a semana, conversamos com líderes dos partidos no Senado e o que estamos sentindo é que a mesma posição dos partidos lá na Câmara será seguida por aqui, ou seja, favorável ao Fundo", pontuou Damares Alves (Republicanos) ao Correio.

Para esta semana, a ideia é fazer um trabalho maior, falando individualmente com cada parlamentar, de acordo com Damares. "Acredito que, pela receptividade do nosso pedido e a forma como os parlamentares estão o vendo, essa proposta não passa no Senado, assim como também tenho certeza de que não passará na Câmara", cravou.

O senador Izalci Lucas (PL) também está otimista em relação à vitória do Distrito Federal na questão do Fundo Constitucional.

Assim como Damares Alves, ele acredita que tudo deve ser resolvido ainda na Câmara dos Deputados. "Se o texto não chegar conforme foi articulado, não será acatado aqui. Vamos convencer os senadores, assim como fizemos no ano passado, quando o FCDF foi ameaçado na votação do arcabouço fiscal", garantiu. "Brasília não sobrevive sem o Fundo Constitucional do DF", acrescentou Izalci.

Característica especial Professor de governança e gestão de custos da Universidade de Brasília (UnB), José Marilson Dantas ressaltou que o Fundo Constitucional compõe grande parte do orçamento do Distrito Federal. "Para 2025, a previsão total é de R\$ 66 bilhões, sendo R\$ 25 bilhões referente ao FCDF", calculou. "Qualquer redução desse repasse afetará os serviços públicos, especialmente os de segurança pública, lembrando que a capital federal tem uma característica especial, por abrigar a sede dos poderes, as embaixadas e receber grandes

manifestações populares", alertou Dantas.

O especialista destacou que o governo federal escolheu o caminho errado, que o certo seria enxugar os próprios gastos.

"Essa decisão deixa claro que o governo federal evita tomar a atitude correta, que seria melhorar a eficiência da máquina pública, cortar custos e melhorar a qualidade dos gastos públicos", opinou.

"Se fizesse isso, teríamos uma **inflação** menor e uma taxa de juros comparável com a de outros países", avaliou o professor da UnB.

* Estagiário sob a supervisão de Patrick Selvatti

Povo fala William Melo, 52 anos, taxista e morador do Cruzeiro "A saúde, que já é ruim, vai piorar. O que também pode acontecer são várias greves, seja dos profissionais de saúde como dos professores e da segurança pública. São áreas que trabalham com o mínimo para atender a população e esse corte vai trazer grandes prejuízos." Braian Bernardo, 25, técnico em informática e morador de São Sebastião "Acredito que vai prejudicar bastante, pois as áreas da educação, saúde e segurança são essenciais para qualquer cidade funcionar. Com a falta de investimento pode ocasionar graves problemas. É essencial manter ou até aumentar os investimentos, para que a cidade não vire de cabeça para baixo." Carlos Adriano, 54, taxista, morador da Ceilândia "Brasília vai virar um caos. É necessário que sejam mantidos os investimentos, pois, quem utiliza o serviço público, percebe que, principalmente a saúde, é um grande problema em todo o Distrito Federal."

Entenda

O projeto de lei, que foi enviado à Câmara dos Deputados pelo líder do governo, José Guimarães (PT-CE), quer que a correção passe a ser pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou de outro índice que venha a substituí-lo. O relator do PL, Isnaldo Bulhões (MDB-AL), disse que vai conversar com bancada do DF e com o governador Ibaneis Rocha (MDB), para compreender melhor a matéria.

Um estudo feito pela Secretaria de Economia do DF aponta que, caso o cálculo mude, o FCDF sofreria uma perda de R\$ 800 milhões, já em 2025. Além disso, o prejuízo poderia chegar a R\$ 12 bilhões, em 15 anos. Atualmente, o cálculo do percentual para atualização do recurso é feito de acordo com a arrecadação líquida da União, ou seja, quanto mais o governo federal recebe, maior é o valor do fundo repassado ao DF.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/6760/16-12-2024.html?all=1>

Turismo impulsiona economia

MAIARA MARINHO *redacao@grupojbr.com*

A contribuição das atividades turísticas para o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Distrito Federal é de 2,5%, de acordo com o Observatório do Turismo. Em 2024, o Aeroporto de Brasília registrou, até o momento, mais de 3 milhões de desembarques nacionais e 193 mil desembarques internacionais.

Para omês de dezembro, cerca de 1,3 milhão de passageiros passarão pelo terminal de Brasília, segundo a Inframerica. Para atender a demanda, estão programados 142 voos extras.

"Atrair grandes eventos para a capital tem se tornado uma das prioridades da nossa gestão. Brasília é uma cidade preparada para atender à demanda. Somos a segunda capital mais segura do país e o DF é o terceiro pólo gastronômico do Brasil. Além disso, Brasília está entre as cinco cidades brasileiras com maior movimentação náutica e conta com um grande parque hoteleiro, com mais de 400 hotéis", comentou o secretário do Turismo, Cristiano Araújo.

A quantidade de turistas que passam por Brasília reflete na economia local. A apresentação musical do cantor Bruno Mars, em outubro, movimentou R\$ 200 milhões.

Em setembro, foram movimentados R\$ 30 milhões com a ABAV Expo, uma feira de turismo da América Latina. Em 2023, o Distrito Federal registrou 186 mil viagens domésticas e uma contribuição de aproximadamente R\$ 342,4 milhões.

De janeiro a dezembro de 2022, turistas de 25 países visitaram o Distrito Federal. Desses, 50,87% vieram a lazer e 35,11% vieram a trabalho.

Em 2023, 18.622 turistas estrangeiros pisaram em terras candangas, nos primeiros cinco meses do ano. No mesmo período, em 2024, foram 24.842, um crescimento de 33,4%. Os países com maiores emissões de passagens para Brasília este ano foram Estados Unidos, Argentina, Portugal e Peru, segundo a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur).

O investimento no turismo é demonstrado no crescimento da arrecadação do Imposto Sobre Serviço (ISS) de R\$7 milhões, em 2018, para R\$35 milhões, em 2023. Um aumento de R\$28 milhões em 5 anos.

Durante todo o ano, as atividades culturais, os eventos empresariais e a beleza da cidade atraem milhares de pessoas.

"Brasília é diferente" Ao conversar com turistas, principalmente aqueles que chegam pela primeira vez, o comentário mais comum é de que Brasília é uma cidade diferente quando comparada às demais capitais brasileiras.

"Aqui parece uma cidade do interior", disse Adriana Lopes, de Santos (SP). "Lá em Santos tem praia, a terra não é toda vermelha como é aqui. Brasília é uma cidade grande que parece ser de interior", comentou, em seguida, a filha de Adriana, Alícia, de 15 anos.

As duas estavam na segunda visita à Brasília e dessa vez foram ao Congresso Nacional, local que ainda não tinham visitado. Sobre a vinda à capital, as duas foram categóricas.

"A gente gosta daqui, é bem interessante e bem bonito também. Acho que a parte mais legal é a do Congresso Nacional, o Memorial JK e o Estádio Mané Garrincha", finalizou Alícia.

Junto dos pais Carina Dias e Danilo Dias, a Júlia, de 12 anos, estava bastante empolgada em sua primeira vez em Brasília. "Eu gosto de conhecer os lugares, conhecer a história, os presidentes, como foi fundado. Estou achando bem legal", comentou amenina antes de começar a visita pelo Congresso Nacional. Depois, ela ia conhecer outros lugares.

Aos 73 anos, Joel Alves viajou do Maranhão para o Distrito Federal e está há 15 dias em visita à sua família. Aproveitou o domingo pela manhã para assistir a missa na Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18366>

Alta do dólar chega aos alimentos, e indústria prevê reajuste em janeiro

MÁRCIA DE CHIARA

A escalada do dólar e a consolidação da moeda americana acima da marca de R\$ 6 já levam indústrias de alimentos, bebidas, higiene, limpeza, eletrodomésticos e eletroeletrônicos a programar aumentos de preços de até dois dígitos para o início do ano que vem.

A pressão de custos pela disparada da moeda americana, que acumula alta de mais 4% este mês e quase 25% no ano, mexeu nas projeções de inflação para 2024 e, principalmente, 2025. Pela primeira vez, a mediana das projeções do mercado para 2025 rompeu o teto da meta de inflação (4,5%) - no Boletim Focus de segunda-feira passada, subiu de 4,40% para 4,59%.

A LCA Consultores ampliou a projeção do IPCA de 2024, de 4,8% para 5%, e de 2025, de 4,4% para 4,5%. A MB Associados revisou de 4,7% para 4,8% a inflação deste ano e ampliou de 4% para 4,4% a de 2025.

Fabio Romão, economista da LCA Consultores, elevou a projeção de 2025 por conta dos efeitos defasados da desvalorização cambial do final deste ano e da maior inércia dos preços advinda de 2024.

A alta do câmbio já provoca reflexos nos preços de alimentos importados consumidos nas festas de fim de ano. Frutas secas e frescas, azeite, bacalhau, por exemplo, foram elevados em cerca de 10% na semana passada, depois de já terem subido entre 4% e 5% em novembro, relatam supermercadistas.

De acordo com um empresário do varejo de alimentos que preferiu não se identificar, este será o Natal mais caro dos últimos anos. Ele conta que o que está surpreendendo é a pressão do câmbio sobre os preços das frutas frescas.

O preço do melão nacional no mercado doméstico, por exemplo, chega a R\$ 50 a unidade.

Esse valor é puxado pela cotação do produto, muito demandado para exportação.

Com o dólar em alta, produtores brasileiros preferem vender a fruta para o exterior a comercializar no

mercado interno.

Isso reduz a oferta e pressiona preços nos supermercados, observou o empresário.

INDUSTRIALIZADOS. No caso dos itens industrializados, os aumentos devem ocorrer em janeiro. Grandes indústrias de higiene e limpeza já indicaram reajustes de 10% a 12%. Nos laticínios, a sinalização é de 10%.

E, no caso de derivados de carnes e congelados, os aumentos são ainda maiores: variam de 15% a 19% para o mês que vem.

Por ora, a intenção dos fabricantes é garantir o volume de vendas com produtos fabricados a um câmbio com cotação menor do que a atual para aproveitar o aumento de vendas que normalmente ocorre no Natal e Ano-Novo. Mas, passada a comemoração de fim de ano, os preços desses itens industrializados e dos bens duráveis devem voltar a subir.

Executivos de empresas do setor de eletrodomésticos e eletrônicos, que preferem não se identificar, afirmam que o aumento será inevitável e que toda a indústria vai ter de recalibrar preço a partir de 2025. O tamanho do aumento vai depender da quantidade de componentes importados ou de matérias-primas usadas na fabricação de cada produto.

Plástico e aço, por exemplo, embora produzidos no País, têm preços cotados em dólar e acompanham as oscilações do mercado internacional. Os empresários lembram que, até dois meses atrás, as projeções de câmbio giravam em torno de R\$ 5,20. Os aumentos só não ocorrem neste momento porque a maioria dos varejistas de bens duráveis está com os produtos "em casa", isto é, entregues nos centros de distribuição e já faturados com a indústria.

As indústrias de bens duráveis afirmam que não conseguem segurar os aumentos de preços devido à alta de custos em função do dólar. Isso porque as margens estão apertadas.

Questionado se o mercado aguentaria um novo reajuste de preços dos bens duráveis, um empresário disse que a questão é se o mercado aguenta.

Na avaliação do economista- chefe da MB Associados, Sergio Vale, o novo patamar do câmbio, consolidado em torno de R\$ 6, vai trazer muita dificuldade para a **inflação** de 2025. "Mesmo com a desaceleração esperada da demanda, ela não deve ser suficiente para compensar o efeito do câmbio", observou.

Reflexo

Produtores preferem aproveitar o dólar alto e exportar, o que aumenta preços no mercado interno

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Em 2025, o que é melhor: insistir nas ações ou migrar para a renda fixa?

BEATRIZ PACHECO

Investir em ações será para poucos em 2025. Ainda assim, de acordo com a mediana das previsões de 16 instituições financeiras consultadas pelo Valor Investe, o Ibovespa pode chegar a 142,5 mil pontos no fim do ano que vem. O patamar projetado para o principal índice de ações da B3 representa um ganho de 14,35% sobre o fechamento da última sexta-feira. Soque esse ganho não deve encher os olhos dos investidores, especialmente ao ser comparado aos ganhos que a renda fixa já tem oferecido.

Analistas e gestores estão pessimistas com a B3 em função do aperto da política monetária. A escalada da Taxa Selic até 14,25%, em março do ano que vem, conforme sinalizado pelo Banco Central, e a possibilidade de os juros passarem disso tornam a renda fixa mais atraente, deixando o jogo meio que perdido para as ações.

Em bom português: se o Ibovespa subir os 14,35% apontados pela mediana das projeções, para que correr riscos em ações se você pode colocar o dinheiro no título Tesouro Selic, papel do Tesouro Direto que acompanha a taxa básica de juros, e ganhar praticamente o mesmo?

Considerada a expectativa hoje embutida nos contratos futuros de juros, a aplicação no Tesouro Selic teria retorno próximo de 14,64% nos próximos 12 meses.

Por isso, investir em ações agora é para quem tem alta tolerância à volatilidade e pode esperar mais de dois anos para colher ganhos.

Segundo levantamento da XP, nos seis ciclos de aperto monetário dos últimos 20 anos, o Ibovespa caiu, em média, 7,3% em real e 11,9% em dólar. Ou seja, o cenário para a B3 pode ser pior do que as projeções mostram. Desde que a Selic começou a subir, em setembro, até a última sexta-feira o Ibovespa já caiu 6,83% em real e 16,3% em dólar.

Estaria então a B3 perto do fundo do poço? Talvez não.

- Eu não cravaria que já se antecipou todo o risco de cenário para a Bolsa hoje. Não sabemos em que

patamar a Selic vai parar nesse processo contínuo de deterioração das expectativas para **inflação** e juros - diz Fernando Ferreira, estrategista-chefe e chefe de análise da XP.

Alguns economistas já aventam a Selic a 16% ao ano. Mas as previsões majoritárias hoje, embutidas nos contratos de juros futuros, colocam a taxa perto dos 15% no começo de 2026.

Pesados os riscos para a renda variável nesse cenário, para que investir na Bolsa compense em 2025, é preciso que as perspectivas de retomo estejam bem acima de 15%.

O QUE ESPERAR DA B3

O tom pessimista dos discursos no mercado financeiro parece conflitar com suas próprias projeções de alta do Ibovespa no ano que vem.

Isso porque há um descasamento: os cálculos refletem os fundamentos das empresas listadas em Bolsa - que, na média, são positivos - enquanto a retórica evidencia a complexidade do cenário macroeconômico.

Mesmo casas que tradicionalmente olham o copo meio cheio na renda variável estão cautelosas para 2025. A área de análise da Empiricus, por exemplo, mantém recomendação de compra para a B3, mas com muitos "poréns".

No grupo moderado, que vê espaço para o Ibovespa ficar entre 142 mil e 145 mil pontos, a Empiricus diz estar focada em empresas expostas ao dólar, com baixo índice de endividamento e menos sensíveis a variáveis macroeconômicas. João Piccioni, chefe de Investimentos da Empiricus Gestão, resume:

- Nossa projeção é mais uma obra matemática do que um sentimento favorável em relação ao mercado. A concentração dos retornos na Bolsa em poucos nomes deve aumentar.

Já o BB Investimentos sustenta sua projeção de alta para o índice, de 22,8%, nas estimativas de maior lucro das empresas. Embora entre os mais otimistas, o banco também reduziu sua relação de ações recomendadas.

Ou seja, o horizonte para investimento na Bolsa como um todo é ruim, mas algumas (poucas) ações se destacam neste cenário. Graças a elas, o Ibovespa pode andar no ano que vem.

Há ainda um consenso no mercado de que o Ibovespa deve se recuperar se os ajustes fiscais forem capazes de recobrar a confiança do investidor no compromisso do governo com as contas públicas. O que muda é a probabilidade que cada especialista atribui a esse cenário.

Ferreira, da XP, cita como gatilhos hipotéticos para a Bolsa a aprovação do pacote fiscal pelo Congresso com maior previsibilidade de impacto e o enfraquecimento do dólar. Cenários que, para ele, são menos prováveis.

E O GRINGO, HEIN?

Já o economista-chefe da Way Investimentos e coordenador do Departamento de Economia e Finanças da ESPM, Alexandre Espírito Santo, alerta para os riscos geopolíticos internacionais, que não foram devidamente incorporados pela maior parte dos analistas.

O fluxo de capital estrangeiro para cá, já debilitado, pode ser ainda mais fraco no ano que vem. No ano, até 11 de dezembro, os investidores de fora, que respondem por 56% do volume negociado na B3, haviam retirado R\$ 31,8 bilhões da Bolsa brasileira.

- Os estrangeiros estão migrando para outros mercados, os fundos de pensão e as pessoas físicas estão bem acomodados na renda fixa, e isso deve se manter - diz Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos.

COMO NAVEGAR NAS AÇÕES

Um horizonte favorável à renda fixa não significa que as ações devem ser totalmente ignoradas. A analista da Empiricus Larissa Quaresma defende que este pode ser um bom momento de compra para o investidor que tem paciência e sangue frio, desde que se faça uma boa seleção de ativos.

A preferência entre os especialistas é por empresas que tendem a ir bem em um cenário de juros e dólar altos e que têm elevada capacidade de distribuir dividendos. Como as dos setores elétrico, de saneamento, bancos e exportadoras de commodities.

Entre os gigantes que podem carregar o Ibovespa para uma alta em 2025, há consenso sobre as ações de grandes bancos, siderúrgicas e da Petrobras.

A estatal é hoje a companhia com o maior peso no Ibovespa. Somadas, suas ações correspondem a 13,5% da carteira teórica. Por isso, tem capacidade de definir os rumos do índice.

- Preferimos Petrobras à Vale dado o potencial de pagamento de dividendos, que pode ser entre 15% e 20% para a estatal, enquanto o da mineradora está entre 8% e 9%. Mas são duas empresas bem protegidas do risco cambial, por terem receita dolarizada -afirma Ferreira.

Em 2025, a Vale pode se beneficiar da melhora nas perspectivas para a economia chinesa, o que sustentaria a demanda pelo minério de ferro. O papel da mineradora tem fatia de 11,8% no Ibovespa.

Leia outras reportagens sobre finanças pessoais e investimentos no site www.valorinveste.com

"Eu não cravaria que já se antecipou todo o risco de cenário para a Bolsa hoje. Não sabemos em que patamar a Selic vai parar"

Fernando Ferreira, economista-chefe e chefe de análise daXP

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Inteligência artificial é tecnologia capaz de dar salto no desenvolvimento mundial

CONTEÚDO PATROCINADO POR MICROSOFT

A inteligência artificial (IA) está moldando o futuro das economias de forma profunda, ampla e transversal, atingindo processos e rotinas de todos os setores produtivos.

Sua adoção por instituições privadas e públicas se assemelha ao impacto causado por revoluções tecnológicas anteriores, como a eletricidade ou os computadores pessoais.

Nesse contexto, ganha espaço o conceito de Economia da IA (ou AI Economy) para capturar o gigantesco efeito do avanço dessa tecnologia e possibilidades de aplicações no crescimento da economia global. Para o vice-presidente corporativo e conselheiro-geral adjunto da Microsoft, Antony Cook, que esteve no Brasil em novembro, o termo aponta para o impacto positivo transformador em diversos setores da sociedade.

"Quando pensa mos na Economia da IA, estamos falando de como essa tecnologia tem o potencial de modificar não apenas segmentos isolados, mas toda a estrutura econômica", disse Cook. "A IA está começando a remodelar áreas como saúde, educação, serviços financeiros, agricultura e até mesmo os processos de governança pública. E nós estamos apenas nos estágios iniciais dessa revolução", avaliou.

POTENCIALIDADES

Um relatório recente da McKinsey Global estima que a IA generativa tem o potencial de adicionar até US\$ 13 trilhões à economia global até 2030, um aumento de 16% no **PIB** do planeta. No segmento bancário, por exemplo, a tecnologia poderia gerar uma riqueza adicional equivalente a algo entre US\$ 200 bilhões e US\$ 340 bilhões anualmente. No setor de varejo, o impacto potencial também é significativo: de até US\$ 660 bilhões por ano.

Cook concorda com as previsões, mas destacou que a adoção da IA - e os benefícios colhidos em termos de crescimento monetário - depende da capacidade de difusão da tecnologia por toda a base econômica dos países, e esse desafio exige uma combinação de infraestrutura robusta, capacitação de pessoas e parcerias entre os setores público e privado.

"Se olharmos para revoluções tecnológicas anteriores, como a industrial, por exemplo, o impacto foi amplificado por uma série de medidas "impulsionadoras e difusoras" da novidade. No caso das máquinas, a ampliação virou realidade após o treinamento de engenheiros e trabalhadores qualificados no entendimento da operação e manutenção delas", afirmou Cook.

Por isso, ele acredita que os fatores críticos para o sucesso da Economia da IA, em qualquer país, serão a construção de uma sólida infraestrutura de processamento de dados e a capacitação em larga escala - especialmente em nações emergentes como o Brasil - de mão de obra para não apenas treinar e operar os modelos de inteligência artificial, mas para achar soluções a partir desses modelos que sejam aplicáveis em vários setores da economia - os aplicativos de IA.

INVESTIMENTOS NO BRASIL

Por essa razão, a Microsoft está comprometida fortemente com o país. Em setembro, anunciou o maior investimento único na história de 35 anos da empresa em território nacional: R\$ 14,7 bilhões em infraestrutura de nuvem e IA nos próximos três anos, com novos datacenters no Brasil.

Os recursos também serão direcionados para o treinamento de 5 milhões de brasileiros em habilidades relacionadas a essa tecnologia até 2027. Desse total, mais de 750 mil já receberam capacitação.

"Estamos ajudando na criação do ecossistema necessário para que o Brasil avance na Economia da IA", afirmou Cook. Ele mencionou que o país já possui uma das comunidades de desenvolvedores mais vibrantes do mundo, com 4,8 milhões de usuários no GitHub Copilot, o que o posiciona como um dos principais líderes em inovações tecnológicas na região da América do Sul e Caribe.

O executivo também observou a relevância da IA para pequenas e médias empresas, que representam uma parte significativa da economia brasileira. "A tecnologia precisa ser acessível e utilizável por esses negócios menores, pois eles têm um impacto significativo no crescimento econômico geral do país", ressaltou. "As

grandes companhias dos vários setores possuem recursos para desenvolver soluções próprias ou bancar os serviços de provedores de tecnologia, o que não está ao alcance de pequenos e médios negócios.

Estes precisam de atenção tanto do setor público quanto do privado." Antony Cook é um entusiasta da sustentabilidade, e as aplicações de IA podem acelerar os projetos nessa direção: desde o uso para otimização de cadeias de suprimentos até a redução do desperdício de alimentos na agricultura de precisão.

"Estamos comprometidos em ser carbono zero até 2030, e a inteligência artificial é uma ferramenta essencial para alcançarmos essa meta", disse.

Além disso, o executivo apontou como a tecnologia pode impulsionar a conquista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, desde questões de gênero até a segurança alimentar. "A IA permite identificar soluções inovadoras para problemas antigos, oferecendo novos caminhos para o progresso social e ambiental", afirmou.

DESAFIOS DE APLICAÇÃO DA IA

O que não falta são exemplos. Em novembro, a Microsoft e o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) divulgaram o relatório IA e os ODS na América Latina e no Caribe, que ilustra como a tecnologia vem sendo aplicada estrategicamente em setores-chave da região para abordar os desafios que as sociedades enfrentam. Desde melhorar a assistência médica e promover a igualdade de gênero até reduzir a pobreza e proteger o meio ambiente, a IA é ferramenta em vários casos. Um exemplo é a tecnologia que transforma câmeras de smartphones em ferramentas de diagnóstico de retinopatia em recém-nascidos, o que torna mais fácil prevenir a cegueira infantil.

Cook também não foge de pontos críticos, como a sustentabilidade da própria infraestrutura, que consome grandes quantidades de energia e água: "Na Microsoft, desde a primeira geração de datacenters proprietários, no início dos anos 2000, até a nossa geração atual, em 2024, reduzimos a intensidade do uso de água [consumida por quilowatt-hora] em mais de 80%. Em maio, anunciamos uma diminuição de 6,3% nas emissões diretas ao longo de três anos," afirmou.

A adoção da IA também traz desafios significativos, especialmente em questões de ética, privacidade de dados e regulamentação.

Governos e empresas precisam ter clareza sobre a

importância de uma abordagem baseada em confiança, com princípios claros de segurança, transparência e responsabilidade. "A tecnologia precisa ser centrada no ser humano", afirmou Cook. "É uma ferramenta para auxiliar, não para substituir as pessoas." Antony Cook comparou o atual momento com a transição para o digital, nos anos 1990, quando empresas e países que avançaram mais rapidamente ganharam vantagens significativas.

"A chave está em agir agora, garantindo que a novidade seja acessível, ética e sustentável, beneficiando o maior número possível de pessoas. Com a revolução da Economia da IA em pleno desenvolvimento, a mensagem é clara: o futuro pertence àqueles que abraçarem as mudanças hoje", afirmou.

Relatório da McKinsey Global estima que a IA tem o potencial de adicionar até US\$ 13 trilhões à economia global até 2030

"Quando pensamos na Economia da IA, estamos falando de como essa tecnologia tem o potencial de modificar não apenas setores isolados, mas toda a estrutura econômica. (...) A IA está começando a moldar setores como saúde, educação, serviços financeiros, agricultura e até mesmo os processos de governança pública. E nós estamos apenas nos estágios iniciais dessa revolução"

ANTONY COOK, vice-presidente corporativo e conselheiro-geral adjunto da Microsoft

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188069>

Trump pode querer dólar mais fraco, mas mercado vai na contramão

Katie Martin *Financial Times*

Em breve, saberemos se Donald Trump mudou sua postura sobre o dólar. Em seu primeiro mandato, o presidente reeleito tinha uma clara preferência por um dólar mais fraco.

Em uma ocasião, em 2019, quando o chefe do Banco Central Europeu, Mario Draghi, jogava indireta sobre mais estímulo monetário, Trump respondeu tuitando, com a elegância que é sua marca registrada, que os comentários de Draghi "imediatamente derrubaram o euro em relação ao dólar, tornando injustamente mais fácil para eles competirem contra os EUA. Eles têm se safado com isso há anos, junto com a China e outros."

A incursão de Trump na política do dólar - tradicionalmente reservada ao secretário do Tesouro - provocou a reversão daquela queda imediata do euro e deixou claro para o mercado o que o líder do mundo livre queria ver.

Avançando para o fim de 2024, somos convidados a acreditar que Trump 2.0 é diferente. Em outubro, o homem que se tornou o indicado para o cargo de secretário do Tesouro - Scott Bessent - indicou que Trump é, na verdade, depois de tudo, um fã dos mercados livres.

"A moeda reserva pode subir e descer com base no mercado. Eu acredito que se você tiver boas políticas econômicas, você naturalmente terá um dólar forte", disse Bessent.

Mas Trump é um quebrador de normas e um mestre em sinalizar mudanças políticas nas redes sociais. Não é difícil imaginar que ele solicite ou exija medidas para enfraquecer o dólar de parceiros comerciais importantes dos EUA em troca do abrandamento de tarifas, talvez por meio de um grande Acordo Maralago-um eco do Acordo Plaza que desvalorizou o dólar em 1985. Se funciona é uma outra questão, especialmente considerando que as relações cambiais são um jogo muito delicado de xadrez diplomático, não a força óbvia de Trump.

Se Trump ainda ama um dólar fraco, então as últimas semanas não foram favoráveis. O índice DXY do dólar, que rastreia o valor do dólar em relação a uma cesta de moedas, subiu cerca de 3% desde o dia da eleição,

conquistando ganhos contra aquelas moedas que provavelmente estarão no caminho do trator das tarifas comerciais, como o euro e o yuan chinês.

Descobrir para onde as moedas estão indo envolve mais do

"Dados dos EUA já apontam para uma direção bem mais inflacionária do que há apenas alguns meses" George Saravelos que comparar trajetórias de crescimento econômico e taxas de juros. Nesse contexto, a justificativa para que continue subindo é óbvia. Os EUA já estão em uma trajetória de crescimento mais alta do que a maior parte do resto do mundo, mesmo antes de mais estímulo sob o presidente que deve assumir seu posto em breve. Se Trump realmente impor grandes tarifas sobre as importações, isso drenará o crescimento dos países afetados e provavelmente significará que as taxas de juros cairão em resposta.

Já a **inflação** nos EUA está provando ser persistente, subindo para 2,7% anualmente. Isso faz com que a redução da taxa em um 0,25 ponto percentual pelo Federal Reserve, em dezembro, ainda está em jogo, mas enfraquece justificati-va para uma longa série de cortes adicionais em 2025. Em contraste, os investidores esperam que o BCE continue cortando taxas na tentativa de contrabalançar o risco de recessão, levando as taxas de depósito a baixas potenciais de 1,5%, contra os atuais 3%.

"Os dados dos EUA já apontam em uma direção significativamente mais inflacionária do que há apenas alguns meses", escreveu o analista do Deutsche Bank, George Saravelos. Enquanto isso, o BCE pode começar a se preocupar com a **inflação** caindo abaixo da sua meta de 2%. "Em resumo, mesmo sem Trump, há mais reavaliações pelo Fed/BCE pela frente e as pressões permanecem para uma baixa" do euro, em relação ao dólar.

Para a China e o yuan, uma história semelhante se aplica. A economia está presa em um buraco e provavelmente terá ainda mais dificuldades se Trump for com tudo nas tarifas. Na semana passada, os líderes da China pediram mais estímulo fiscal e monetário. Esforços para enfraquecer o yuan comprando dólares são uma tática bem conhecida das autoridades chinesas e analistas dizem que não

ficariam nada surpresos ao ver evidências disso ao longo do próximo ano.

Assim, como sempre, a bola está no campo de Trump. Ele lançará medidas de estímulo no exterior como fez da última vez que esteve no cargo? Ele decidirá que a força do dólar é um preço que vale a pena pagar por suas tarifas? Os investidores não sabem, mas veem uma boa chance de que isso se complique.

"Pode se transformar em guerras cambiais", disse Salman Ah-med, estrategista macroeconômico da Fidelity International. "Neste momento, estamos vendo [o Fed e o BCE] focando em realidades diferentes devido às mudanças políticas e à divergência fiscal."

Um fator moderador pode ser que os mercados já precificaram muito sobre Trump. O índice do dólar já subiu 6% desde o fim de outubro - quando os investidores começaram a ficar mais confiantes de que Trump venceria. Isso poderia tirar parte do vento das velas do dólar no próximo ano. Se não tirar, um período de diplomacia cambial pelas redes sociais está à frente novamente.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>